



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

RELATÓRIO DA ATIVIDADE

XII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

RELATÓRIO DA ATIVIDADE

XII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

TÍTULO

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

RELATÓRIO DA ATIVIDADE | XII Legislatura – 1.ª Sessão Legislativa – I Volume

INICIATIVA

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar – DILP

PESQUISA E TEXTOS

Dalila Maulide

COLABORADORES

Leonor Calvão Borges

Graciette Dias

Rui Brito

Teresa Abraúl

Teresa Xavier

EDIÇÃO

Assembleia da República – Divisão de Edições

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Conceição Garvão

Fernando Sequeira

FOTOGRAFIA

Miguel Gaspar

CONCEPÇÃO GRÁFICA E PAGINAÇÃO

Linha de Letras

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Rainho & Neves, L.^{da}

TIRAGEM

400 Exemplares

Lisboa, Assembleia da República, 2013

DEPÓSITO LEGAL

?

ISBN

978-972-556-610-7

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

RELATÓRIO DA ATIVIDADE

XII LEGISLATURA

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA



FOTOGRAFIA DE RICARDO FARIA PAULINO

Presidente da Assembleia da República

Maria da Assunção Andrade Esteves

Vice-Presidentes

Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva

Eduardo Luis Barreto Ferro Rodrigues

Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

António Filipe Gaião Rodrigues

Secretários da Mesa

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

Abel Lima Baptista

Artur Jorge da Silva Machado

Vice-Secretários da Mesa

Maria Paula da Graça Cardoso

Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos

Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá

Raúl Mário Carvalho Camelo de Almeida

Nos termos do artigo 117.º do Regimento, aprovado pelo Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, de 20 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de outubro, foi aprovado para publicação, por despacho de 25 de março de 2013, o relatório da atividade da Assembleia da República relativo à 1.ª sessão legislativa da XII legislatura. Do relatório consta, designadamente, a descrição sumária das iniciativas legislativas e de fiscalização apresentadas e respetiva tramitação, bem como a indicação dos demais atos praticados no exercício da competência da Assembleia.

A presente obra compreende o primeiro volume do relatório, nela constando informação quantificada apresentada sob a forma de tabelas e gráficos, enquadrada por pequenos textos de carácter explicativo, bem como alguns destaques sobre os aspectos mais relevantes da atividade parlamentar ao longo da 1.ª sessão.

O segundo volume contém a apresentação exhaustiva da atividade da Assembleia da República, sob a forma de listagens, seguindo a estrutura do Regimento. Encontra-se publicado no *Diário da Assembleia da República (DAR)* n.º 4, II Série-E, de 26 de março de 2013.

Abreviaturas

AHP	Arquivo Histórico Parlamentar	CSST	Comissão de Segurança Social e Trabalho
ALRA	Assembleia Legislativa da Região Autónoma	DR	Diário da República
ANAFRE	Associação Nacional de Freguesias	DAR	Diário da Assembleia da República
ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses	DAV/TV	Diretivas Antecipadas de Vontade/Testamento Vital
APCE	Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa	DCI	Denominação Comum Internacional
APCPLP	Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	FMI	Fundo Monetário Internacional
APM	Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo	FPIA	Fórum Parlamentar Ibero-Americano
APEM	Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica	GOP	Grandes Opções do Plano
APNATO	Assembleia Parlamentar da NATO	GP	Grupo Parlamentar
APOSCE	Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa	GPA	Grupo Parlamentar de Amizade
AP-UpM	Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo	NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
AR	Assembleia da República	OAR	Orçamento da Assembleia da República
CA	Conselho de Administração	OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico
CACDLG	Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	PAR	Presidente da Assembleia da República
CAE	Comissão de Assuntos Europeus	PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
CAM	Comissão de Agricultura e Mar	PE	Parlamento Europeu
CAOTPL	Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local	PEC	Programa de Estabilidade e Crescimento
CDN	Comissão de Defesa Nacional	PESC	Política Externa e de Segurança Comum
CE	Comunidade Europeia	PJL	Projeto de Lei
CEAMPAFP	Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal	PJR	Projeto de Resolução
CECC	Comissão de Educação, Ciência e Cultura	PMA	Procriação Medicamente Assistida
CEDAW	Convention to Eliminate all Forms of Discrimination Against Women	PPL	Proposta de Lei
CEOP	Comissão de Economia e Obras Públicas	PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural
CNECP	Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
CNPD	Comissão Nacional de Proteção de Dados	RA	Região Autónoma
COFAP	Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública	RAR	Regimento da Assembleia da República
COSAC	Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos Comunitários	SAR	Serviços da Assembleia da República
CPECC	Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação	SEAPI	Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade
CPIBPN	Comissão Eventual de Inquérito ao Processo de Nacionalização, Gestão e Alienação do Banco Português de Negócios, S.A.	TDT	Televisão Digital Terreste
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	UE	União Europeia
CS	Comissão de Saúde	UIP	União Interparlamentar
		UNAC	União da Floresta Mediterrânica
		UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura
		USF	Unidades de Saúde Familiar
		UTAO	Unidade Técnica de Apoio Orçamental
		V.	Ver
		VG	Votação Global
		VFG	Votação Final Global

ÍNDICE

- 11** COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
- 17** REUNIÕES PLENÁRIAS, DA COMISSÃO PERMANENTE, DA CONFERÊNCIA DE LÍDERES, DA CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
- 33** COMPOSIÇÃO E ATIVIDADE DAS COMISSÕES PARLAMENTARES
 - 35** Comissões Parlamentares Permanentes
 - 54** Comissões Parlamentares Eventuais e Comissões de Inquérito
- 59** LEIS
 - 61** Leis Orgânicas
 - 61** Leis
 - 74** Regulamentação das Leis
- 75** RESOLUÇÕES
- 93** APRECIÇÕES PARLAMENTARES
- 99** ATIVIDADE DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO POLÍTICA
 - 101** Moções de Censura
 - 101** Debates com o Governo
 - 101** Debate sobre o Programa do Governo
 - 101** Debate do Estado da Nação
 - 101** Debate com o Primeiro-Ministro
 - 103** Interpelações ao Governo
 - 104** Perguntas e Requerimentos
 - 107** Petições
 - 111** Inquéritos Parlamentares
- 113** OUTRAS ATIVIDADES (DECLARAÇÕES OU DEBATES)
 - 115** Debate Político Potestativo
 - 115** Declarações Políticas
 - 118** Debates de Atualidade
 - 119** Debates Temáticos
 - 119** Debates de Urgência
 - 119** Declaração do Governo
 - 119** Deliberações
 - 121** Votos

ÍNDICE (continuação)

125 **RELAÇÕES EXTERNAS**

127 Deslocações e Audiências da Presidente da Assembleia da República

127 Deslocações

128 Audiências

130 Atividades das Delegações Parlamentares da Assembleia da República às Organizações Parlamentares Internacionais

131 Eleição de Deputados Portugueses para cargos em Órgãos das Assembleias Parlamentares Internacionais

131 Relatores em Relatórios já Aprovados e em Relatórios em Curso nesse Período

132 Missões de Observação Eleitoral

132 Cerimónias e Reuniões Realizadas em Portugal

132 Atividades das Delegações Eventuais

135 Atividades dos Grupos Parlamentares de Amizade

135 Outras Atividades Relevantes

139 Cooperação Parlamentar

141 Cerimónias

145 **INICIATIVAS PROMOVIDAS PELA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

147 Exposições

147 Atividade Editorial

148 Edição de Livros

148 Lançamento de Livros

149 Concertos e outros Espetáculos

149 Conferências, Seminários, Colóquios e Audições

151 Visitas à Assembleia da República

- 13 TABELA 1 – COMPOSIÇÃO DA AR
- 14 TABELA 2 – DEPUTADOS EFETIVOS EM 14-09-2012 – GRUPOS ETÁRIOS
- 15 TABELA 3 – DEPUTADOS EFETIVOS EM 14-09-2012 – GRUPOS PROFISSIONAIS
- 31 TABELA 4 – REUNIÕES PLENÁRIAS, DA COMISSÃO PERMANENTE, DA CONFERÊNCIA DE LÍDERES, DA CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
- 35 TABELA 5 – COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES – REUNIÕES POR COMISSÃO
- 36 TABELA 6 – COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES – REUNIÕES POR GRUPO DE TRABALHO
- 37 TABELA 7 – COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES – AUDIÇÕES POR COMISSÃO
- 38 TABELA 8 – COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES – AUDIÊNCIAS POR COMISSÃO
- 39 TABELA 9 – COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES – VISITAS E DESLOCAÇÕES POR COMISSÃO
- 40 TABELA 10 – COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES – CONFERÊNCIAS, COLÓQUIOS E SEMINÁRIOS
- 41 TABELA 11 – PROCESSOS DE ESCRUTÍNIO DAS INICIATIVAS EUROPEIAS CONCLUÍDOS PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS E APRECIADOS PELAS COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES
- 42 TABELA 12 – SUBCOMISSÕES – ATIVIDADE DAS SUBCOMISSÕES
- 55 TABELA 13 – COMISSÕES EVENTUAIS E EVENTUAIS DE INQUÉRITO – REUNIÕES E AUDIÇÕES POR COMISSÃO EVENTUAL
- 72 TABELA 14 – PROJETOS E PROPOSTAS DE LEI
- 73 TABELA 15 – COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES – PROJETOS E PROPOSTAS DE LEI DISTRIBUÍDAS E APRECIADAS NA XII/1.^a POR COMISSÃO
- 77 TABELA 16 – PROJETOS E PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO
- 78 TABELA 17 – COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES – PROJETOS E PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO DISTRIBUÍDOS E APRECIADOS NA XII/1.^a POR COMISSÃO
- 95 TABELA 18 – APRECIÇÕES PARLAMENTARES
- 101 TABELA 19 – MOÇÕES
- 102 TABELA 20 – DEBATES
- 103 TABELA 21 – INTERPELAÇÕES AO GOVERNO
- 104 TABELA 22 – PERGUNTAS FORMULADAS NA XII/1.^a
- 105 TABELA 23 – REQUERIMENTOS FORMULADOS NA XII/1.^a
- 107 TABELA 24 – PETIÇÕES ENTRADAS, TRANSITADAS, CONCLUÍDAS, DISCUTIDAS EM PLENÁRIO E PENDENTES NA XII/1.^a
- 110 TABELA 25 – PETIÇÕES DISTRIBUÍDAS E CONCLUÍDAS NA XII/1.^a POR COMISSÃO
- 111 TABELA 26 – INQUÉRITOS PARLAMENTARES
- 115 TABELA 27 – DECLARAÇÕES POLÍTICAS E DIREITO INDIVIDUAL DO DEPUTADO
- 120 TABELA 28 – PROJETOS DE DELIBERAÇÃO
- 122 TABELA 29 – VOTOS
- 127 TABELA 30 – ATIVIDADES DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
- 130 TABELA 31 – ATIVIDADES DAS DELEGAÇÕES PARLAMENTARES DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA ÀS ORGANIZAÇÕES PARLAMENTARES INTERNACIONAIS
- 132 TABELA 32 – ATIVIDADES DAS DELEGAÇÕES EVENTUAIS
- 135 TABELA 33 – ATIVIDADES DOS GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE
- 138 TABELA 34 – OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES
- 141 TABELA 35 – COOPERAÇÃO PARLAMENTAR
- 143 TABELA 36 – CERIMÓNIAS
- 147 TABELA 37 – ATIVIDADE EDITORIAL
- 151 TABELA 38 – VISITAS À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- 13 GRÁFICO 1 – ELEITOS POR GRUPO PARLAMENTAR
- 14 GRÁFICO 2 – DEPUTADOS POR GÉNERO – ELEITOS
- 14 GRÁFICO 3 – DEPUTADOS POR GÉNERO – EFETIVOS EM 14/09/2012
- 14 GRÁFICO 4 – DEPUTADOS EFETIVOS EM 14-09-2012 – GRUPOS ETÁRIOS
- 15 GRÁFICO 5 – DEPUTADOS EFETIVOS EM 14-09-2012 – GRUPOS PROFISSIONAIS
- 35 GRÁFICO 6 – COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES – REUNIÕES POR COMISSÃO
- 37 GRÁFICO 7 – COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES – AUDIÇÕES POR COMISSÃO
- 38 GRÁFICO 8 – COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES – AUDIÊNCIAS POR COMISSÃO
- 39 GRÁFICO 9 – COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES – VISITAS E DESLOCAÇÕES POR COMISSÃO
- 42 GRÁFICO 10 – SUBCOMISSÕES – ATIVIDADE DA SUBCOMISSÃO DE IGUALDADE
- 73 GRÁFICO 11 – PROJETOS E PROPOSTAS DE LEI
- 74 GRÁFICO 12 – COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES – PROJETOS E PROPOSTAS DE LEI DISTRIBUÍDAS E APRECIADAS NA XII/1.^a POR COMISSÃO
- 78 GRÁFICO 13 – PROJETOS E PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO
- 79 GRÁFICO 14 – COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES – PROJETOS E PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO DISTRIBUÍDOS E APRECIADOS NA XII/1.^a POR COMISSÃO
- 95 GRÁFICO 15 – APRECIÇÕES PARLAMENTARES
- 101 GRÁFICO 16 – MOÇÕES
- 102 GRÁFICO 17 – DEBATES
- 103 GRÁFICO 18 – INTERPELAÇÕES AO GOVERNO
- 104 GRÁFICO 19 – PERGUNTAS FORMULADAS NA XII/1.^a
- 105 GRÁFICO 20 – REQUERIMENTOS FORMULADOS NA XII/1.^a
- 106 GRÁFICO 21 – REQUERIMENTOS FORMULADOS NA XII/1.^a *VERSUS* RESPONDIDOS – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
- 106 GRÁFICO 22 – REQUERIMENTOS FORMULADOS NA XII/1.^a *VERSUS* RESPONDIDOS – ADMINISTRAÇÃO LOCAL
- 107 GRÁFICO 23 – PETIÇÕES ENTRADAS, TRANSITADAS, CONCLUÍDAS, DISCUTIDAS EM PLENÁRIO E PENDENTES NA XII/1.^a
- 110 GRÁFICO 24 – PETIÇÕES DISTRIBUÍDAS NA XII/1.^a POR COMISSÃO
- 112 GRÁFICO 25 – INQUÉRITOS PARLAMENTARES
- 115 GRÁFICO 26 – DECLARAÇÕES POLÍTICAS
- 120 GRÁFICO 27 – PROJETOS DE DELIBERAÇÃO
- 122 GRÁFICO 28 – VOTOS – TIPO DE VOTOS
- 123 GRÁFICO 29 – VOTOS – POR AUTOR
- 130 GRÁFICO 30 – ATIVIDADES DAS DELEGAÇÕES PARLAMENTARES DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA ÀS ORGANIZAÇÕES PARLAMENTARES INTERNACIONAIS
- 132 GRÁFICO 31 – ATIVIDADES DAS DELEGAÇÕES EVENTUAIS
- 135 GRÁFICO 32 – ATIVIDADES DOS GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE
- 138 GRÁFICO 33 – OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES
- 141 GRÁFICO 34 – COOPERAÇÃO PARLAMENTAR
- 143 GRÁFICO 35 – CERIMÓNIAS



COMPOSIÇÃO
DA ASSEMBLEIA
DA REPÚBLICA

Após as eleições de 5 de junho de 2011, a XII legislatura teve início no dia 20 de junho desse ano. A primeira reunião plenária da 1.ª sessão legislativa da XII legislatura ocorreu nesse mesmo dia e a última no dia 25 de julho de 2012. Esta sessão legislativa terminou no dia 14 de setembro de 2012.

Foram eleitas 60 mulheres e 170 homens, tendo o número de mulheres subido no final da sessão, para 66, ainda assim abaixo das 69 mulheres que haviam terminado a legislatura anterior na condição de Deputadas. Ainda assim, a percentagem de mulheres exercendo mandato manteve-se nos 30%.

De notar em relação à legislatura anterior é a alteração à estrutura etária da representação parlamentar. Efetivamente, verificou-se um aumento significativo do número de Deputados entre os 21 e os 30 anos, que praticamente

duplicou, tendo passado de 6 para 10. Este aumento foi conseguido sobretudo à custa da representação nos grupos etários mais elevados. Em junho de 2011, existiam 33 deputados acima dos 61 anos, número que baixou para 25 nesta sessão legislativa.

Nesta sessão legislativa, 47 Deputados pediram a suspensão do mandato.

Destaca-se, por fim, a eleição, pela primeira vez no Parlamento Português, de uma mulher para o cargo de Presidente da Assembleia da República.

Nos quadros que se seguem, são apresentados os Deputados eleitos por Grupo Parlamentar (GP), por sexo e por grupos etários e profissionais e essa distribuição é também referida ao último dia da 1.ª sessão legislativa da XII legislatura.

TABELA 1 – COMPOSIÇÃO DA AR

Autor	Eleitos			Efetivos em 14-09-2012		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
PSD	77	31	108	74	34	108
PS	57	17	74	55	19	74
CDS-PP	19	5	24	18	6	24
PCP	12	2	14	12	2	14
BE	4	4	8	4	4	8
PEV	1	1	2	1	1	2
Total	170	60	230	164	66	230

GRÁFICO 1 – ELEITOS POR GRUPO PARLAMENTAR

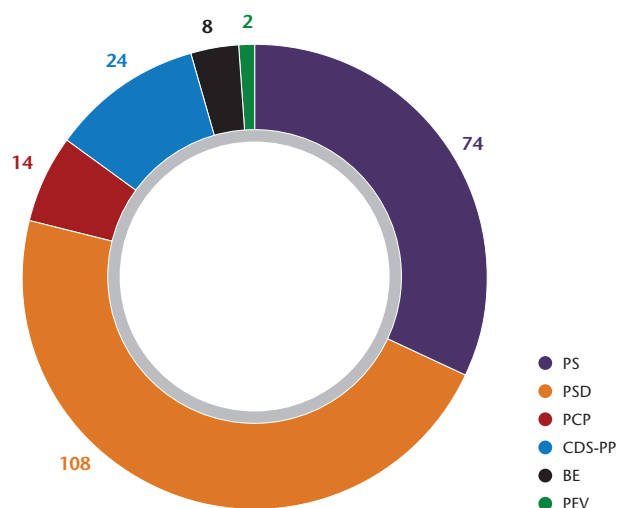


GRÁFICO 2

DEPUTADOS POR GÉNERO – ELEITOS

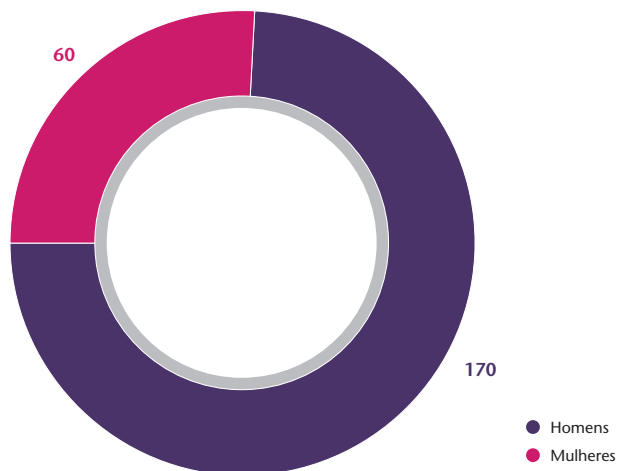


GRÁFICO 3

DEPUTADOS POR GÉNERO – EFETIVOS EM 14-09-2012

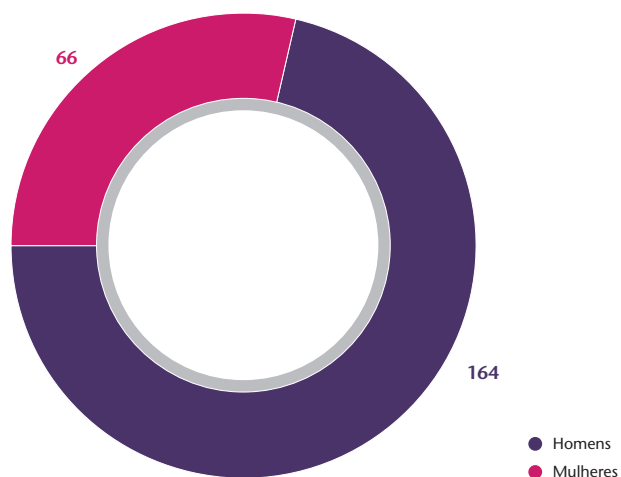


TABELA 2

DEPUTADOS EFETIVOS EM 14-09-2012
– GRUPOS ETÁRIOS

Grupo Etário	Total
21-30 anos	10
31-40 anos	62
41-50 anos	74
51-60 anos	59
61-70 anos	25
Total	230

GRÁFICO 4

DEPUTADOS EFETIVOS EM 14-09-2012
– GRUPOS ETÁRIOS

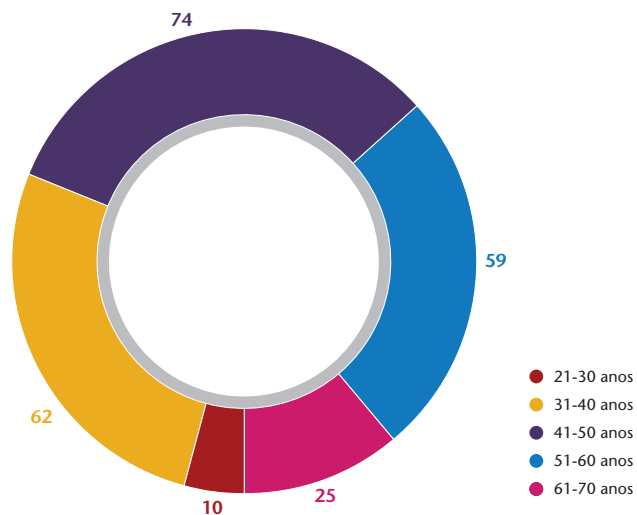


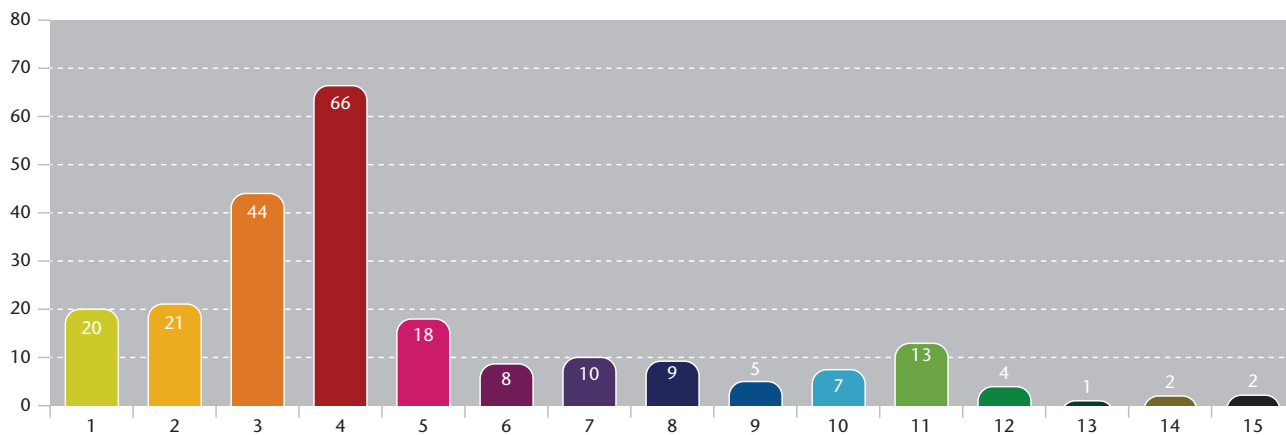
TABELA 3

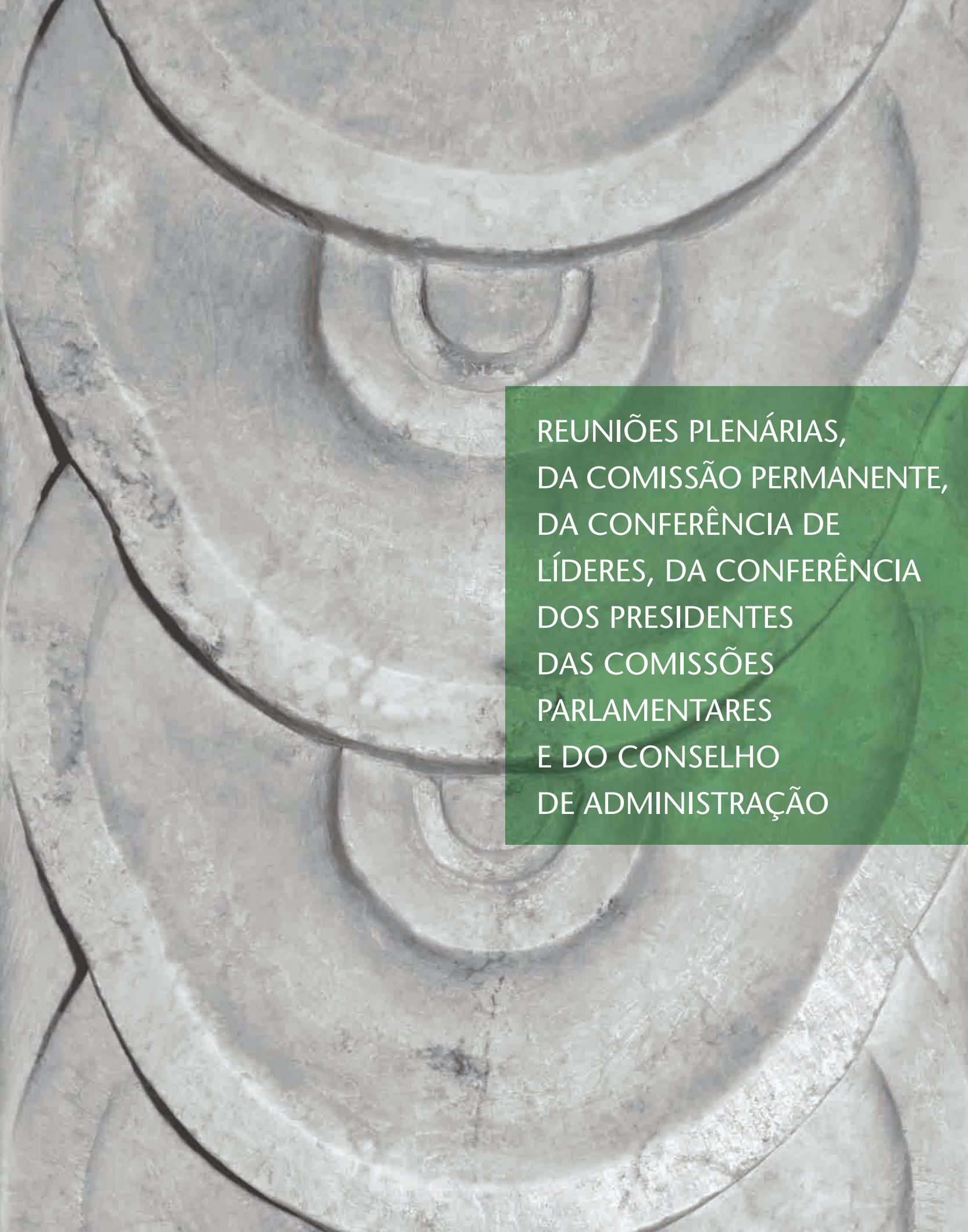
DEPUTADOS EFETIVOS EM 14-09-2012 – GRUPOS PROFISSIONAIS

N.º	Grupos Profissionais	Total
1	Dirigentes da AP e Gestores de Empresas	20
2	Técnicos Superiores da AP e das Empresas	21
3	Professores de todos os níveis de ensino	44
4	Advogados, Magistrados e outros Juristas	66
5	Economistas	18
6	Engenheiros	8
7	Outros especialistas de profissões intelectuais e científicas (Arquitetos, Historiadores, Sociólogos, Geólogos, Psicólogos)	10
8	Médicos, Farmacêuticos e Enfermeiros	9
9	Jornalistas, Escritores, Editores	5
10	Políticos	7
11	Técnicos e profissionais de nível intermédio (Agentes de Seguros, Animadores Sociais, Bancários, Profissionais do Turismo)	13
12	Pessoal Administrativo	4
13	Agricultores	1
14	Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	2
15	Estudantes	2
Total		230

GRÁFICO 5

DEPUTADOS EFETIVOS EM 14-09-2012 – GRUPOS PROFISSIONAIS





REUNIÕES PLENÁRIAS,
DA COMISSÃO PERMANENTE,
DA CONFERÊNCIA DE
LÍDERES, DA CONFERÊNCIA
DOS PRESIDENTES
DAS COMISSÕES
PARLAMENTARES
E DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO

Durante a 1.ª sessão legislativa da XII legislatura, realizaram-se 135 reuniões plenárias, com a duração total de 407 horas e 42 minutos, e uma reunião da Comissão Permanente, com a duração total de 2 horas e 40 minutos. A duração média das reuniões plenárias foi de 3 horas e 1 minuto.

O Canal Parlamento produziu 1760 horas de produção e 6700 horas de emissão (em direito e em diferido) correspondentes a reuniões do Plenário, das comissões parlamentares e de outros eventos realizados na AR.

Das 135 reuniões plenárias, 134 foram ordinárias e uma solene – a Sessão Solene Comemorativa do XXXVIII Aniversário do 25 de Abril.

Nesta sessão legislativa, o Parlamento, assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses, no exercício da sua função legislativa e de fiscalização da atividade do Governo, marcou a agenda política com as discussões referentes aos seguintes temas: a aprovação de uma sobretaxa extraordinária sobre os rendimentos sujeitos a IRS auferidos no ano de 2011; a alteração à Lei das Comunicações Eletrónicas; as alterações ao Código do Trabalho; a segunda alteração à Lei-Quadro das Privatizações; a alteração ao crime de incêndio florestal e os crimes de dano contra a natureza e de poluição, tipifica um novo crime de atividades perigosas para o ambiente; a introdução de portagens nas SCUT; a terceira alteração ao regime jurídico do setor empresarial local e a suspensão da possibilidade de criação de novas empresas; a eliminação da taxa reduzida de IVA sobre a eletricidade e no gás natural, com a consequente sujeição destes bens à taxa normal; a Lei da Arbitragem Voluntária; as novas regras de prescrição e dispensa de medicamentos; a regulação das diretivas antecipadas de vontade, designadamente sob a forma de testamento vital, e da nomeação de procurador de cuidados de saúde e criação do Registo Nacional do Testamento Vital (RENTEV); a Lei de Bases da Economia Social; o enriquecimento ilícito; a aprovação da Lei-Quadro das Fundações; instituição e regulação do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE); a alteração à Lei n.º

43/2006, de 25 de agosto, relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia; a alteração à Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, que regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum; a alteração ao regime do estado de sítio e de emergência; a aprovação do novo regime jurídico da concorrência, revogando a Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, e a Lei n.º 39/2006, de 25 de agosto; a Televisão Digital Terrestre; as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso; a alteração ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, simplificando formalidades e procedimentos e instituindo o processo especial de revitalização; o âmbito dos beneficiários das técnicas de procriação medicamente assistida e o recurso à maternidade de substituição, bem como o alargamento das famílias com capacidade de adoção; a revisão do regime jurídico do arrendamento urbano e a alteração do regime jurídico da reabilitação urbana, alterando o Código Civil, o Código do Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro; o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica e a reorganização administrativa de Lisboa; a alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; a aprovação da Lei Antidopagem no Desporto; o regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil; a taxa do IVA no setor da restauração; a alteração ao Código Penal e ao Código do Processo Penal; a criação do Tribunal Arbitral do Desporto (TAD), com competência específica para administrar a justiça relativamente a litígios que relevam do ordenamento jurídico desportivo ou relacionados com a prática do desporto; a aprovação do Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação; os princípios de ação do Estado no quadro do fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais.

A **Comissão Permanente** é presidida pelo Presidente da Assembleia da República e composta pelos Vice-Presidente e por Deputados indicados por todos os partidos, de acordo com a respetiva representatividade na Assembleia (42 membros).

A **Comissão Permanente** reuniu-se no dia 12 de setembro de 2012, com os seguintes pontos de agenda: após a aprovação do regulamento da Comissão Permanente e de um parecer da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, a Presidente da Assembleia leu a mensagem do Presidente da República sobre a devolução, sem promulgação do Decreto da Assembleia da República n.º 61/XII, que estabelece os princípios para a utilização de gases de petróleo liquefeito (GPL) e gás natural comprimido e liquefeito (GN) como combustível em veículos. Apresentaram declarações políticas os Srs. Deputados Teresa Leal Coelho (PSD), Carlos Zorrinho (PS), Telmo Correia (CDS-PP), João Oliveira (PCP), Cecília Honório (BE) e Heloísa Apolónia (Os Verdes). Procedeu-se, ainda, a um debate sobre finanças públicas, nomeadamente sobre a execução orçamental, a quinta avaliação do Memorando de Entendimento e a política de privatizações.

A **Conferência de Líderes** reuniu-se 36 vezes na 1.ª sessão da XII legislatura.

A Presidente da Assembleia reúne a Conferência sempre que entender necessário para o regular funcionamento da Assembleia e nela têm assento os presidentes dos grupos parlamentares ou os seus substitutos, que têm um número de votos igual ao número de Deputados que representam. Têm ainda o direito de estar presentes os Vice-Presidentes da AR e os Secretários da Mesa. O Governo tem o direito de se fazer representar na Conferência e pode intervir nos assuntos que não se relacionem exclusivamente com a Assembleia.

As decisões da Conferência, na falta de consenso, são tomadas por maioria, estando representada a maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções.

Na 1.ª sessão legislativa da XII legislatura, a Conferência deliberou regularmente sobre o calendário dos trabalhos parlamentares, a marcação das sessões plenárias e sobre os agendamentos para Plenário, sobre o elenco e a composição das comissões parlamentares permanentes, bem como as suas presidências e vice-presidências, sobre as grelhas de tempos de intervenção para a XII legislatura, sobre o mapa das audições dos ministros nas comissões parlamentares, nos termos do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República (RAR), bem como sobre o agendamento da eleição para os órgãos externos à AR.

Além das deliberações supra mencionadas, destacam-se, pela sua importância, as que incidiram sobre os seguintes temas:

- A Conferência deliberou por unanimidade que a “igualdade” deve ser competência da 1.ª Comissão e só da 1.ª Comissão, sem prejuízo das competências da 12.ª Comissão em matéria de cidadania para a igualdade.
- Em conexão com a matéria da constituição dos Grupos Parlamentares de Amizade (GPA), a Conferência deliberou a realização das iniciativas e as diligências necessárias à sua constituição, bem como do Grupo Parlamentar para a População e Desenvolvimento e do Grupo Parlamentar conexo com a UNESCO, em função das sugestões apresentadas pelos grupos parlamentares, de um conceito de diplomacia ativa, bem como de um critério de reciprocidade. Ainda neste contexto, o BE solicitou que, face à conjuntura política do momento, fosse determinada a suspensão do GPA com a Guiné-Bissau.

Deliberou-se também, por consenso, que as vice-presidências dos GPA por atribuir deveriam ser atribuídas preferencialmente aos GP que detêm menos vice-presidências.

Finalmente, o PCP chamou a atenção para o facto de o GPA Portugal-Andorra, face à situação de contenção orçamental, ter tomado a iniciativa de efetuar uma deslocação a Andorra custeada por cada um dos membros da

Delegação, quando deveria ser a AR a assumir esse encargo orçamental. Esta interpretação foi sufragada pela PAR, que disse que procuraria obter informação mais detalhada sobre a situação em concreto.

- O PSD informou que tinha entregado um projeto de resolução para clarificar os procedimentos necessários para dar cumprimento ao art.º 13.º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, e constituir a Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território (UTRAT).
- A PAR informou que a ANMP e a ANAFRE tinham comunicado não desejar indicar representantes para essa Unidade.
- A Conferência deliberou, por unanimidade, o apoio da Assembleia da República à candidatura do Cante Alentejano a Património Mundial da Humanidade.

No que respeita à **condução dos trabalhos em Plenário**, são de destacar as seguintes deliberações:

- Por sugestão da Presidente da Assembleia da República (PAR), deliberou-se que a leitura dos votos passe a ser feita pelo seu autor ou, tratando-se de voto coletivo ou apresentado por um grupo parlamentar, por quem for designado por consenso.
- Ficou assente que, quando haja escrutínio do resultado das votações em Plenário, considerando o disposto na Constituição e no artigo 94.º, n.º 3 do RAR, a verificação eletrónica leva sempre, em última análise, a uma contagem por voto individual.
- A Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade (SEAPI) solicitou clarificação da Conferência relativamente às situações, ocorridas em Plenário, em que durante as interpelações ao Governo – ou noutras modalidades de debate – tinha sido questionado o facto de os Ministros presentes darem a palavra aos respetivos Secretários de Estado para complementarem determinadas respostas. Sendo o RAR omissivo relativamente a esta questão, mas existindo uma prática parlamentar no sentido de ser permitida essa complementaridade, a SEAPI considerou necessário clarificar em que termos pode a palavra ser passada por um Ministro ao

Secretário de Estado, se apenas o orador pode responder aos pedidos de esclarecimento suscitados e, em caso afirmativo, se essa prática se aplica a todas as modalidades de debate ou apenas às interpelações ao Governo.

Aduzidos os argumentos por todos os grupos parlamentares, a PAR disse que, embora a responsabilidade política esteja centrada no Ministro, devendo ser por este assumida, tal não significa que os Secretários de Estado não possam intervir complementarmente, ressalvados os necessários formalismos. Cabe à Mesa assegurar não só a formalidade do debate, como a não existência de uma subversão do modelo do debate nem a ausência de proporcionalidade na distribuição das respostas entre Ministros e Secretários de Estado.

Em matéria de **agendamentos**, destaca-se a abordagem pela Conferência dos seguintes temas:

- Na calendarização da apreciação do Orçamento do Estado para 2012, foi tido em conta o alerta do PS para a eventual inconstitucionalidade do processo de apreciação do Orçamento do Estado, decorrente da falta de apresentação em conjunto pelo Governo da proposta da Grandes Opções do Plano (GOP). Deste modo, foi deliberado reagendar a apreciação na generalidade da proposta de lei do OE 2012 para data posterior à da entrega das GOP, intensificando-se a discussão na especialidade, de modo a que o encerramento e a votação final se realizassem a 30 de novembro.
- A PAR informou a Conferência da sua decisão de confirmar o agendamento da proposta de lei que alterava legislação laboral para data anterior à conclusão do prazo da discussão pública, por considerar, em síntese, que o agendamento da discussão da proposta na generalidade não prejudicava a efetividade da influência das conclusões da discussão pública na decisão do legislador. Os grupos parlamentares do BE e do PCP, discordantes desta posição, declararam a sua intenção de interpor recurso para o Plenário da decisão da PAR.

- Agendamento da Petição n.º 54/XII (Sobreiro – Árvore Nacional de Portugal) para discussão em Plenário, apesar de aquela petição não ter atingido as 4000 assinaturas. A comissão competente em razão da matéria emitiu relatório final no sentido de propor a sua apreciação em Plenário ainda assim, com fundamento no disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 24.º da Lei do Exercício do Direito de Petição. O PCP alertou para o perigo de se criar um precedente nesta matéria, abrindo-se a porta a que um maior número de petições com menos de 4000 assinaturas fosse discutido em Plenário. A PAR considerou que o critério da Lei, sendo formal, conferia segurança ao intérprete, não abrindo a porta à discricionariedade, tendo assumido o compromisso de levar o assunto à Conferência dos Presidentes de Comissões, recomendando alguma prudência na aprovação de relatórios finais de petições com menos de 4000 assinaturas.
- Foi deliberado por unanimidade que o prazo para a entrega das iniciativas objeto de agendamento por arastamento passaria a ser a sexta-feira anterior ao agendamento, por forma a garantir uma análise séria da matéria em causa e possibilitar uma pronúncia consubstanciada da Comissão, com reflexos ao nível da qualidade da legislação aprovada. Relativamente aos agendamentos das restantes iniciativas legislativas, os GP consideraram que a Conferência de Líderes tem tido alguma compreensão para com a necessidade de apreciar rapidamente alguns textos legislativos, sobretudo em resultado do memorando de entendimento assinado pelo Governo português com a *troika*, importando, porém, retomar a normalidade dos agendamentos, procurando definir os mesmos para cada quinzena.
- As iniciativas legislativas sobre a Lei de Bases do Ambiente, agendadas para o Plenário baixariam à comissão parlamentar competente sem votação, para nova apreciação.
- Foi fixada a regra segundo a qual, para o futuro, a Conferência de Líderes apenas agendará a apreciação conjunta de petições que, em sede de apreciação na

comissão parlamentar competente em razão da matéria, tenham também sido de apensação ou de apreciação conjunta.

- Nas votações em Plenário, os GP que pretendam que a votação de determinados artigos ou alíneas das iniciativas legislativas sejam feitas em separado, devem fazer essa chamada de atenção à Mesa logo no início da sessão plenária, de forma a permitir uma organização correta dos trabalhos.
- A Conferência considerou que, no caso de interpelações ao Governo, embora tal não resulte diretamente do RAR, a prática parlamentar vai no sentido de o tema dever ser indicado com oito dias de antecedência.
- Mais considerou que as interpelações ao Governo devem ter o mesmo tratamento dos direitos potestativos, tendo em conta a configuração constitucional e regimental desse direito dos grupos parlamentares. Deste modo, o exercício do direito a uma interpelação faz precluir o agendamento de outras iniciativas.

No que se refere ao **processo legislativo**:

- Foi deliberado por unanimidade que os textos finais ultimados pelas comissões no âmbito do processo legislativo devem ser entregues à Mesa até às 16 horas de quarta-feira, a fim de serem apreciados e votados ainda nessa semana. Esta regra apenas poderá ser excecionada em casos pontuais e mediante acordo de todos os GP.
- A PAR solicitou, no âmbito da desmaterialização do processo legislativo que se pretende introduzir na AR, bem como da racionalização de procedimentos, a todos os GP e Deputados que passem a entregar as declarações de voto apenas por via eletrónica para a caixa de correio da iniciativa legislativa, para onde já são enviadas todas as iniciativas legislativas que entram na AR, procedentes da AR, do Governo e das ALRA.
- Tendo em conta a necessidade de melhorar a qualidade da legislação, a PAR alertou para a questão da publicação de diversas resoluções da AR sobre matérias idênticas, no mesmo dia, em *Diário da República*, o que se torna pouco compreensível para o cidadão. Seria desejável uma abordagem conjunta dos textos em sede de

redação final ou, pelo menos, uma análise caso a caso para se aferir quando isso é possível.

No que se refere à **relação da AR com outros órgãos**:

- A PAR deu informações sobre a reunião da Mesa com o Presidente da República, em que o Presidente da República manifestou a sua vontade de manter uma relação regular com a AR nas áreas em que tem competência direta (Defesa e Negócios Estrangeiros), a sua preocupação com a eleição dos representantes da AR para o Conselho de Estado e para o Conselho Superior de Defesa Nacional e em que foi ainda abordado o tema da simplificação legislativa e da qualidade da legislação.
- O PS referiu-se às deslocações internacionais do Presidente da República, considerando que o facto de serem convidados sempre para integrar essas delegações os Deputados dos círculos eleitorais da emigração não assegura a representatividade dos GP e é suscetível de criar distorções, visto que a escolha dos eleitores recai sempre sobre os mesmos Deputados.
- O PS questionou o facto de nunca ter sido aplicado, na presente legislatura, o disposto no artigo 225.º do RAR, nos termos do qual cada Ministro deve comparecer perante o Plenário pelo menos uma vez por sessão legislativa, para uma sessão de perguntas dos Deputados. Foi considerado, pelos restantes Grupos Parlamentares, que está na disponibilidade de cada GP requerer em Conferência de Líderes o agendamento dos debates regimentais que entendessem mais adequados, tratando-se de uma opção política, muito embora fosse inexequível, em termos temporais, utilizar todos os instrumentos de fiscalização política previstos no RAR, nomeadamente em relação aos debates em Plenário.

Ainda sobre este tema, a propósito do elenco de debates sobre assuntos europeus a realizar em Plenário, tendo em conta o disposto na Lei de Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela AR no âmbito do Processo de Construção da União Europeia, o PCP considerou ser necessário proceder a uma reflexão séria sobre a inexequibilidade da realização de diversos debates obrigatórios, em decorrên-

cia de normativos legais. Tendo em conta a tipologia de debates regimentais e a necessidade de dar cumprimento aos direitos potestativos dos grupos parlamentares, vários desses debates acabam por ficar prejudicados.

- O PS lamentou que a notícia dada inicialmente por um órgão de comunicação social se tivesse confirmado, de o Governo ter entregado na AR o Documento de Estratégia Orçamental sem a informação com projeções sobre o desemprego e custos de produtividade, a qual, todavia fora enviada à Comissão Europeia. Considerou que tal situação configura um desrespeito por este órgão de soberania, o que é inaceitável.

A SEAPI esclareceu que o documento enviado à Comissão Europeia era um anexo, enviado em data posterior, e na sequência de um pedido expresso da Comissão, pelo que não houvera qualquer intenção de não transmitir informação à Assembleia. Disse, ainda, que o Ministro das Finanças se encontrava, naquele momento, a prestar os necessários esclarecimentos à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP), em sede de audição parlamentar a decorrer.

A PAR considerou desejável que, futuramente, o Governo passe a enviar à AR, de forma oficiosa, todos os documentos que acrescentem ou alterem informação relativamente a outros já entregues ao Parlamento e enviados a Bruxelas. Os Grupos Parlamentares do BE, PCP e CDS saudaram esta proposta da PAR.

- O PS manifestou o seu desagrado pela devolução, pela SEAPI, de um requerimento diretamente a um Deputado, com o fundamento de desconformidade face às regras regimentais. Considerou que o procedimento era incorreto, porque cabe à Mesa devolver ao Deputado o requerimento. A SEAPI esclareceu que o requerimento tinha sido devolvido pela sua Chefe do Gabinete à Secretária-Geral da AR, uma vez que a entidade destinatária era incompetente de acordo com a matéria, procedimento previsto no ponto 5 do Guia de Boas

Práticas sobre Perguntas e Requerimentos. A PAR defendeu que as perguntas e os requerimentos devem ser sempre devolvidos à Mesa e nunca à Secretária-Geral da AR, porquanto esta não representa politicamente o Parlamento. Considerou que cabe à Mesa efetuar todos esses contactos, servindo de meio para os Deputados e conferindo a essas perguntas e requerimentos “força de Assembleia”. Ficou assente o entendimento de que as devoluções são feitas à Mesa.

- A SEAPI disse que o Governo tinha feito, no final da 1.^a sessão legislativa, um levantamento estatístico no que respeita ao relacionamento entre a AR e o Governo, tendo concluído que o Governo tinha estado presente em 103 sessões plenárias, tendo-se registado a presença de 336 membros do Governo em reuniões de comissões parlamentares (até 19 de julho), existindo uma taxa de resposta de 85% relativamente às perguntas dos Deputados.
- A PAR ouviu a Conferência sobre a sua intenção de propor ao Governo a celebração de um protocolo que garanta aos Deputados o uso dos espaços dos Governos Cívicos – que vão ser extintos – para o contacto com os eleitores, que, nos termos regimentais, ocorre às segundas-feiras. Os GP concordaram.

Na 1.^a sessão legislativa da XII legislatura, a Presidente da Assembleia informou a Conferência sobre os seguintes assuntos:

- Seria apresentado um plano de austeridade orçamental da AR, salvaguardando a dignidade e a eficácia do trabalho dos Deputados.
- Como forma de o Parlamento se aproximar do cidadão, a PAR informou da possibilidade de serem organizados nos espaços da AR alguns eventos de âmbito cultural, científico ou mesmo empresarial.
- Seria necessário proceder a nova eleição para a Delegação da AR à Assembleia Parlamentar da CPLP, tendo em conta que a Delegação eleita não respeitava os Estatutos da AP-CPLP, que prescrevia que os grupos nacionais devem respeitar o princípio de um terço de representatividade de um dos géneros.

- A PAR informou sobre a aplicação à AR, a partir de janeiro de 2012, da ortografia conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de acordo com a Deliberação n.º 3-PL/2010, de 15 de dezembro.
- A PAR lembrou a total desmaterialização do processo das perguntas e dos requerimentos, a partir de janeiro de 2012, deixando de ser entregues perguntas e requerimentos em suporte de papel.
- Foi realizada uma reunião com o Conselho de Direção do Canal Parlamento, para a diversificação da produção interna do Canal Parlamento, no sentido de aproximar o canal da sociedade, dando a conhecer o trabalho dos Deputados fora do Plenário, nas Comissões, nos respetivos círculos eleitorais e nas delegações internacionais e ainda incluindo a agenda escrita dos Plenários.
- A PAR informou sobre a Conferência de Presidentes de Parlamentos, em Varsóvia, em que estivera presente.
- Na Conferência dos Presidentes dos Grupos Parlamentares, foi analisada a proposta da PAR de criação de um grupo de trabalho vocacionado para a simplificação legislativa, que teria de articular o seu trabalho com o Governo, em termos a definir, e que, para esse efeito, o próximo Orçamento da Assembleia da República (OAR) deveria prever uma verba.
- A PAR lembrou os esforços do Parlamento de estender a toda a população a emissão do Canal Parlamento em Televisão Digital Terrestre (TDT), designadamente a Resolução da AR n.º 11/2012, que recomenda ao Governo que adote as medidas necessárias para que seja dada cobertura universal do sinal digital seja por TDT, seja por satélite, sem custos adicionais para os utilizadores, a Lei n.º 36/2012, de 27 de agosto, que altera a Lei n.º 6/97, de 1 de março, no sentido de autorizar a difusão de trabalhos parlamentares através da TDT, permitindo o acesso ao sinal de vídeo da AR de todos os operadores do serviço de radiodifusão televisiva digital terrestre devidamente licenciados, e a Resolução da AR n.º 122/2012, que alterou a Resolução da AR n.º 37/2007, de 20 de agosto, que estabelece o Regime do Canal Parlamento. Informou também sobre as linhas do acordo com a Portugal Telecom (PT) para a operacio-

nalização do Canal Parlamento na TDT e solicitou o compromisso unânime dos GP para este acordo.

- Foram ainda transmitidas informações sobre:
 - Cerimónia de entrega do Prémio Norte-Sul, no dia 27 de março.
 - Iniciativa organizada para celebrar o Dia Mundial do Teatro, a 28 de março.
 - Programa das comemorações do Dia Mundial do Refugiado (20 de junho).
 - Programa de encerramento das comemorações do Centenário da República.
 - Homenagem a Passos Manuel, na ocasião da passagem dos 150 anos sobre a sua morte.
 - Organização na AR de um evento, no dia 6 de dezembro, no âmbito do Dia Internacional do Voluntariado.
 - Programa para promover o Dia da Memória do Holocausto, na sequência da aprovação pela AR de Resolução que consagrou como tal o dia 27 de janeiro.
 - Cerimonial relativo à sessão solene comemorativa do 37.º Aniversário do 25 de Abril.
 - Programa da sessão de homenagem ao realizador Manoel de Oliveira que, ao mesmo tempo, assinala a reabertura do ano parlamentar.

A **Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares** reuniu-se 13 vezes durante a 1.ª sessão da XII legislatura. Este órgão é presidido pela Presidente da Assembleia da República e reúne todos os Presidentes das Comissões Parlamentares, acompanhando com regularidade a atividade das comissões parlamentares, e promovendo a elaboração, no início de cada sessão legislativa, de um relatório de progresso relativo à aprovação e entrada em vigor das leis e da consequente regulamentação, bem como, definindo, relativamente às leis aprovadas, aquelas sobre as quais deve recair uma análise qualitativa de avaliação dos conteúdos, dos seus recursos de aplicação e dos seus efeitos práticos.

Na sessão legislativa em apreço, entre os temas abordados em Conferência, destacam-se os relativos à competência

das comissões parlamentares, aos critérios para a criação de subcomissões, ao tratamento das petições, ao mapa das audições obrigatórias dos Ministros, nos termos do artigo 104.º do RAR e à elaboração dos planos de atividade e orçamentos das comissões, num espírito de austeridade, no âmbito do plano de austeridade orçamental para a AR.

Foram discutidas as competências das comissões parlamentares, no sentido de evitar ou resolver conflitos, positivos ou negativos, e de melhor ajustar a sua composição às necessidades de fiscalização da ação governativa.

Em especial, no final da sessão legislativa, foi necessário esclarecer a distribuição de competências entre a 1.ª, a 8.ª e a 12.ª Comissões em matéria de direito de autor. Ficou definido que a matéria de direito de autor é sempre da competência própria da 1.ª Comissão. Nos casos em que a mesma matéria esteja implicada com as matérias da competência da 8.ª Comissão ou da 12.ª Comissão, ou de ambas, a 1.ª Comissão não delibera sem o parecer prévio obrigatório dessas comissões. Nesses casos, deve ser instaurada uma prática de reuniões conjunta (pelo menos uma) da 1.ª Comissão com a comissão ou comissões implicadas, sobretudo quando se tratar de temas complexos de regulação da sociedade da informação ou da cultura.

Ainda em conexão com este assunto, o Presidente da 1.ª Comissão, Deputado Fernando Negrão, veiculou a preocupação de dois membros da Comissão, Deputados Hugo Velosa e Ricardo Rodrigues, pelo aumento de situações de distribuição de iniciativas legislativas a várias comissões, apesar de o despacho indicar a comissão competente. Esta situação levantava alguns problemas, nomeadamente, a eventual existência de pareceres contraditórios e a realização de audições por mais do que uma comissão.

Tendo em consideração o entendimento concordante expresso pelos Presidentes, a PAR concluiu que, daí em diante, passaria a distribuir apenas à comissão competente, ficando a proposta de transversalidade a cargo das comissões.

A PAR partilhou o entendimento de que deveria ser dada prevalência à formação de grupos de trabalho no âmbito das comissões. Seria criada apenas a Subcomissão de Igualdade, por ser antiga a tradição da sua existência. Foi consensualizado um entendimento de contenção relativamente à criação de subcomissões, uma vez que os grupos de trabalho são mais flexíveis e permitem uma dinâmica coordenada pelo Presidente de cada comissão.

Sobre a matéria dos agendamentos no processo legislativo, o Presidente da 1.ª Comissão, Deputado Fernando Negrão, referiu que, não obstante a compreensão para os tempos especiais que se viviam, não estavam a ser minimamente respeitados os prazos estipulados no Regimento da AR sobre os agendamentos das iniciativas legislativas, tendo passado a regra a ser a urgência, o que, na prática, levava ao agendamento de algumas iniciativas para Plenário sem sequer terem dado entrada. O curto espaço de tempo entre a baixa à comissão e o agendamento para Plenário não permitia uma análise séria da matéria em causa e, por certo, não redundava numa maior qualidade da legislação. Os Presidentes das 2.ª, 5.ª e 8.ª Comissões, Deputados Alberto Martins, Eduardo Cabrita e José Ribeiro e Castro, acompanharam as palavras anteriores, referindo que a falta de aprofundamento das matérias em análise estava a enfraquecer o debate parlamentar e a refletir-se negativamente no esclarecimento dos cidadãos. A PAR considerou a matéria da maior importância e informou que levaria a questão à Conferência de Líderes.

Tendo informado sobre o número de petições pendentes em cada comissão, a PAR solicitou aos Presidentes de Comissão prioridade no tratamento e apreciação daquelas, porquanto é necessário cumprir os prazos legais para o seu tratamento, conforme resulta da Lei do Exercício do Direito de Petição. Além do pedido de maior celeridade no tratamento das petições, a PAR lembrou que dão entrada inúmeras exposições de cidadãos, que são tratadas como expediente, mas materialmente configuram petições e merecem esse tratamento.

Finalmente, no que concerne às petições e no contexto da desconcentração de competências da PAR, foi decidido que as diligências indicadas no n.º 2 do artigo 19.º da Lei do Exercício do Direito de Petição passam a ser desempenhadas pelos Presidentes.

A PAR destacou a boa performance da Assembleia da República em matéria de escrutínio das iniciativas europeias, conforme resulta do relatório anual 2010 sobre as relações entre a Comissão Europeia e os Parlamentos Nacionais, que coloca a AR como o Parlamento Nacional mais participativo naquele ano, com 106 pareceres escrutinados. O *ranking* é honroso, mas não deve ser descurado o aspeto qualitativo.

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), Deputado Paulo Mota Pinto, chamou a atenção para o escrutínio normal, de acompanhamento do programa legislativo da Comissão Europeia (exercido no âmbito das várias comissões parlamentares) e para o escrutínio realizado no âmbito da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, relativo à análise da conformidade de propostas legislativas europeias com o princípio da subsidiariedade em que os Parlamentos Nacionais são notificados pela Comissão Europeia (ou pelo Conselho) das iniciativas que recaem neste âmbito, para que se possam pronunciar no prazo de oito semanas conforme estipulado pelo protocolo 2. Pediu a todas as comissões que informe a PAR da sua intenção de proceder ou não ao escrutínio das iniciativas, tendo apelado também a uma melhoria qualitativa dos pareceres produzidos pelas comissões. Lembrou que alguns dos mecanismos previstos na Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto (Lei de Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela AR no âmbito do Processo de Construção Europeia) não estavam a ser plenamente aproveitadas, como o caso das reuniões conjuntas entre a CAE, a comissão especializada em razão da matéria e o membro do Governo responsável pela área, na semana anterior ou posterior à data da realização dos Conselhos. Comprometeu-se a enviar a cada comissão parlamentar informação prévia sobre a agenda dos Conselhos Europeus, de forma a ser avaliado, em cada

caso, o interesse da audição conjunta com o membro do Governo que estará presente no Conselho.

A PAR ressaltou a importância da simplificação legislativa e solicitou contributos para esse objetivo, tendo avançado com três ideias-chave:

- Realização de estudos de impacto económico e/ou orçamental a fazer pela Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) sobre iniciativas legislativas estruturantes;
- Realização de estudos de impacto social – criação no ano seguinte de grupo paralelo, carecendo de previsão no Orçamento para tanto, constituído por técnicos altamente qualificados e também por elementos dos GP;
- Criação de grupo de trabalho, unidade ou comissão eventual vocacionada apenas para a simplificação legislativa, em estreita colaboração com o Governo, com composição mista, uma vez que seria indispensável a colaboração de técnicos especializados. Esta unidade ficaria com a incumbência de proceder a um levantamento exaustivo da legislação existente, do que está revogado, do que subsiste apenas com uma norma em vigor, etc.

A este propósito, o Presidente da 8.ª Comissão, Deputado José Ribeiro e Castro, referiu o processo a decorrer na sua Comissão de Compilação das Leis de Educação nas suas várias vertentes.

Ainda no que concerne à simplificação legislativa, a PAR informou que a Conferência de Líderes tinha analisado a questão da aprovação de diversas resoluções da AR sobre matérias idênticas que são publicadas em *Diário da República* (DR), em regra no mesmo dia. Sendo incompreensível para o cidadão a publicação de várias resoluções sobre o mesmo assunto, seria desejável que houvesse uma abordagem conjunta dos textos em sede de redação final nas comissões.

No âmbito da desmaterialização dos procedimentos, a PAR informou que os GP devem privilegiar o contacto por e-mail, enviando por essa via as declarações de voto, pare-

ceres, etc., e que os serviços da AR apresentaram um relatório sobre a desmaterialização do processo legislativo a apresentar à Conferência dos Presidentes. O Gabinete da PAR iria ainda preparar uma informação sobre racionalização de procedimentos em sede de processo legislativo.

Foram aprovados, por unanimidade, o Relatório de progresso sobre a aprovação e entrada em vigor das leis e da consequente regulamentação referente à 2.ª sessão legislativa da XI legislatura (15 de setembro de 2010 a 19 de junho de 2011), o Relatório sobre a avaliação do grau de execução das leis durante a XI legislatura (15 de outubro de 2009 a 19 de junho de 2011) e o Relatório sobre as leis parcialmente regulamentadas e não regulamentadas da IX legislatura ao fim da XI legislatura (5 de abril de 2002 a 19 de junho de 2011).

No que diz respeito à participação dos Deputados em conferências, a PAR salientou a importância de conciliar a vertente externa do trabalho parlamentar e da prática de uma diplomacia parlamentar ativa com a necessária contenção orçamental, sendo necessário racionalizar e ponderar o interesse na participação e o número de elementos da Delegação. A PAR apresentou um projeto de despacho clarificador e atualizador do quadro legal vigente na AR em matéria de deslocações internacionais de Deputados, quer no âmbito das delegações permanentes, quer no âmbito das Comissões Parlamentares Permanentes e, também, das suas deslocações a título individual.

O Presidente da 1.ª Comissão suscitou o agendamento do tema das relações institucionais entre a AR e os órgãos que funcionam no seu âmbito, a propósito de um parecer que a Comissão havia solicitado à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) sobre a Proposta de Lei n.º 34/XII do Governo, que procede à terceira alteração à Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, que regula a utilização de câmaras de vídeo pelos serviços e forças de segurança em locais públicos de utilização comum. Em resposta, a CNPD oficiou a Comissão no sentido de que esta “ficara devidamente notificada para todo o conteúdo do Parecer”

que já tinha enviado antes ao Governo. O Presidente da 1.ª Comissão considerou que a forma como a CNPD se dirigira à Comissão configurara um total desrespeito pelo princípio da separação dos órgãos de soberania, entendimento sufragado pela PAR e pelos Presidentes de Comissão.

A PAR solicitou aos Presidentes das várias comissões que, no âmbito das respetivas competências, procedessem ao levantamento dos órgãos externos com que se relacionam, solicitando a cada um deles o respetivo plano de atividades e, se necessário, realizando audições de modo a efetuar um acompanhamento efetivo que possibilite a deteção de problemas de cada entidade e a reflexão que se impõe sobre eventuais reestruturações e reorganizações. Lembrou que a vertente financeira deveria ser analisada em conjunto com o Conselho de Administração da AR, tendo em conta as competências deste órgão em matéria de Orçamento da Assembleia da República. Quanto às alterações legislativas necessárias que resultem da reflexão a empreender, devem ser articuladas com os Grupos Parlamentares, enquanto detentores também da capacidade de iniciativa legislativa.

A PAR informou a Conferência sobre as pretensões da Associação dos Jornalistas Parlamentares quanto às condições de trabalho, designadamente quanto à escassez dos lugares nas salas de reunião, que obriga a mistura com os assessores dos GP, as fracas condições acústicas em algumas reuniões e as baias que limitavam o seu trabalho.

A PAR reiterou a ideia da realização de reuniões no exterior pelos vários órgãos da AR, tendo considerado que a Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares poderia realizar uma experiência-piloto na sua próxima reunião, que serviria de ensaio para a eventual realização de uma sessão plenária fora da Assembleia. Propôs a realização dessa primeira reunião em Setúbal, devendo a agenda ter uma dupla vertente: interna e externa. Ficou essa reunião marcada para dia 25 de setembro, no início da 2.ª sessão legislativa, como forma de comemorar o Dia Mundial do Mar, com a organização atribuída

especialmente com os Presidentes da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (Deputado Eduardo Cabrita), da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (Deputado Fernando Negrão) e da Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal (Deputado Vieira da Silva). O programa seria a elaborar em conjunto com a Comissão de Agricultura e Mar.

Durante a 1.ª sessão da XII legislatura, o **Conselho de Administração** (CA) reuniu-se 44 vezes.

O Conselho de Administração é um órgão de consulta e gestão, constituído na presente legislatura por seis Deputados em representação de cada um dos Grupos Parlamentares, pelo Secretário-Geral da Assembleia da República e por um representante dos funcionários parlamentares. Nesta legislatura é presidido pelo Deputado Couto dos Santos.

As competências que legalmente lhe estão atribuídas são, designadamente:

- Pronunciar-se sobre a política geral de administração e os meios necessários à sua execução e, ainda, sobre a adjudicação de obras, a realização de estudos e a locação ou a aquisição de bens e serviços, assim como exercer a gestão financeira da Assembleia da República.
- Elaborar os planos de atividades, plurianuais e anuais, as propostas de orçamento e o relatório e a conta da Assembleia da República e, ainda, as propostas de resolução relativas à estrutura orgânica dos serviços da Assembleia da República, ao quadro do seu pessoal e ao estatuto dos funcionários parlamentares.

No âmbito das suas competências, podem destacar-se as seguintes decisões do Conselho de Administração:

Orçamento da Assembleia da República

O Conselho de Administração adotou as Orientações para o OAR de 2012, nos termos do qual o Parlamento se com-

prometeu a participar no esforço nacional de contenção financeira, sem prejuízo do seu estatuto de autonomia financeira e das suas competências autorreguladoras.

Em termos genéricos, as linhas de orientação aprovadas incidiram nas seguintes áreas:

- Serviços da Assembleia da República (SAR) – as linhas de orientação aprovadas salientaram a necessidade de se proceder à reavaliação da orgânica dos serviços da Assembleia da República, bem como de elaborar um projeto de mapa de pessoal dos SAR/2012 que tenha em conta as fundamentadas necessidades dos Serviços e, em simultâneo, a indispensável contenção destes recursos.
- Projetos e ações a desenvolver – neste campo, foram aprovadas as seguintes orientações: os projetos/ações a apresentar pelos SAR em 2012 devem traduzir-se numa redução média de 3%, face aos atuais montantes de dotações ajustadas do OAR2011; inscrição dos quantitativos estimados para as obras necessárias à conservação e adequado funcionamento do Palácio de S. Bento e restantes instalações da AR, para a realização dos demais projetos de manutenção, conservação e modernização da Assembleia da República, designadamente na área informática, na área administrativa e financeira, na área das comunicações e no Canal Parlamento e para cobertura dos encargos com a organização e realização de conferências, seminários e outras iniciativas de interação com a sociedade civil.

Foi ainda determinado que, quer no que respeita às atividades a desenvolver pelas comissões parlamentares, quer no que se refere aos encargos com a atividade das delegações da Assembleia da República nas deslocações às organizações interparlamentares bem como com as atividades dos Grupos Parlamentares de Amizade, não podem ser incluídos no OAR 2012 valores superiores às dotações ajustadas do OAR 2011. Por seu turno, toda a inscrição de verbas relativas a aquisições de bens e serviços deve refletir as medidas tomadas a nível de contenção de despesas, designadamente com viagens, *plafonds* fixados para empresas de comunicações e despesas correntes em geral.

- Despesas com pessoal – foram consagradas as seguintes orientações: as reduções remuneratórias determinadas pelas Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, Lei n.º 52/2010, de 14 de dezembro, e Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro; a aplicação do Estatuto dos Funcionários Parlamentares, aprovado pela Lei n.º 23/2011, de 20 de maio, do qual não resultam aumentos de encargos; a manutenção do valor das ajudas de custo e do subsídio de transporte e a aplicação dos regimes de trabalho extraordinário e do trabalho noturno (Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro); a adoção de medidas de contenção nos encargos com trabalho extraordinário em fins de semana e feriados; e a manutenção das reduções do valor dos contratos de bens e serviços previstos no artigo 22.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, nos termos de Despacho PAR n.º 98/XI, de 1 de janeiro de 2011, publicado em *Diário da República* de 11 de maio de 2011 – Despacho (extrato) n.º 7107/2011.
- Entidades autónomas e Conselhos que funcionam junto da Assembleia da República – as orientações lembram a redução de 2%, face aos valores de 2011, para as rubricas não abrangidas pela aplicação dos artigos 19.º, 22.º, 26.º e 28.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.
- Subvenções públicas aos partidos políticos e à campanha das eleições legislativas da Região Autónoma dos Açores – foi determinado aplicar a redução de 10% até 31 de dezembro de 2013, calculadas com referência à Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) de 2008 (€426), de acordo com a Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro.

De acordo com as orientações aprovadas, foi assinado o projeto de Orçamento da Assembleia da República 2012 no montante global de €95.394.581,00. O orçamento da atividade da AR para o ano de 2012 caracterizou-se, assim, por uma redução de 20% relativamente ao OAR 2011 corrigido, excluindo os montantes relativos às entidades cujos orçamentos dependem de verbas inscritas do OAR, às subvenções e às entidades autónomas e por um decréscimo de 8,9% da despesa global das entidades autónomas em relação ao orçamentado em 2011.

O Conselho de Administração aprovou ainda o Relatório da Conta de Gerência e as Contas da AR de 2011, bem como o 1.º Orçamento Suplementar da AR, para agendamento em reunião plenária.

No âmbito do funcionamento do próprio CA, foi deliberado proceder à desmaterialização do papel nas reuniões do CA, reduzindo o gasto do papel, através do envio da documentação digitalizada por correio eletrónico, bem como proceder à atualização do regulamento do CA e à consagração das reuniões do CA como trabalho parlamentar.

Organização e funcionamento

No que respeita aos serviços disponíveis nas salas de reuniões, o Conselho de Administração deliberou mandar colocar máquinas de café expresso com cápsulas nas salas do Palácio de S. Bento, onde são efetuadas reuniões parlamentares, bem como manter o fornecimento de água engarrafada, sugerindo utilização de garrafas de vidro de 1l e de ½ l. No que se refere às impressões no Plenário, foi lembrada a decisão de programar as impressoras para a impressão a preto e branco.

No tocante às deslocações dos Deputados, foi deliberado abrir concurso limitado por prévia qualificação internacional para seleção de uma agência de viagens para a prestação de serviços de viagem e alojamento, bem como proceder à alteração à Resolução da AR n.º 57/2004, que passa a determinar que as deslocações em missão oficial são feitas em classe económica, quando tenham uma duração igual ou inferior a 4 horas (e não 3h30, como anteriormente).

Foram ainda aprovadas orientações quanto ao ordenamento do estacionamento nos parques subterrâneo, de superfície de S. Bento e fronteiro ao Edifício Novo.

Na sequência da aprovação do Estatuto dos Funcionários Parlamentares, pela Lei n.º 23/2012, de 20 de maio, foi também aprovado o Projeto de Regulamento do Funcionário Parlamentar Estudante.

O CA deu ainda parecer favorável à abertura de concurso público de fornecimento de refeições e exploração das cafetarias na AR, ao concurso para prestação de serviço de cópia em regime de *outsourcing* na AR, ao abate de diverso mobiliário e equipamento a favor de várias instituições, à proposta de renegociação do pacote referente à transmissão da TV Cabo nos edifícios da Assembleia da República, ao fornecimento de plataforma eletrónica de contratação pública da AR, à preparação e organização dos documentos do Arquivo Histórico Parlamentar (AHP) relativos ao período da Monarquia Constitucional, à celebração de contrato de assistência e manutenção dos sistemas de áudio, votação eletrónica, projeção multimédia e de interpretação/tradução simultânea, ao contrato de assistência e manutenção do sistema de gravação digital áudio, à aquisição de solução de arquivo, correios e ficheiros, suporte três anos e serviços de implementação, à aquisição de serviços de gestão de informação de imprensa, rádio e televisão, à aquisição de serviços de inspeção e consultoria alimentar, à venda de imóvel na Região Autónoma da Madeira em hasta pública e à abertura de concurso para a aquisição de uma solução multimédia para o Centro de Acolhimento ao Cidadão.

Obras

O Conselho de Administração pronunciou-se favoravelmente em relação a diversas obras de requalificação do Palácio de S. Bento e em outros espaços em que funcionam serviços, designadamente no que diz respeito à empreitada de requalificação dos sótãos do Andar Nobre, à remodelação das instalações sanitárias junto ao Claustro, à empreitada de reabilitação do teto da galeria da Sala do Senado, aos trabalhos de ventilação e climatização da creche da Assembleia da República, à requalificação dos sistemas de ventilação do piso -1 do Edifício Novo da AR, à remodelação da Sala do Senado, à substituição dos postos de transformação e grupo gerador no Palácio de S. Bento e à execução de projetos de especialidade na cobertura dos Passos Perdidos e Escadaria Nobre do Palácio de S. Bento.

Na área da **Informática**, o Conselho de Administração pronunciou-se favoravelmente quanto ao abate e à doação de servidores e outro equipamento informático, quanto à aquisição de serviço de acesso à Internet em banda larga móvel, quanto à aquisição de um sistema de acesso à Internet e de um sistema de entradas/saídas de e-mails e quanto ao fornecimento de reforço da infraestrutura de armazenamento, processamento e memória, quanto à migração da base de dados em Access “Candidatos às eleições legislativas – 1976/2009” para uma plataforma Web, quanto à aquisição de hardware e aquisição de software para Plataforma WebTV para o Canal Parlamento e quanto à gestão e distribuição de conteúdos audiovisuais na Web Multi-terminal (PC, iPhone e iPad).

Cooperação

Destacam-se a aprovação da celebração de contrato de prestação de serviços com a leitora de português para o Parlamento de Timor-Leste, da celebração de contrato de prestação de serviços (área de informática) no âmbito da cooperação com a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, da celebração dos contratos de prestação de serviços (áreas de apoio parlamentar e de biblioteca, documentação e arquivo) no âmbito da cooperação com o Parlamento de São Tomé e Príncipe e da celebração de contrato com a leitora de língua portuguesa junto da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau.

TABELA 4

REUNIÕES PLENÁRIAS, DA COMISSÃO PERMANENTE, DA CONFERÊNCIA DE LÍDERES, DA CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Plenárias	Tipo de Reunião		N.º Reuniões	
	Ordinárias	Solenes	134	135
	Comissão Permanente		1	
	Conferência de Líderes		35	
	Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares		13	
	Conselho de Administração		41	



COMPOSIÇÃO
E ATIVIDADE
DAS COMISSÕES
PARLAMENTARES

Comissões Parlamentares Permanentes

Na 1.^a sessão legislativa da XII legislatura, estiveram em funcionamento 12 Comissões Permanentes, número fixado, obedecendo ao definido legalmente, no início da legislatura, pela Deliberação n.º 1-PL/2011 – Elenco e

Composição das Comissões Parlamentares Permanentes. Na tabela e no gráfico que a seguir se apresentam é apresentado o número de reuniões ordinárias de cada Comissão Parlamentar Permanente.

TABELA 5

COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES – REUNIÕES POR COMISSÃO

N.º Comissão	Comissão	N.º Reuniões
1. ^a	Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	100
2. ^a	Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	57
3. ^a	Defesa Nacional	68
4. ^a	Assuntos Europeus	70
5. ^a	Orçamento, Finanças e Administração Pública	111
6. ^a	Economia e Obras Públicas	95
7. ^a	Agricultura e Mar	74
8. ^a	Educação, Ciência e Cultura	150
9. ^a	Saúde	59
10. ^a	Segurança Social e Trabalho	83
11. ^a	Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local	64
12. ^a	Ética, Cidadania e Comunicação	80
Total		1011

GRÁFICO 6

COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES – REUNIÕES POR COMISSÃO

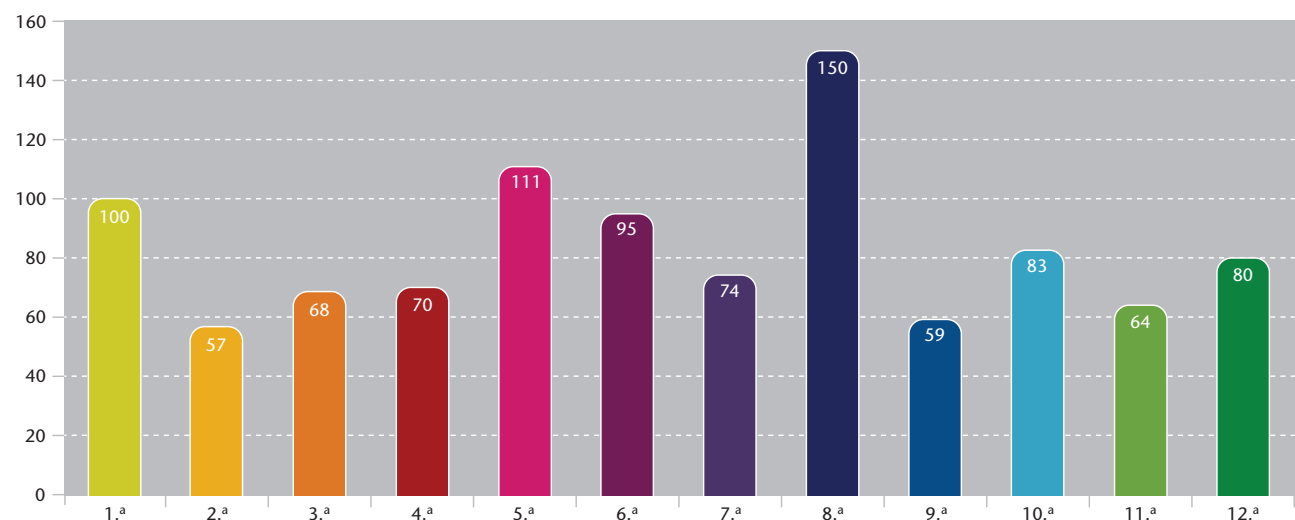


TABELA 6

COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES – REUNIÕES POR GRUPO DE TRABALHO

Comissões	Grupos de Trabalho	N.º Reuniões
1.ª – CACDLG	Prémio Direitos Humanos 2011	1
	Audição de Peticionantes	8
	Enriquecimento Ilícito	3
	Acompanhamento da Aplicação das Medidas Políticas e Legislativas de Combate à Corrupção	3
3.ª – CDN	Audiências – 3.ª CDN	4
4.ª – CAE	Revisão da Lei n.º 43/2006	6
	Iniciativas Europeias	1
5.ª – COFAP	Contratos de Crédito à Habitação	8
6.ª – CEOP	Audiências – 6.ª CEOP	31
	Compra e Venda de Ouro	13
	Turismo	12
	Segurança Rodoviária	20
	Trabalhos Preparatórios para Elaboração de uma Lei de Bases da Qualidade, Inovação, Competitividade e Empreendedorismo	11
	Grande Distribuição e Produção Nacional	16
	Mobilidade Suave	4
	Transportes Aéreos para a Madeira e os Açores	16
	Liberalização dos Serviços Postais	4
	Veículos GPL em Parques Cobertos	7
	Bolsa de Terras	10
7.ª – CAM	Árvores com Interesse Histórico	6
	Biomassa	1
	Desporto	21
8.ª – CECC	Educação Especial	11
	Parlamento dos Jovens	11
	Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura e Braga – Capital Europeia da Juventude 2012	3
	Currículos dos Ensinos Básico e Secundário	8
	Regime Jurídico da Cópia Privada	7
	VIH/Sida	4
9.ª – CS	Álcool e Toxicodependência	10
	Medicamentos – Patentes	3
	Prescrição por DCI	5
	Desmaterialização dos Certificados Médicos Óbito	3
	DAV/TV	19
	Cuidados Paliativos	9
	Procriação Medicamente Assistida	3
	Estatuto do Dador de Sangue	6
	Farmácias de Oficina	3
10.ª – CSST	Audiências – 10.ª CSST	22
	Economia Social	13
	Antecipação da Idade de Reforma para Trabalhadores com Deficiência Visual	1

[CONTINUA]

TABELA 6 [CONTINUAÇÃO]

Comissões	Grupos de Trabalho	N.º Reuniões
11. ^a – CAOTPL	Audiências – 11. ^a CAOTPL	9
	Reabilitação e Arrendamento Urbano	4
	Registo de Interesses	18
12. ^a – CPECC	Relatório de Atividades	1
	Audiências – 12. ^a CPECC	1
	Petições – 12. ^a CPECC	3
	Código da Publicidade	2
Total		385

Além de se reunirem ordinariamente e em formação de grupos de trabalho, as comissões realizam ainda audições, audiências, visitas e deslocações. Nas tabelas seguintes estão quantificadas essas realidades.

TABELA 7

COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES – AUDIÇÕES POR COMISSÃO

N.º Comissão	Comissão	N.º Reuniões
1. ^a	Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	53
2. ^a	Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	18
3. ^a	Defesa Nacional	34
4. ^a	Assuntos Europeus	44
5. ^a	Orçamento, Finanças e Administração Pública	93
6. ^a	Economia e Obras Públicas	67
7. ^a	Agricultura e Mar	40
8. ^a	Educação, Ciência e Cultura	92
9. ^a	Saúde	29
10. ^a	Segurança Social e Trabalho	41
11. ^a	Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local	42
12. ^a	Ética, Cidadania e Comunicação	45
Total		598

GRÁFICO 7

COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES – AUDIÇÕES POR COMISSÃO

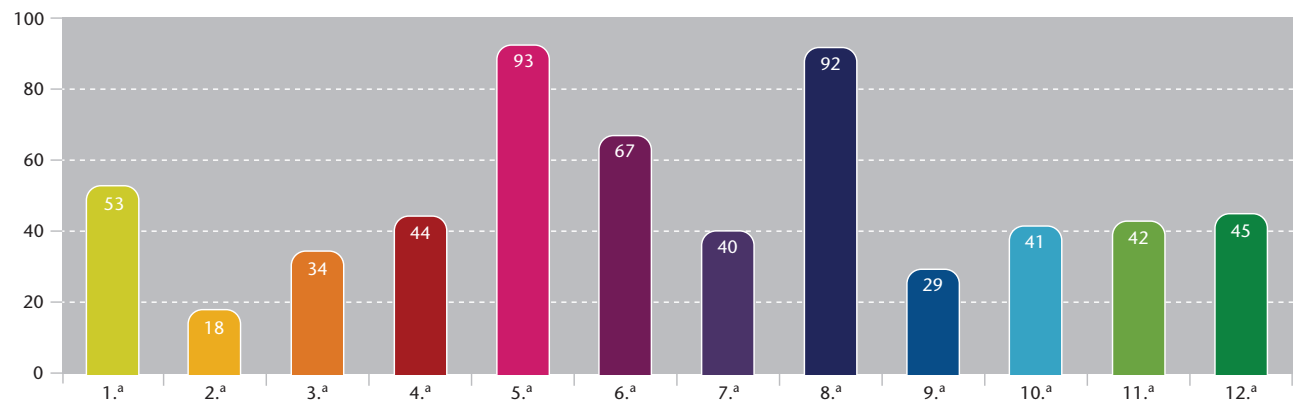


TABELA 8

COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES – AUDIÊNCIAS POR COMISSÃO

N.º Comissão	Comissão	N.º Reuniões
1. ^a	Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	15
2. ^a	Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	51
3. ^a	Defesa Nacional	15
4. ^a	Assuntos Europeus	29
5. ^a	Orçamento, Finanças e Administração Pública	53
6. ^a	Economia e Obras Públicas	8
7. ^a	Agricultura e Mar	37
8. ^a	Educação, Ciência e Cultura	82
9. ^a	Saúde	27
10. ^a	Segurança Social e Trabalho	8
11. ^a	Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local	22
12. ^a	Ética, Cidadania e Comunicação	7
Total		354

GRÁFICO 8

COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES – AUDIÊNCIAS POR COMISSÃO

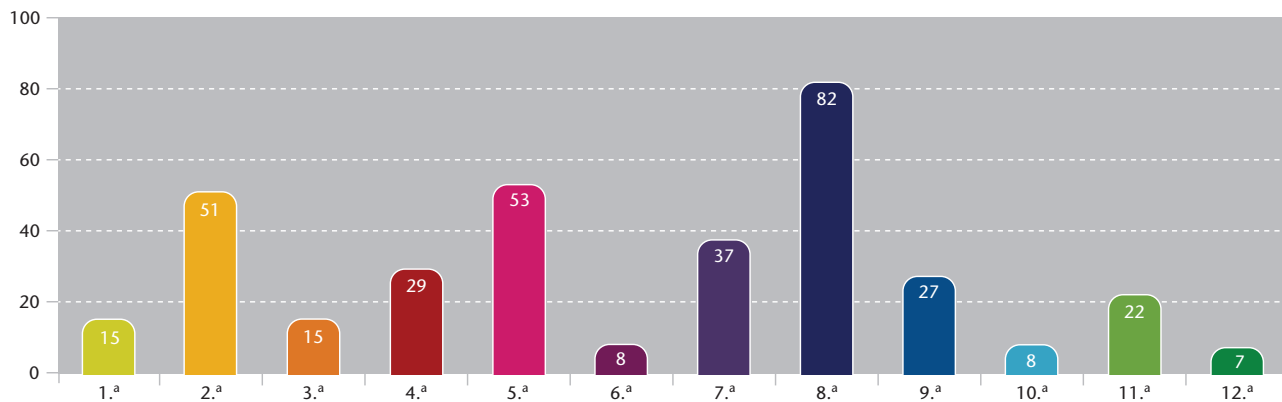


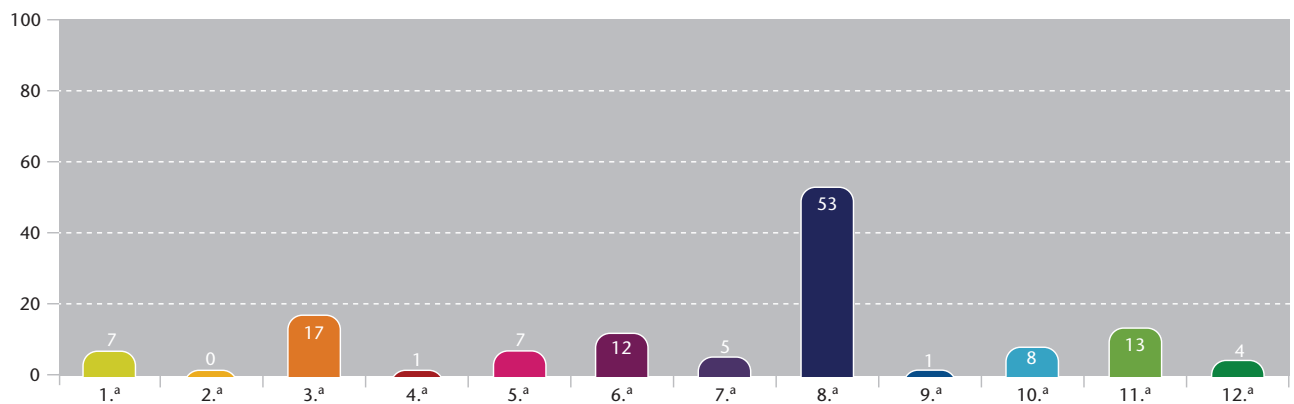
TABELA 9

COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES – VISITAS E DESLOCAÇÕES POR COMISSÃO

N.º Comissão	Comissão	N.º Reuniões
1. ^a	Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	7
2. ^a	Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	0
3. ^a	Defesa Nacional	17
4. ^a	Assuntos Europeus	1
5. ^a	Orçamento, Finanças e Administração Pública	7
6. ^a	Economia e Obras Públicas	12
7. ^a	Agricultura e Mar	5
8. ^a	Educação, Ciência e Cultura	53
9. ^a	Saúde	1
10. ^a	Segurança Social e Trabalho	8
11. ^a	Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local	13
12. ^a	Ética, Cidadania e Comunicação	4
Total		128

GRÁFICO 9

COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES – VISITAS E DESLOCAÇÕES POR COMISSÃO



As Comissões Permanentes organizaram Conferências, Colóquios e Seminários, com a visualização estatística da tabela seguinte.

TABELA 10

COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES – CONFERÊNCIAS, COLÓQUIOS E SEMINÁRIOS

N.º Comissão	Comissão	N.º Reuniões
1. ^a	Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	2
2. ^a	Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	2
3. ^a	Defesa Nacional	0
4. ^a	Assuntos Europeus	0
5. ^a	Orçamento, Finanças e Administração Pública	0
6. ^a	Economia e Obras Públicas	0
7. ^a	Agricultura e Mar	1
8. ^a	Educação, Ciência e Cultura	8
9. ^a	Saúde	0
10. ^a	Segurança Social e Trabalho	2
11. ^a	Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local	0
12. ^a	Ética, Cidadania e Comunicação	5
Total		20

Na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa e da consolidação da metodologia de escrutínio das iniciativas europeias pela Comissão de Assuntos Europeus (CAE), tem vindo a crescer significativamente o número de iniciativas alvo de escrutínio. A CAE recebe as iniciativas europeias (legislativas e não legislativas) da Comissão Europeia e de outras instituições, que distribui às comissões parlamentares em razão da matéria, para conhecimento ou elaboração de relatório. Esse relatório é remetido à Comissão de Assuntos Europeus,

que elabora o seu parecer, dando por concluído o processo de escrutínio.

A tabela que se insere abaixo dá a visualização desses processos de escrutínio, apreciados pelas Comissões Parlamentares Permanentes e concluídos pela CAE.

A partir das 996 iniciativas europeias distribuídas, foram concluídos pela CAE 258 processos de escrutínio, número que revela um aumento exponencial em relação aos 78 processos concluídos na última sessão legislativa da XI legislatura.

TABELA 11

PROCESSOS DE ESCRUTÍNIO DAS INICIATIVAS EUROPEIAS CONCLUÍDOS PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS E APRECIADOS PELAS COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES^I

Comissão	Iniciativas Europeias distribuídas	Nas Comissões Parlamentares Permanentes			Na Comissão de Assuntos Europeus			Número de processos de escrutínio enviados às instituições europeias	
		Deliberação ou Nota de Não Escrutínio ^{II}	Aguarda Relatório	Relatórios aprovados	Parecer de Não Escrutínio	Aguarda Parecer	Pareceres aprovados	C/ Resolução AR (Violação Princípio Subsidiariedade)	S/ Resolução AR
Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	136	47	20	60	4	4	52		
Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	101	100	0	1	2	3	26		
Defesa Nacional	7	2	1	4	0	0	4		
Assuntos Europeus	25	0	0	0	19	2	4		
Orçamento, Finanças e Administração Pública	129	89	8	34	0	4	47		
Economia e Obras Públicas	229	116	10	91	6	5	92	2	256
Agricultura e Mar	135	108	2	25	1	2	35		
Educação, Ciência e Cultura	55	32	2	21	0	1	17		
Saúde	19	7	2	8	1	0	7		
Segurança Social e Trabalho	82	62	4	16	3	1	19		
Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local	53	26	6	20	0	1	20		
Ética, Cidadania e Comunicação	25	12	2	11	1	2	10		
Total^{III}	996	601	57	291	37	25	333^{IV}		258^V

^I As iniciativas europeias são distribuídas às Comissões Parlamentares competentes, em razão da matéria, que as escrutinam separadamente ou em conjunto, e elaboram um relatório. Esse relatório é remetido à Comissão de Assuntos Europeus, que elabora o seu parecer, dando por concluído o processo de escrutínio.

^{II} Incluem-se nesta coluna as iniciativas que aguardam deliberação da comissão competente.

^{III} O pressuposto da leitura da tabela n.º 11 baseia-se no facto de o número das iniciativas europeias distribuídas ser superior ao número das iniciativas europeias recebidas (776), uma vez que é comum suceder que uma iniciativa seja distribuída por mais do que uma comissão, em razão da matéria. Considere-se, ainda, que há casos em que a comissão competente pode deliberar elaborar apenas um relatório sobre duas iniciativas.

^{IV} O número aqui registado (333) resulta da soma dos pareceres elaborados pela CAE com referência aos relatórios apresentados por cada comissão, ainda que relatórios de comissões diferentes se possam reportar à mesma iniciativa, o que implica a contabilização de dois pareceres, quando apenas um foi, de facto, elaborado.

^V Número total de processos de escrutínio enviados às instituições europeias com e sem resolução da AR. Nos casos em que mais do que uma comissão escrutinou uma determinada iniciativa, todos os relatórios produzidos pelas Comissões Permanentes, competentes em razão da matéria, são enviados num único processo, como anexo ao parecer final elaborado pela CAE, daí que o número total apresentado (258) seja inferior à soma do número de processos registados na coluna anterior.

De acordo com o entendimento consensualizado na Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares na 1.ª sessão legislativa da presente legislatura, foi dada prevalência à formação de grupos de trabalho no âmbito das

comissões, adotando-se um critério de contenção na criação de subcomissões. Assim, foi criada apenas a Subcomissão de Igualdade, no âmbito da 1.ª Comissão, cuja atividade se encontra espelhada na tabela e no gráfico abaixo.

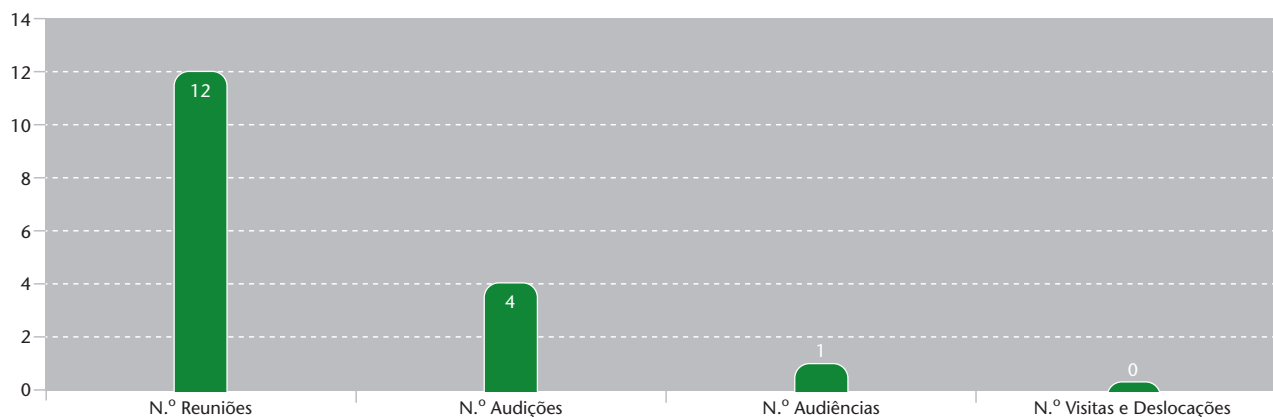
TABELA 12

SUBCOMISSÕES – ATIVIDADE DAS SUBCOMISSÕES

N.º Comissão	Subcomissão	N.º Reuniões	N.º Audições	N.º Audiências	N.º Visitas e Deslocações
1.ª	Igualdade	12	4	1	0
	Total	12	4	1	0

GRÁFICO 10

SUBCOMISSÕES – ATIVIDADE DA SUBCOMISSÃO DE IGUALDADE



A diversidade de atividades desenvolvidas pelas comissões e subcomissões merece tratamento autónomo pelo que de seguida é apresentado relatório sucinto.

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias – CACDLG

A 1.ª sessão legislativa foi um período de extensos debates nas áreas da competência da Comissão, suscitados quer pela atividade de fiscalização política e do cumprimento da Constituição, quer pela apresentação das várias

iniciativas legislativas de cuja apreciação a Comissão foi incumbida e que deram origem à aprovação de Leis da Assembleia da República em matérias de que se destacam a alteração do Código Penal na parte relativa aos crimes contra a natureza e o ambiente; a transferência de competências dos Governos Cívicos para outras entidades da Administração Pública; a criação de equipas extraordinárias de juizes tributários; a arbitragem voluntária; a alteração do Regulamento das custas processuais; a alteração do regime da utilização de câmaras de vídeo pelos servi-

ços e forças de segurança em locais públicos; a alteração do Código de Insolvência e Recuperação de Empresas; a alteração do regime jurídico do estado de sítio e do estado de emergência; a Lei-Quadro das Fundações; a alteração da Lei da Imigração; a alteração do regime jurídico da iniciativa legislativa de cidadãos; a alteração do regime de proteção de dados nas comunicações eletrónicas e a definição dos meios de prevenção e combate ao furto e recetação de metais não preciosos.

Foram ainda debatidas e aprovadas na generalidade, no final da sessão, iniciativas legislativas que promovem alterações dos Códigos Penal e de Processo Penal e do Código de Execução de Penas, bem como de criação do Tribunal Arbitral do Desporto.

Das iniciativas legislativas apreciadas, uma pequena parte não chegou a merecer parecer da Comissão (que não era a Comissão competente para a sua apreciação, mas apenas a subsidiariamente designada para esse efeito), por terem baixado em data coincidente com a da sua apreciação em Plenário ou sem a antecedência suficiente. Com efeito, o agendamento urgente de iniciativas legislativas foi frequente, em prejuízo da boa qualidade das leis, designadamente por dificultar à Comissão a apreciação da iniciativa, a consulta pública das entidades interessadas, a elaboração do parecer, que o RAR impõe que seja “devidamente fundamentado”, o debate atempado e informado e a consequente decisão legislativa que, além dos critérios políticos, não pode deixar de ser uma decisão informada.

A qualidade da legislação permanece como uma das maiores preocupações desta Comissão Parlamentar que, através do seu Presidente, apresentou propostas para a sua melhoria em sede de Conferência de Presidentes de Comissões Parlamentares.

Tendo em vista a apreciação e discussão das matérias objeto das iniciativas que apreciou, e também no âmbito do seu poder de fiscalização da atividade do Governo, a

Comissão ouviu, além dos membros do Governo com competência naquelas áreas, diversas outras entidades especializadas nas matérias em causa ou representativas dos setores envolvidos.

No âmbito da sua competência de acompanhamento das políticas relativas à Justiça, à Administração Interna e à Igualdade, a Comissão procedeu à audição dos membros do Governo (tanto as audições obrigatórias a que se refere o n.º 2 do artigo 104.º do RAR, como as motivadas por requerimento) e de outras entidades, em diferentes áreas temáticas, quer por incumbência legal, quer a requerimento dos Grupos Parlamentares.

Das 50 audições realizadas destacam-se ainda as do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, do Procurador-Geral da República, do Provedor de Justiça, da Comissão para a Eficácia das Execuções, de Deputados Portugueses ao Parlamento Europeu e da Comissária Europeia Viviane Reding, Vice-Presidente da Comissão Europeia e Comissária para a Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania, do Diretor da Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia, de diversas entidades acerca de alegadas fugas de informação do ex-Diretor do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, e ainda de candidatos a titulares de cargos exteriores à Assembleia da República cuja designação lhe compete, incluindo do Tribunal Constitucional, dos Conselhos Superiores da Magistratura e do Ministério Público, da Comissão Nacional de Proteção de Dados, e do Tribunal de Justiça da União Europeia.

No que concerne às 35 petições apreciadas na Comissão, foi concluída a larga maioria das petições pendentes, incluindo todas as que haviam transitado da XI legislatura, tendo também sido admitidas novas petições que mereceram apreciação, diligências de informação e audições obrigatórias dos peticionantes, transitando apenas para a próxima sessão legislativa cinco petições, duas das quais de recente admissão.

A Comissão procurou desburocratizar o tratamento do expediente recebido, tendo apreciado, com assinalável celeridade, vários documentos, muitos dos quais continham verdadeiras queixas ou reclamações, correspondendo à perceção de que a apreciação das exposições dos cidadãos se traduz num esforço de aproximação do poder político aos eleitores, permitindo, em muitos casos, não só contribuir para resolver problemas individuais, como também detetar eventuais deficiências legislativas nas áreas de ação da Comissão.

A Comissão intensificou ainda o acompanhamento de iniciativas legislativas e não legislativas europeias, através da apreciação e emissão de relatórios de escrutínio de 59 das 123 iniciativas recebidas, de acordo com a nova metodologia resultante do Tratado de Lisboa e da alteração da Lei n.º 43/2006.

No âmbito do acompanhamento dos assuntos europeus, a Comissão participou ainda em reuniões interparlamentares dos Parlamentos Nacionais dos Estados-Membros e do Parlamento Europeu, em Bruxelas, designadamente sobre o Controlo Democrático da Estratégia de Segurança Interna e sobre o papel da Europol, Eurojust e Frontex.

Além das reuniões realizadas na 1.ª sessão, a Comissão promoveu a cerimónia de entrega do Prémio Direitos Humanos 2011 e organizou a sessão de apresentação do livro *Mudar a Justiça Penal. Linhas da Reforma do Processo Penal Português*, da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, bem como a Conferência “Independência Económica e Igualdade de Género no Mercado de Trabalho”, promovida pela sua Subcomissão de Igualdade.

A Comissão dinamizou ainda o programa de visitas definido no seu plano de atividades, tendo realizado reuniões de trabalho no quadro das suas visitas aos Conselhos Superiores da Magistratura, dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Ministério Público, à Ordem dos Advogados, ao Centro de Estudos Judiciários, ao Estabelecimento Prisional de Tires e ao Julgado de Paz de Cascais.

Subcomissão de Igualdade

A Subcomissão de Igualdade da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias foi constituída em 3 de março de 2012, sendo composta por 13 Deputados e presidida pela Deputada Elza Pais, do PS.

De acordo com o plano de atividades aprovado pela Subcomissão para a XII legislatura, o tema central escolhido para a 1.ª sessão legislativa foi a “Independência económica e igualdade de género no mercado de trabalho”. Sobre este mesmo tema, a Subcomissão organizou uma Conferência.

A Subcomissão realizou 12 reuniões ordinárias, cinco audições, subordinadas ao tema central de trabalho da sessão legislativa, e uma audiência ao Movimento Democrático de Mulheres – MDM, sobre dificuldades e constrangimentos no funcionamento dos apoios ao abrigo do QREN/POPH no eixo 7.3.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas – CNECP

Sem prejuízo das atividades desenvolvidas quer no cumprimento do respetivo Plano de Atividades, quer no seguimento de iniciativas supervenientes dos grupos parlamentares, a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas elegeu como temas prioritários para acompanhamento na 1.ª sessão legislativa a Língua Portuguesa, a Diplomacia Económica e a Política de Cooperação.

De salientar que, além das 57 reuniões ordinárias e de uma reunião extraordinária realizada com a Comissão de Defesa Nacional, deu-se continuidade à prática de audições de embaixadores portugueses colocados em novos postos, acompanhando mais de perto a ação de diplomacia nacional em algumas linhas definidas como prioritárias na política externa portuguesa, bem como o modo como foram realizadas sete audições regimentais ao abrigo do artigo 104.º do RAR com o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros; assim foram realizadas na totalidade 18 audições.

Na 1.ª sessão legislativa, a CNECP realizou um total de 51 audiências.

Relativamente ao processo legislativo, deram entrada três iniciativas legislativas e 45 iniciativas de outra ordem (39 propostas de resolução e seis projetos de resolução). Foram votados e aprovados 36 pareceres, tendo ficado pendentes seis propostas de resolução.

No âmbito do escrutínio das iniciativas europeias, foi distribuída a proposta de Diretiva do Conselho relativa à proteção consular dos cidadãos da União Europeia no estrangeiro – COM (2011) 811.

Foi concluída a apreciação de duas petições, tendo transitado para a sessão legislativa seguinte a apreciação de outras duas.

De assinalar, igualmente, seis deslocações ao estrangeiro, quer pelo Presidente da Comissão, quer por vários Deputados da Comissão.

Comissão de Defesa Nacional – CDN

No âmbito do processo legislativo, a CDN aprovou os pareceres relativos às iniciativas legislativas que baixaram para apreciação na generalidade, tendo ainda realizado a discussão de diversos projetos de resolução.

Foram também aprovados outros pareceres, nomeadamente os relativos ao Orçamento do Estado para 2011, à Conta Geral do Estado – 2010 e à participação de Portugal no processo de construção de União Europeia, na parte referente à Defesa Nacional. No que se refere ao escrutínio de iniciativas europeias, foram aprovados diversos pareceres sobre iniciativas no âmbito das áreas de competências da Comissão.

No que concerne a audições parlamentares, salienta-se que se realizaram no período referido 34 audições. Destas, 14 contaram com a presença de membros do Governo, incluindo as quatro audições regimentais obrigatórias por

sessão legislativa, nos termos do RAR, com o Ministro da Defesa Nacional sobre a Política de Defesa em geral. Entre as outras entidades recebidas em audição pela Comissão, refira-se o Representante Permanente de Portugal junto da NATO, o Diretor do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa e responsáveis de empresas públicas da área da Defesa.

Sendo esta a primeira sessão legislativa da legislatura, a Comissão deu prioridade aos contactos iniciais com os Ramos das Forças Armadas, começando por audições realizadas na Assembleia da República com os chefes militares, a que se seguiram diversas visitas a instalações e órgãos das Forças Armadas.

No âmbito das visitas, são de realçar a visita ao Estado-Maior-General das Forças Armadas, à Marinha (Alfeite), ao Exército (Santa Margarida) e à Força Aérea (Montijo), bem como os exercícios militares a que a Comissão teve oportunidade de assistir.

O acompanhamento do envolvimento de militares portugueses em missões no estrangeiro, seja no âmbito das designadas «forças nacionais destacadas», seja no âmbito da cooperação técnico-militar, constituiu uma das facetas prioritárias do trabalho desenvolvido, designadamente através de audições sobre a matéria com responsáveis governamentais e militares e do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e das visitas aos Ramos.

É ainda de mencionar que a Comissão concedeu as audiências solicitadas através do grupo de trabalho criado para o efeito, e foram recebidos, como já é tradição da Comissão, os auditores do Curso de Promoção a Oficial General, do Instituto de Estudos Superiores Militares, e do Curso de Defesa Nacional, do Instituto da Defesa Nacional.

Refira-se também que a Comissão de Defesa Nacional recebeu, em conjunto com a Comissão de Negócios

Estrangeiros, o Secretário-Geral da NATO, onde houve oportunidade de debater assuntos da atualidade relacionados com aquela organização, designadamente a preparação da Cimeira de Chicago e as alterações ao nível dos comandos.

No que se refere às petições, é de salientar que foi concluída a apreciação de todas as que foram distribuídas à Comissão, incluindo as transitadas da legislatura anterior.

Finalmente, refira-se que a Comissão esteve presente, através do seu Presidente ou Vice-Presidentes em diversas cerimónias militares, tendo ainda sido assegurada representação em importantes conferências no estrangeiro em matérias da área de competências da Comissão.

Comissão de Assuntos Europeus – CAE

A atividade da CAE na 1.ª sessão legislativa da XII legislatura foi, à semelhança do que sucedeu na anterior legislatura, marcada pela aplicação das disposições do Tratado de Lisboa. Desta feita, concretizou-se a revisão da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, mediante a constituição de um grupo de trabalho, com Deputados de todos os Grupos Parlamentares com assento na Comissão. O processo culminou com a aprovação da Lei n.º 21/2012, de 17 de maio. Apesar de ter sido debatida a revisão da metodologia, aprovada na anterior legislatura, no sentido de ajustar os procedimentos em curso a algumas fragilidades detetadas, esta revisão foi adiada para a próxima sessão legislativa.

No decurso desta sessão legislativa, a CAE aprovou 258 pareceres de escrutínio, destacando-se o trabalho de apreciação da legislação relativa ao aprofundamento da

governança económica, das alterações legislativas à regulação do Espaço Schengen, à reforma da Política Agrícola Comum e Política Comum de Pescas, ao acompanhamento das iniciativas relativas ao Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 e às iniciativas que concretizam a Estratégia Europa 2020, entre outras. Cumpre, ainda, destacar a aprovação dos dois primeiros pareceres fundamentados sobre a violação do princípio da subsidiariedade pela Assembleia da República¹, no âmbito do Protocolo de aplicação dos princípios da subsidiariedade e proporcionalidade (Protocolo n.º 2) anexo ao Tratado de Lisboa.

Dando seguimento à prática introduzida em 2010, e com base no Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2012, foram selecionadas sete iniciativas prioritárias², aprovadas na Sessão Plenária de 16 de março de 2012, que serão objeto de escrutínio reforçado pela Assembleia da República. Relativamente à seleção destas prioridades, é de assinalar que a CAE promoveu uma audição pública, no dia 5 de janeiro de 2012, sobre o Programa de Trabalho da Comissão para 2012, na qual estiveram presentes Deputados às Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira, Deputados portugueses ao Parlamento Europeu (PE), bem como o Vice-Presidente da Comissão Europeia, Comissário Maroš Šefčovič, e o Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, Miguel Morais Leitão.

Refira-se, ainda, a realização de audições, em conjunto com as Comissões Permanentes Competentes, com Comissários Europeus sobre diversas matérias em acompanhamento pela Comissão de Assuntos Europeus, bem como de Deputados portugueses ao Parlamento Europeu.

¹ Relativamente à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 562/2006 para estabelecer regras comuns sobre a reintrodução temporária do controlo nas fronteiras internas em circunstâncias excecionais [COM(2011)560] e à Proposta de Regulamento do Conselho relativo ao exercício do direito de ação coletiva no contexto da liberdade de estabelecimento e da liberdade de prestação de serviços [COM(2012)130].

² 1 – Análise Anual sobre o Crescimento; 2 – Pacote para o emprego: i) Rumo a uma retoma geradora de emprego; ii) Pacote específico de flexissegurança; iii) Reforma da rede EURES dos serviços de emprego europeus e da sua base jurídica; 3 – Mercado interno de energia; 4 – Revisão da Diretiva “Avaliação do Impacto Ambiental”; 5 – Pacote legislativo relativo à nova geração de controlos fronteiriços: i) sistema de entrada/saída (SES); ii) programa de viajantes registados (PVR); iii) alteração ao Código das Fronteiras Schengen; 6 – Criação de um quadro para o ordenamento do espaço marítimo; 7 – Boa governação em matéria de paraísos fiscais.

No que diz respeito ao processo regular de consulta entre a Assembleia da República e o Governo, no quadro da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, a CAE realizou 13 reuniões com a presença do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, para debater as agendas e os resultados dos Conselhos Europeus realizados neste período, para debater o processo negocial do “Pacto Orçamental” e do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 e, ainda, para troca de informações sobre o processo nacional de transposição de diretivas. No âmbito do escrutínio de iniciativas europeias, cumpre destacar as audições, em conjunto com as comissões competentes, de membros do Governo.

Refira-se, também, a realização de duas audições do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros: a primeira, em 25 de outubro de 2011, para debate sobre a política europeia do Governo; a segunda, em 16 de novembro de 2011, em conjunto com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, para apreciação na especialidade do Orçamento do Estado para 2012.

Cumpre, ainda, destacar, no dia 17 de janeiro de 2012, a audição do Presidente do Tribunal de Contas Europeu, Vítor Caldeira, para apresentação do Relatório Anual do Tribunal de Contas Europeu, relativo ao exercício de 2010, bem como um conjunto de audições de Embaixadores portugueses nomeados para ocupar cargos de Embaixadores em capitais da União Europeia.

No âmbito das Presidências do Conselho da União Europeia, a Comissão de Assuntos Europeus convidou a apresentarem as prioridades das respetivas Presidências em reunião da Comissão, os Embaixadores da Polónia (2.º semestre de 2011), da Dinamarca (1.º semestre de 2012) e de Chipre (2.º semestre de 2012).

No que concerne à cooperação interparlamentar, a Comissão de Assuntos Europeus participou na XLVI

e XLVII reuniões da COSAC, respetivamente, em Varsóvia e em Copenhaga, e nas reuniões de Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus, em Varsóvia – Polónia, Copenhaga – Dinamarca e Larnaca – Chipre. De realçar ainda a participação de dois Deputados da desta Comissão na primeira Conferência Interparlamentar de acompanhamento da Política Externa de Segurança Comum e Política Comum de Segurança e Defesa (PESC-PCSD). Acresce que Deputados desta Comissão participaram em reuniões interparlamentares sobre Mercado Único, Política de Coesão, Política Comum de Pescas e Quadro Financeiro Plurianual.

Por último, cumpre destacar a realização de uma visita de trabalho da CAE, em 28 de setembro de 2011, à Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus, com o objetivo de estabelecer contactos institucionais e aprofundar o conhecimento do trabalho desenvolvido pela Secretaria de Estado e pela Direção-Geral de Assuntos Europeus.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública – COFAP

Ao longo da sessão legislativa, a Comissão efetuou um total de 119 reuniões, incluindo as reuniões da Mesa e Coordenadores e do Grupo de Trabalho – Contratos de Crédito à Habitação

O período de maior número de reuniões foi o mês de novembro de 2011, altura da apreciação, entre outras iniciativas, da Proposta de Lei referente ao Orçamento do Estado para 2012.

A Comissão procedeu à apreciação de um número significativo de iniciativas legislativas ao longo da presente sessão legislativa, não só em matéria orçamental e de finanças públicas, mas também decorrentes das suas competências no âmbito da Administração Pública.

Neste sentido, e no que aos Projetos de Lei e Propostas de Lei diz respeito, a COFAP apreciou um total de 76 iniciativas: 47 Projetos de Lei e 29 Propostas de Lei.

Em virtude de várias das iniciativas legislativas decorrentes do Programa de Assistência Económica e Financeira terem sido apresentadas na presente sessão e apreciadas pela COFAP, contribuindo para um reforço do processo legislativo apreciado na Comissão, a COFAP participou na elaboração de 24 das 48 Leis aprovadas pela Assembleia da República na presente sessão legislativa.

Adicionalmente, a Comissão apreciou (ou está a apreciar) 33 Projetos de Resolução, três Propostas de Resolução e um Projeto de Deliberação. Destas 37 iniciativas, e das que já foram votadas em Plenário, resultaram nove Resoluções da Assembleia da República, tendo 20 sido rejeitadas.

Registe-se que 25% dos Projetos de Resolução com despacho de baixa à Comissão para discussão foram, de imediato, agendados para discussão em Plenário, tornando redundante a baixa à Comissão.

No âmbito do escrutínio das iniciativas europeias, ao longo da sessão, a COFAP apreciou um conjunto de 37 iniciativas europeias, em algumas das quais, pela sua natureza, solicitou a emissão de parecer de entidades externas diretamente envolvidas pelo teor da proposta da Comissão Europeia, dotando assim a Comissão de pronúncias especializadas em razão da matéria e que em muito contribuíram para a fundamentação dos relatórios posteriormente aprovados pela Comissão.

A Comissão procedeu a um grande esforço quanto à tramitação de petições (num total de 30 ao longo da sessão), valorizando, deste modo, o instrumento de participação e de promoção da cidadania por parte dos cidadãos.

Assim, realce-se, desde logo, a prioridade conferida às petições transitadas da XI legislatura, que perfaziam um total de 13, estando a sua tramitação completamente concluída em sede da Comissão. Deste conjunto de petições, três foram discutidas em Plenário, tendo uma das petições dado origem a iniciativas legislativas.

Ao longo da presente sessão, foram admitidas 17 petições, das quais a Comissão concluiu a apreciação de 11, tendo uma sido debatida em Plenário. Uma das petições deu, igualmente, origem a uma iniciativa legislativa.

A Comissão procedeu a um total de 94 audições, das quais 36 com membros do Governo.

Neste contexto, realçam-se desde logo as audições em sede do processo orçamental – num total de 16 audições com os membros do Governo e ainda três com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Associação Nacional de Freguesias e o Conselho Económico e Social, em sede de apreciação na generalidade e especialidade da Proposta de Lei n.º 27/XII/1.ª (GOV).

No que se refere a audiências, a Comissão concedeu, ao longo da sessão, um total de 51 audiências, na sua maioria referentes a diplomas legais – em trabalhos preparatórios ou já publicados – em particular quanto às disposições do Orçamento do Estado ou diplomas com ele conexos.

A Comissão fez-se representar, na sequência dos despachos exarados pela Presidente da Assembleia da República, nas edições da Conferência sobre o Quadro Financeiro Plurianual e na reunião do Semestre Europeu realizada no Parlamento Europeu (no âmbito das quais as delegações da Assembleia da República foram constituídas por Presidentes das Comissões competentes em razão da matéria), bem como em reuniões de Presidentes de Comissões de Orçamento realizadas nas Presidências rotativas da União Europeia.

Comissão de Economia e Obras Públicas – CEOP

Durante a 1.ª sessão legislativa da presente legislatura, a Comissão centrou os seus trabalhos nas áreas dos Transportes, das Obras Públicas, em especial a questão das Parcerias Público-Privadas, da Energia e do Turismo, com relevância para a deslocação ao Algarve subordinada a esta temática.

Durante a presente sessão legislativa, baixaram à CEOP 143 iniciativas que a seguir se discriminam:

- Apreciações parlamentares: um total de 10.
- Projetos de Lei: um total de 26.
- Propostas de lei: um total de 2.
- Projetos de Resolução: um total de 89.

Destaca-se, ainda, na área legislativa, a elaboração das seguintes leis: Lei n.º 51/2011, de 13 de setembro, que altera a Lei das Comunicações Eletrónicas, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços conexos e define as competências da Autoridade Reguladora Nacional neste domínio, transpondo as Diretivas n.ºs 2002/19/CE, 2002/20/CE, 2002/21/CE, 2002/22/CE e 2009/140/CE; Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, que estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2008/6/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de fevereiro de 2008; Lei n.º 18/2012, de 7 de maio, que transpõe a Diretiva n.º 2009/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril, que estabelece os princípios fundamentais que regem a investigação técnica de acidentes no setor do transporte marítimo; e Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, que aprova o novo regime jurídico da concorrência, revogando as Leis n.ºs 18/2003, de 11 de junho, e 39/2006, de 25 de agosto, e procede à segunda alteração à Lei n.º 2/99, de 13 de janeiro.

Durante a sessão legislativa em apreço, a Comissão realizou 87 reuniões e criou dez grupos de trabalho, a seguir discriminados: Audiências da CEOP; Turismo; Segurança Rodoviária; Trabalhos Preparatórios para a Elaboração de uma Lei de Bases da Qualidade, Inovação, Competitividade e Empreendedorismo; Grande Distribuição e Produção Nacional; Mobilidade Suave; Transportes Aéreos para a Madeira e os Açores; Compra e Venda de Ouro; Liberalização dos Serviços Postais (PPL 35/XII – GOV); Estacionamento de Veículos GPL em Parques Cobertos.

No que se refere ao escrutínio das iniciativas europeias, a Comissão recebeu 120 iniciativas legislativas e 109 iniciativas não legislativas, num total de 229 iniciativas legislativas europeias. Das iniciativas não legislativas procedeu ao escrutínio de uma. Das iniciativas legislativas apenas não escrutinou 16.

Durante a 1.ª sessão legislativa, deram entrada 24 novas petições, das quais 12 já se encontram concluídas na Comissão.

Foram realizadas 25 audições com membros do Governo, das quais quatro ao abrigo do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento, e 42 audições com outras entidades, num total de 67 audições. A Comissão concedeu ainda oito audiências.

Comissão de Agricultura e Mar – CAM

Durante o período em análise, a Comissão de Agricultura e Mar efetuou 74 reuniões ordinárias.

Relativamente ao processo legislativo, baixaram à CAM dez projetos de lei, três propostas de lei, três apreciações parlamentares e 48 projetos de resolução.

No que tange às iniciativas europeias, a CAM teve uma preocupação acrescida em relação às iniciativas correlacionadas com a Política Comum de Pescas e Política Agrícola Comum, dado as iniciativas em causa se referirem a processos de reforma em curso. Em termos genéricos, no final da 1.ª sessão legislativa, o quadro de apreciação da CAM, em matéria de iniciativas europeias, era o seguinte: 117 iniciativas distribuídas; 90 deliberações de não escrutínio; três aguardavam relatório e tinham sido aprovados 24 relatórios.

Nesta 1.ª sessão legislativa, deram entrada na CAM quatro petições, três com relatório final aprovado e uma com despacho de redistribuição para a 1.ª Comissão.

Durante a 1.ª sessão legislativa da XII legislatura, a Comissão de Agricultura e Mar realizou 40 audições.

Além das audições sobre temas genéricos da competência da CAM, realizadas ao abrigo do artigo 104.º, n.º 2 do RAR, com a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, foram realizadas audições com outros membros do Governo e com entidades e associações diversas em que foram abordados temas como a Reforma da Política Agrícola Comum, os Acordos UE/Marrocos e UE/Mercosul, os incêndios florestais, o nemátodo da madeira do pinheiro, a região demarcada do Douro, o PRODER, o assoreamento de barras, a temática da seca, a prática de *dumping* nas grandes superfícies, a floresta, o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados, temáticas relacionadas com o mar, a Reforma da Política Comum de Pescas e o setor do leite.

No âmbito de acompanhamento das questões europeias, destaca-se a audição realizada com a Comissária Europeia das Pescas – Maria DemanaKi –, sobre a Reforma da Política Comum das Pescas (28-11-2011) e a audição com o Comissário Europeu da Agricultura – Dancian Ciolos –, sobre a Reforma da Política Agrícola Comum (08-11-2011).

A Comissão de Agricultura e Mar realizou ainda 37 audiências neste período.

Destacam-se, ainda, dois eventos realizados pela Comissão: a audição pública parlamentar sobre “A Floresta que Temos, a Floresta que Queremos” (19-12-2011), e o seminário sobre a “Reforma da Política Comum de Pescas” (14-05-2012).

Comissão de Educação, Ciência e Cultura – CECC

Durante o período em análise, a Comissão de Educação, Ciência e Cultura efetuou 153 reuniões, excluindo-se deste total as realizadas no âmbito dos grupos de trabalho. Importa aqui esclarecer que no cômputo geral das reuniões estão abrangidas as reuniões da Mesa e Coordenadores dos Grupos parlamentares e as audiências realizadas através do sistema do Deputado-piloto, em que um Deputado é responsável pela sua marcação, sendo a

mesma aberta à participação de todos os membros da Comissão.

Na presente sessão legislativa, baixaram à CECC 131 iniciativas legislativas.

A Comissão procedeu à discussão e votação na especialidade de seis Propostas de Lei relativas às seguintes matérias: Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo; Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação; Lei Antidopagem no Desporto, adotando na Ordem Jurídica Interna as regras estabelecidas no Código Mundial Antidopagem; Regime da responsabilidade técnica pela direção e orientação das atividades desportivas desenvolvidas nas instalações desportivas que prestam serviços desportivos na área da manutenção da condição física (*fitness*); e Princípios de ação do Estado no quadro de fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais.

Foi aprovada, no início da legislatura, uma nova metodologia para o processo de escrutínio das iniciativas europeias na Comissão, que prevê, numa primeira fase, uma apreciação liminar quanto à pronúncia por parte da Comissão. Desta forma, a CECC apreciou um total de 49 iniciativas europeias que lhe foram distribuídas pela Comissão de Assuntos Europeus (CAE), em função da matéria, tendo emitido parecer ou nota justificativa de não escrutínio em relação a 23, que foram remetidos dentro dos prazos estabelecidos, e deliberado no sentido do não escrutínio relativamente a 26.

A Comissão concluiu, ao longo desta 1.ª sessão legislativa, o processo de apreciação de 31 petições. Além das oito que transitaram da legislatura anterior, deram entrada 26 novas petições, das quais três transitarão para a próxima sessão, por terem dado entrada na Assembleia da República no final do mês de junho.

Independentemente do número de assinaturas, foram sempre ouvidos os peticionários: em plenário de Comissão, no caso de petições com mais de 1000 assinaturas e, no caso de petições com um número inferior de assinaturas, por um relator da Comissão de Educação, Ciência e Cultura em reunião aberta à participação dos membros da Comissão.

Na presente sessão, a Comissão efetuou 71 audições, das quais 22 decorreram com a presença de membros do Governo e as restantes com diversas entidades do setor. Foram concedidas audiências a todas as entidades que o solicitaram, num total de 73.

Dos vários eventos promovidos pela Comissão, importa aqui destacar a realização de duas edições do Café de Ciência: a primeira, em setembro de 2011, dedicada aos impactos da Química na sociedade, e a segunda, realizada em abril de 2012 subordinada ao tema «Geologia: o passado presente no futuro». Além do debate livre entre investigadores e Deputados, num ambiente informal, nesta última edição foi ainda elaborado por Deputados da Comissão um roteiro geológico da Assembleia da República e foi disponibilizada uma escala geológica no corredor de ligação entre o Palácio e o Edifício Novo.

As deslocações realizadas no âmbito da Comissão, quer pelo seu Presidente, quer por alguns dos seus membros, totalizam 46, correspondendo a maioria a representações da Assembleia da República, na sequência de convites que lhe foram dirigidos.

Comissão de Saúde – CS

A Comissão de Saúde elegeu como tema prioritário para acompanhamento na 1.ª sessão legislativa a qualidade e acesso aos cuidados e prestação de serviços de saúde, bem como outras matérias conexas com o processo legislativo em curso na Comissão, a saber, diretivas antecipadas de vontade ou testamento vital, patentes de medicamentos, cuidados paliativos, prescrição por DCI, desmaterialização dos certificados médicos de óbito, prescrição medicamente assistida, estatuto do dador de san-

gue e farmácias de oficina, bem como áreas temáticas, como o acompanhamento da problemática do VIH-Sida e do álcool e toxicodependência.

Durante o período em análise, a Comissão de Saúde efetuou 58 reuniões.

Foram distribuídos, de acordo com as regras de alternância entre os Grupos Parlamentares consensualmente estabelecidas, 21 projetos de lei, tendo sido objeto de parecer na generalidade 17 e ficando apenas por elaborar quatro pareceres.

De notar terem sido agendados para discussão na generalidade em Plenário, antes da sua apreciação em Comissão, 13 projetos de lei.

Deram entrada sete propostas de lei, tendo sido todas objeto de parecer na generalidade, com exceção de uma, que baixou à Comissão a 20 de julho.

Foram aprovados seis textos finais em Comissão, sobre medicamentos e patentes, prescrição de medicamentos por DCI, desmaterialização dos certificados médicos de óbito, diretivas antecipadas de vontade/testamento vital, cuidados paliativos e estatuto do dador de sangue, tendo sido todos objeto de aprovação final global em Plenário.

Foram discutidos em Comissão dez projetos de resolução; baixou à Comissão e foi discutida uma apreciação parlamentar.

No que concerne aos assuntos europeus, foram distribuídas e objeto de parecer, de acordo com as regras de alternância entre os Grupos Parlamentares consensualmente estabelecidas, oito iniciativas europeias.

Nesta 1.ª sessão legislativa, deram entrada 26 petições, às quais acrescem seis pendentes da XI legislatura, tendo sido elaborados e aprovados os Relatórios Finais relativamente a 25. Assim, estão pendentes sete petições.

Durante a 1.^a sessão legislativa da XII legislatura, a Comissão de Saúde realizou 29 audições e 27 audiências em Comissão e dez com a Presidente e outros Deputados da Comissão.

Foram criados, no âmbito da Comissão, dois grupos de trabalho temáticos e oito no âmbito do processo legislativo.

A Comissão efetuou uma visita de trabalho ao Hospital de Braga e à Entidade Reguladora da Saúde – ERS – Porto, para tomar conhecimento dos problemas destas entidades.

Comissão de Segurança Social e Trabalho – CSST

Durante o período em análise, a Comissão de Segurança Social e Trabalho realizou um total de 82 reuniões, das quais 72 foram reuniões ordinárias, nove foram reuniões extraordinárias e uma visita.

Durante a presente sessão legislativa, baixaram à CSST as seguintes iniciativas legislativas: 11 propostas de lei (destas, uma caducou, outra foi retirada), 42 projetos de lei; três apreciações parlamentares e 37 projetos de resolução.

Durante este período funcionaram os seguintes grupos de trabalho: Grupo de Trabalho – Audiências – 10.^a Comissão; Grupo de Trabalho – Economia Social e Grupo de Trabalho – Antecipação da idade de reforma para trabalhadores com deficiência visual P/L 66/XII 1.^a (BE).

Foram distribuídas à Comissão 82 iniciativas europeias (65 não legislativas; 17 legislativas). Destas, foi deliberado não escrutinar 52, encontrando-se no final da sessão dez a aguardar deliberação da Comissão. Das 20 restantes, 16 foram escrutinadas, encontrando-se no final da sessão quatro a aguardar relatório.

A Comissão concluiu, ao longo desta 1.^a sessão legislativa, cinco petições das 13 que deram entrada e foram admitidas.

A Comissão efetuou 42 audições, das quais 14 decorreram com a presença de membros do Governo e as restantes 28 com outras entidades. Foram ainda concedidas audiências às entidades que as solicitaram, num total de 32. Estas audiências decorreram quer em comissão quer em grupo de trabalho constituído para o efeito.

No que aos eventos diz respeito, e, procurando dar resposta a um desafio lançado pela Presidente da Assembleia da República na Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares, no sentido de reunir fora das “portas” do Parlamento, destaca-se a reunião ordinária da Comissão de Segurança Social e Trabalho do dia 5 de junho, a qual teve lugar no Centro de Emprego de Tondela e contou com o apoio do Canal Parlamento.

A 11 de julho, a Comissão promoveu, em conjunto com o Escritório de Lisboa da Organização Internacional do Trabalho, na Sala do Senado, uma conferência sobre “Princípios e direitos fundamentais no trabalho: do compromisso à ação”.

A 19 de julho, a Comissão levou a cabo, no Salão Nobre da Assembleia da República, uma sessão comemorativa do Dia Internacional das Cooperativas, organizada em conjunto com a CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social), a CONFAGRI (Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL) e a CONFECOOP (Confederação Cooperativa Portuguesa).

Durante a sessão legislativa em apreço, uma Delegação da Comissão deslocou-se a Vila Franca de Xira, à Empresa Solvay Portugal, S.A., para uma visita de trabalho, no dia 25 de outubro. Também na sequência da realização da reunião da Comissão do passado dia 5 de junho no centro de emprego de Tondela, a Comissão teve oportunidade de se reunir com a Administração da Labesfal-Frezinus Kabi – Indústria Farmacêutica Lda., em Campo de Besteiros e de efetuar uma visita ao “Convívio Jovem” – Centro de Acolhimento de Crianças e Jovens em risco da

Santa Casa da Misericórdia do Vale de Besteiros – Campo de Besteiros.

Realizaram-se, ainda, sete deslocações de diversos Deputados em representação da Comissão a reuniões nacionais e internacionais.

Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local – CAOTPL

Durante o período em análise, a CAOTPL efetuou 62 reuniões, 42 audições e 22 audiências.

Foram distribuídos à Comissão, para apreciação na generalidade 28 projetos de lei e 11 propostas de lei e para nova apreciação na generalidade oito projetos de lei.

Baixaram ainda à CAOTPL, para apreciação na especialidade quatro projetos de lei e oito propostas de lei.

Deram igualmente entrada na Comissão 38 projetos de resolução e uma apreciação parlamentar. Dos projetos de resolução, 12 foram discutidos em reuniões da Comissão, tendo os restantes sido remetidos para discussão no Plenário, por opção regimental dos respetivos autores, o que ocorreu também relativamente à apreciação parlamentar mencionada.

No âmbito do escrutínio das iniciativas europeias, foram submetidas a escrutínio da Comissão 48 iniciativas, tendo sido emitidos 19 pareceres e elaboradas 25 informações acerca dos motivos de não pronúncia.

Neste período, deram entrada 21 petições, das quais três transitaram da anterior legislatura (XI L). Foram concluídas 12: dez relatórios finais, uma não admitida e um arquivamento liminar. No âmbito da instrução dos processos relativos a petições, foram ainda realizadas quatro audições.

A representação externa da Comissão verificou-se em diversos eventos, designadamente:

- Sete a nível nacional: 2.º Encontro Parlamentar Luso-Espanhol – Porto; XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Coimbra; Seminário “As Freguesias na Reforma da Administração Local” –

Universidade do Minho; Seminário “Intermunicipalismo e o Processo de Descentralização: o papel das Comunidades Intermunicipais” – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa; Colóquio “Reorganização das Freguesias: extinção, fusão ou associação? Que novos órgãos, que novas funções?” – Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local, Lisboa; Debate “As Assembleias Municipais no âmbito da próxima Reforma Administrativa, sabendo como funcionam e qual será o seu futuro” – Auditório Municipal de Mirandela; Debate “Lei do Arrendamento Urbano” – Assembleia Municipal de Lisboa, Fórum Lisboa.

- A nível internacional: Reunião Interparlamentar “Preparação da Conferência Rio+20” – Parlamento Europeu, Bruxelas; Reunião dos Presidentes das Comissões Parlamentares de Clima, Energia, Construção e Transportes sobre “Eficiência energética nos setores dos transportes, da produção e da construção”, Reunião dos Presidentes das Comissões de Ambiente e Negócios Estrangeiros sobre “Conferência da ONU Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e 7.º Programa Europeu Ação para o Ambiente” e Reunião dos Presidentes das Comissões Parlamentares de Ambiente e de Agricultura sobre “Futuro da Política Agrícola Comum e seu contributo para o equilíbrio Agricultura – Ambiente visando um crescimento sustentável”, todas realizadas, no âmbito da Presidência Europeia da Dinamarca, no respetivo Parlamento em Copenhaga; 1.ª Cimeira Mundial dos Legisladores – GLOBE/Nações Unidas, Rio de Janeiro; Conferência EUFORES “Members of National Parliaments: Key Drivers for Renewable Energy and Energy Efficiency!”, Bruxelas.

Foram apresentados à Comissão, pelos Grupos Parlamentares, nove requerimentos, dos quais seis foram aprovados e três rejeitados.

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação – CPECC

Durante o período em análise, a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação efetuou 77 reuniões, distribuídas da seguinte forma: 49 ordinárias, 21 extraordinárias e sete da Mesa e Coordenadores.

Na presente sessão legislativa, a Comissão emitiu 12 pareceres sobre verificação de poderes, dos quais três sobre situações de renúncias ao mandato, quatro sobre situações de suspensão do mandato, quatro sobre situação de retoma do mandato e um de vacatura.

Foram também emitidos 14 pareceres sobre compatibilidade do exercício simultâneo do mandato de Deputado e de outras funções.

A Comissão emitiu ainda 69 pareceres, autorizando Deputados a prestar depoimentos como testemunhas.

No final da sessão, encontrava-se pendente um processo de constituição de arguido, tendo sido, durante a 1.ª sessão legislativa, aprovados dois pareceres desta natureza.

Foram distribuídas e objeto de parecer 11 iniciativas legislativas, na generalidade, e de acordo com as regras de alternância entre os Grupos Parlamentares, estabelecidas segundo o método da média mais alta de D'Hondt.

Baixaram na especialidade os projetos de lei n.ºs 193/XII (1.ª) e 195/XII (1.ª) que deram origem à constituição do Grupo de Trabalho do Código da Publicidade, cujos trabalhos ainda decorriam no final da sessão.

A Comissão concluiu, ainda durante esta sessão legislativa, o processo legislativo relativo a duas propostas de lei. No tocante aos projetos de resolução, baixaram à Comissão, durante esta sessão legislativa, 12 projetos de resolução, dos quais apenas dois foram discutidos no âmbito da Comissão ao abrigo do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

A Comissão aprovou sete relatórios relativos a iniciativas legislativas europeias.

Na 1.ª sessão legislativa da XII legislatura deram entrada na Comissão nove petições, das quais foi apreciada uma que transitou da anterior legislatura.

Comissões Parlamentares Eventuais e Comissões de Inquérito

Na 2.ª sessão da XI legislatura foram constituídas duas Comissões Eventuais e duas Comissões Eventuais de Inquérito.

Registe-se, ainda, a constituição da X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate, com o objetivo de dar continuidade à averiguação cabal das causas e circunstâncias em que, no dia 4 de dezembro de 1980, ocorreu a morte do Primeiro-Ministro, Francisco Sá Carneiro, do Ministro da Defesa Nacional, Adelino Amaro da Costa, e dos seus acompanhantes, designadamente dando seguimento às recomendações emitidas pelas VIII e IX Comissões Parlamentares de Inquérito e investigando factos novos que, eventualmente, lhe sejam apresentados, através da Resolução da AR n.º 91/2012 – DR I Série n.º 91, de 24 de julho. Foi determinado que esta Comissão iniciaria os seus trabalhos no arranque da 2.ª sessão legislativa, em data a fixar.

Na tabela que se apresenta na página seguinte consta o número de reuniões ordinárias de cada Comissão Eventual.

As Comissões Eventuais, pela sua própria especificidade, merecem tratamento autónomo e um relato sucinto das atividades realizadas, que seguidamente se apresenta.

A **Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos** foi criada por Resolução no dia 20 de junho de 2011, na primeira reunião plenária da 1.ª sessão legislativa da XII legislatura, com a finalidade de elaborar um relatório a submeter à votação do Plenário, contendo a declaração de verificação dos poderes dos Deputados eleitos e bem assim as pertinentes substituições dos Deputados (derivadas ou do exercício de cargos que determinem a suspensão do respetivo mandato, ou a requerimento dos próprios) pelos candidatos não eleitos dos respetivos partidos que se sigam na ordem de precedên-

TABELA 13

COMISSÕES EVENTUAIS E EVENTUAIS DE INQUÉRITO – REUNIÕES E AUDIÇÕES POR COMISSÃO EVENTUAL

Comissões		N.º Reuniões	N.º Audições
Eventuais	Verificação de Poderes dos Deputados	3	0
	Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal	35	16
Eventuais de Inquérito	Processo de Nacionalização, Gestão e Alienação do Banco Português de Negócios S.A.	35	33
	Contratualização, Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas do Sector Rodoviário e Ferroviário	23	12
Total		96	61

cias, dos respetivos círculos e listas, até ao momento da constituição da Comissão Permanente competente em razão da matéria (na presente legislatura, a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação).

Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal – CEAMPAPF

A constituição desta Comissão foi aprovada por resolução do Plenário do dia 1 de julho de 2011, tendo por objeto o acompanhamento da implementação das medidas e do cumprimento dos objetivos definidos no âmbito do Programa de Assistência Financeira a Portugal e para funcionar durante a vigência do Programa de Assistência Financeira a Portugal.

Na data da sua posse, a 6 de julho de 2011, foram eleitos, por unanimidade, o Presidente da Comissão, Deputado Vieira da Silva (PS) e, como Vice-Presidentes, o Deputado Miguel Frاسquilho (PSD) e o Deputado Miguel Tiago (PCP).

No âmbito dos trabalhos da Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de

Assistência Financeira a Portugal, foram realizadas 35 reuniões, sendo que 11 foram da Mesa e Coordenadores e 21 reuniões ordinárias.

Durante a 1.ª sessão legislativa, a CEAMPAPF realizou um conjunto de 16 audições, previstas no respetivo Plano de Atividades.

A CEAMPAPF, durante o dia 19 de junho de 2012, na Sala do Senado, realizou um seminário, aberto ao público, subordinado ao tema “Um Ano de Programa de Assistência Financeira – Balanço e Perspetivas”.

Este seminário centrou-se no desenvolvimento do Programa de Assistência Financeira no seu impacto a nível nacional, bem como no enquadramento europeu e internacional que o influencia, visando promover o debate e a troca de ideias e conhecimentos bem como a análise do programa de assistência financeira no quadro da crise das dívidas soberanas e da evolução do euro, a concretização deste mesmo programa e o respetivo impacto na economia portuguesa.

Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de Nacionalização, Gestão e Alienação do Banco Português de Negócios, S.A. – CPIBPN

A Resolução da Assembleia da República n.º 34-A/2012, de 20 de março, determinou a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de Nacionalização, Gestão e Alienação do Banco Português de Negócios, SA, atribuindo aos autores do direito potestativo as prerrogativas previstas na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 2.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, e fixou os objetivos da Comissão, bem como o seu prazo de funcionamento e composição.

Assim, a CPIBPN teve por objeto, designadamente:

- Averiguar a dimensão de recursos públicos atribuídos ao Banco Português de Negócios, S.A., e às respetivas empresas veículo, nos processos de nacionalização, reestruturação e reprivatização, bem como antecedentes estruturais ou conjunturais relevantes para essas operações.
- Aferir o elenco de medidas adotadas no decurso da gestão do Banco Português de Negócios, S.A., posterior à sua nacionalização, os atos de gestão realizados pela Caixa Geral de Depósitos (CGD), designadamente para resolver as imparidades descobertas, a regularização de operações financeiras, a resolução, renegociação ou abertura de novos créditos, as operações com a Sociedade Lusa de Negócios e entidades de anteriores acionistas ou administradores do BPN e SLN.
- Verificar as tentativas anteriores de venda da sociedade e as razões do seu insucesso, as condições definidas para a reprivatização e, concretizando-se, se o contrato definitivo acautela o interesse público e as condições subjacentes ao contrato promessa de compra e venda, já assinado com o Banco Internacional de Crédito, S.A., bem como o caderno de encargos aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2011, de 19 de agosto, e à minuta constante do ato de adjudicação, constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2011, de 6 de setembro.
- Avaliar as hipóteses alternativas: integração na CGD e liquidação, bem como as razões pelas quais não

foram escolhidas ou consideradas desde a nacionalização do BPN.

O prazo de funcionamento da Comissão foi fixado em 120 dias e determinou-se que a Comissão seria constituída por 17 Deputados efetivos, sendo sete indicados pelo PSD, cinco pelo PS, dois pelo CDS-PP, um pelo PCP, um pelo BE e um pelo PEV, e oito Deputados suplentes, sendo dois indicados pelo PSD, dois pelo PS, um pelo CDS-PP, um pelo PCP, um pelo BE e um pelo PEV.

Em cumprimento do disposto no artigo 10.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, o Deputado Duarte Pacheco, do PSD, foi eleito o Relator da Comissão.

Realizou-se um total de 36 reuniões, das quais nove foram reuniões de Mesa e Coordenadores, e procedeu-se à audição de 35 personalidades, num total de 33 audições presenciais e quatro audições por escrito.

A generalidade das reuniões decorreu de forma pública, em consonância com o estabelecido no Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares. Apenas sete audições foram realizadas à porta fechada, a requerimento fundamentado do depoente e por deliberação da Comissão, caso a caso.

Foram ainda ouvidos por escrito:

- Poul Thomsen, do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jürgen Kröger, da Comissão Europeia (CE) e Rasmus Ruffer, do Banco Central Europeu (BCE), enquanto representantes da troica responsáveis pela negociação da área específica que no Memorando de Entendimento de 17 de maio de 2011 está relacionada com o dossiê do BPN a requerimento do PCP;
- O Primeiro-Ministro, a requerimento do PCP e do PSD/CDS-PP.

O prazo de funcionamento da Comissão, que terminava inicialmente no dia 19 de julho, foi prorrogado por 60 dias, com suspensão da contagem durante o mês de

agosto, em consonância com os critérios fixados pela Deliberação n.º 5-PL/2012, de 20 de junho, para o funcionamento das comissões parlamentares, retomando-se essa contagem a partir do dia 3 de setembro.

**Comissão Eventual de Inquérito à
Contratualização, Renegociação e Gestão de todas
as Parcerias Público-Privadas do Setor Rodoviário
e Ferroviário – CI/PPPSRF**

Pela Resolução n.º 55/2012, de 24 de abril, a Assembleia da República resolveu constituir uma comissão parlamentar de inquérito com vista a avaliar o impacto para o Estado da contratualização, renegociação e gestão de todas as parcerias público-privadas do setor rodoviário e ferroviário.

Esta Comissão foi constituída para funcionar pelo prazo de 180 dias, com o objeto de avaliar os seguintes aspetos essenciais:

- Condicionamento do âmbito de atuação das comissões de negociação, através da fixação de objetivos do processo negocial em diversos acordos intercalares assinados entre o Estado e as concessionárias, incluindo a necessidade de definição de uma solução

global para um conjunto de concessionárias e da redução ou eliminação de todos os processos de reequilíbrio financeiro pendentes.

- Impacto do processo de renegociação dos contratos de concessão sobre a taxa interna de rentabilidade (TIR) acionista real, em cada caso.
- Consequência da transferência para o Estado de riscos alocados às concessionárias nos termos dos contratos de concessão originais, em que se incluem o risco de tráfego e o risco de agravamento da carga fiscal.
- Termos dos acordos de reposição do equilíbrio financeiro celebrado entre o Estado e as concessionárias e atribuição de outras compensações e contrapartidas a favor das mesmas.
- Montantes e termos dos contratos com as entidades contratadas para assessorar a elaboração e a renegociação das parcerias.

Na Comissão têm assento 17 Deputados efetivos, sendo sete indicados pelo PSD, cinco pelo PS, dois pelo CDS-PP, dois pelo PCP e um pelo BE.

Nesta 1.ª sessão legislativa, a Comissão reuniu-se por 23 vezes, tendo realizado 12 audições.



LEIS

Leis Orgânicas

Na 1.ª sessão legislativa da XII legislatura foram publicadas 93 leis, das quais três são leis orgânicas. Este número inclui 12 leis aprovadas ainda na legislatura anterior, mas publicadas na XII legislatura/1.ª sessão. Não houve leis aprovadas com base em apreciações parlamentares.

Lei Orgânica n.º 1/2011

Transfere competências dos governos civis e dos governadores civis para outras entidades da Administração Pública em matérias de reserva de competência legislativa da Assembleia da República.

Publicação: DR I série n.º 230, de 2011-11-30

Origem: Proposta de Lei n.º 14/XII/1

Governo

Lei Orgânica n.º 1/2012

Segunda alteração à Lei n.º 44/86, de 30 de setembro (Regime do estado de sítio e do estado de emergência)

Publicação: DR I série n.º 92, de 2012-05-11

Origem: Projeto de Lei n.º 146/XII/1

PSD, CDS-PP

Lei Orgânica n.º 2/2012

Sexta alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Publicação: DR I série n.º 114, de 2012-06-14

Origem: Proposta de Lei n.º 55/XII/1

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Leis

Na 1.ª sessão legislativa da XII legislatura, deram entrada na Mesa 278 projetos e 94 propostas de lei. Nesta sessão foram aprovadas em votação final global e enviadas para promulgação 102 iniciativas, as quais originaram 93 leis. De notar a entrada de uma iniciativa legislativa de cidadãos, o Projeto de Lei n.º 142/XII – Lei contra a precarie-

dade, a qual à data da conclusão da sessão legislativa, se encontrava em discussão pública.

São as seguintes as leis publicadas:

Lei n.º 36/2011

Estabelece a adoção de normas abertas nos sistemas informáticos do Estado.

Publicação: DR I série n.º 118, de 2011-06-21

Origem: Projeto de Lei n.º 389/XI/1

BE

Projeto de Lei n.º 421/XI/2

PCP

Lei n.º 37/2011

Simplifica os procedimentos aplicáveis à transmissão e à circulação de produtos relacionados com a defesa, transpõe as Diretivas n.ºs 2009/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de maio, e 2010/80/UE, da Comissão, de 22 de novembro, e revoga o Decreto-Lei n.º 436/91, de 8 de novembro.

Publicação: DR I série n.º 119, de 2011-06-22

Origem: Projeto de Lei n.º 622/XI/2

PS

Lei n.º 38/2011

Elevação da vila de Alfena, no concelho de Valongo, à categoria de cidade.

Publicação: DR I série n.º 119, de 2011-06-22

Origem: Projeto de Lei n.º 427/XI/2

PS

Lei n.º 39/2011

Elevação da povoação de Ferrel, no município de Peniche, à categoria de vila.

Publicação: DR I série n.º 119, de 2011-06-22

Origem: Projeto de Lei n.º 452/XI/2

PS

Lei n.º 40/2011

Elevação da povoação de Santa Eulália, no concelho de Vizela, à categoria de vila.

Publicação: DR I série n.º 119, de 2011-06-22

Origem: Projeto de Lei n.º 484/XI/2

PS

Lei n.º 41/2011

Elevação da povoação de Aguçadoura, no concelho da Póvoa de Varzim, à categoria de vila.

Publicação: DR I série n.º 119, de 2011-06-22

Origem: Projeto de Lei n.º 488/XI/2

PSD

Lei n.º 42/2011

Elevação da povoação de Cruz Quebrada – Dafundo, no concelho de Oeiras, à categoria de vila.

Publicação: DR I série n.º 119, de 2011-06-22

Origem: Projeto de Lei n.º 500/XI/2

PS

Lei n.º 43/2011

Determinação da designação da freguesia de Gouveias, no concelho de Pinhel.

Publicação: DR I série n.º 119, de 2011-06-22

Origem: Projeto de Lei n.º 532/XI/2

PSD

Lei n.º 44/2011

Procede à quarta alteração à Lei n.º 23/96, de 26 de julho, que «Cria no ordenamento jurídico alguns mecanismos destinados a proteger o utente de serviços públicos essenciais.»

Publicação: DR I série n.º 119, de 2011-06-22

Origem: Projeto de Lei n.º 561/XI/2

PS, PSD, CDS-PP, BE, PCP, PEV

Lei n.º 45/2011

Cria, na dependência da Polícia Judiciária, o Gabinete de Recuperação de Ativos (GRA).

Publicação: DR I série n.º 120, de 2011-06-24

Origem: Projeto de Lei n.º 623/XI/2

PS

Lei n.º 46/2011

Cria o tribunal de competência especializada para propriedade intelectual e o tribunal de competência especializada para a concorrência, regulação e supervisão e procede à 15.ª alteração à Lei n.º 3/99, de 13 de janeiro, que aprova a Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, à 4.ª alteração à Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, que aprova o Regime Jurídico da Concorrência, à 5.ª alteração à Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, que aprova a Lei das Comunicações Eletrónicas, à 2.ª alteração à Lei n.º 25/2008, de 5 de junho, que estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo, à 7.ª alteração à Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto, que aprova a Lei de Organização e Financiamento dos Tribunais Judiciais, à 1.ª alteração à Lei n.º 99/2009, de 4 de setembro, que aprova o regime quadro das ordenações do setor das comunicações, à 23.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, que aprova o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, à 15.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de abril, que regula as condições de acesso e de exercício da atividade seguradora e resseguradora no território da Comunidade Europeia, ao Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro, ao Código de Propriedade Industrial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36/2003, de 5 de março, à 2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 95/2006, de 29 de maio, que estabelece o regime jurídico aplicável aos contratos à distância relativos a serviços financeiros celebrados com consumidores, e à 2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2002/92/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de dezembro.

Publicação: DR I série n.º 120, de 2011-06-24

Origem: Proposta de Lei n.º 32/XI/1

Governo

Lei n.º 47/2011

Cria a Ordem dos Engenheiros Técnicos e aprova o respetivo Estatuto e procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de setembro.

Publicação: DR I série n.º 121, de 2011-06-27

Origem: Projeto de Lei n.º 475/XI/2

PS

As leis 36/2011 a 47/2011 têm origem em iniciativas legislativas entradas e aprovadas na XI legislatura.

Lei n.º 48/2011

Procede à primeira alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2011, aprovada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, no âmbito da iniciativa de reforço da estabilidade financeira.

Publicação: DR I série n.º 164, de 2011-08-26

Origem: Proposta de Lei n.º 5/XII/1

Governo

Lei n.º 49/2011

Aprova uma sobretaxa extraordinária sobre os rendimentos sujeitos a IRS auferidos no ano de 2011, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro.

Publicação: DR I série n.º 172, de 2011-09-07

Origem: Proposta de Lei n.º 1/XII/1

Governo

Lei n.º 50/2011

Procede à segunda alteração à Lei-Quadro das Privatizações, aprovada pela Lei n.º 11/90, de 5 de abril.

Publicação: DR I série n.º 176, de 2011-09-13

Origem: Proposta de Lei n.º 6/XII/1

Governo

Lei n.º 51/2011

Altera a Lei das Comunicações Eletrónicas, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes e aos serviços conexos e define as competências da Autoridade Reguladora Nacional neste domínio, transpondo as Diretivas n.ºs 2002/19/CE, 2002/20/CE, 2002/21/CE, 2002/22/CE e 2009/140/CE.

Publicação: DR I série n.º 176, de 2011-09-13

Origem: Proposta de Lei n.º 3/XII/1

Governo

Lei n.º 51-A/2011

Elimina a taxa reduzida de IVA sobre a eletricidade e o gás natural, com a conseqüente sujeição destes bens à taxa normal.

Publicação: DR I série n.º 189, Supl., de 2011-09-30

Origem: Proposta de Lei n.º 12/XII/1

Governo

Lei n.º 52/2011

Altera (sexta alteração) a Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, procedendo à sua republicação, e determina a apresentação da estratégia e dos procedimentos a adotar até 2015 em matéria de enquadramento orçamental.

Publicação: DR I série n.º 197, de 2011-10-13

Origem: Proposta de Lei n.º 7/XII/1

Governo

Lei n.º 53/2011

Procede à segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, estabelecendo um novo sistema de compensação em diversas modalidades de cessação do contrato de trabalho, aplicável apenas aos novos contratos de trabalho.

Publicação: DR I série n.º 198, de 2011-10-14

Origem: Proposta de Lei n.º 2/XII/1

Governo

Lei n.º 54/2011

Aprova os estatutos do conselho das finanças públicas, criado pelo artigo 12.º-I da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto (Lei de Enquadramento Orçamental), republicada pela Lei n.º 22/2011, de 20 de maio.

Publicação: DR I série n.º 201, de 2011-10-19

Origem: Proposta de Lei n.º 8/XII/1

Governo

Lei n.º 55/2011

Procede à terceira alteração à Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que estabelece o regime jurídico do setor empresarial local, e suspende a possibilidade de criação de novas empresas.

Publicação: DR I série n.º 219, de 2011-11-15

Origem: Proposta de Lei n.º 11/XII/1

Governo

Lei n.º 56/2011

Altera o crime de incêndio florestal e os crimes de dano contra a natureza e de poluição, tipifica um novo crime de atividades perigosas para o ambiente, procede à 28.ª alteração do Código Penal e transpõe a Diretiva n.º 2008/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro, e a Diretiva n.º 2009/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro.

Publicação: DR I série n.º 219, de 2011-11-15

Origem: Proposta de Lei n.º 10/XII/1

Governo

Lei n.º 57/2011

Institui e regula o funcionamento do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE).

Publicação: DR I série n.º 228, de 2011-11-28

Origem: Proposta de Lei n.º 21/XII/1

Governo

Lei n.º 58/2011

Autoriza o Governo a proceder à revisão do regime aplicável ao saneamento e liquidação das instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.

Publicação: DR I série n.º 228, de 2011-11-28

Origem: Proposta de Lei n.º 16/XII/1

Governo

Lei n.º 59/2011

Cria equipas extraordinárias de juízes tributários.

Publicação: DR I série n.º 228, de 2011-11-28

Origem: Proposta de Lei n.º 19/XII/1

Governo Proposta de Lei n.º 20/XII/1

Governo

Lei n.º 60/2011

Primeira alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, que regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários.

Publicação: DR I série n.º 228, de 2011-11-28

Origem: Proposta de Lei n.º 19/XII/1

Governo

Lei n.º 60-A/2011

Procede à segunda alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2011, aprovada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, altera o Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, e o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro, que aprova um conjunto de medidas adicionais de redução de despesa com vista à consolidação orçamental prevista no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para 2010-2013.

Publicação: DR I série n.º 230, Supl., de 2011-11-30

Origem: Proposta de Lei n.º 26/XII/1

Governo

Lei n.º 61/2011

Procede à sétima alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

Publicação: DR I série n.º 234, de 2011-12-07

Origem: Proposta de Lei n.º 17/XII/1

Governo

Lei n.º 62/2011

Cria um regime de composição dos litígios emergentes de direitos de propriedade industrial quando estejam em causa medicamentos de referência e medicamentos genéricos, procedendo à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto, e à segunda alteração ao regime geral das participações do Estado no preço dos medicamentos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 48-A/2010, de 13 de maio.

Publicação: DR I série n.º 236, de 2011-12-12

Origem: Proposta de Lei n.º 13/XII/1

Governo

Projeto de Lei n.º 30/XII/1

BE

Lei n.º 63/2011

Aprova a Lei da Arbitragem Voluntária.

Publicação: DR I série n.º 238, de 2011-12-14

Origem: Proposta de Lei n.º 22/XII/1

Governo

Lei n.º 64/2011

Modifica os procedimentos de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, e à quinta alteração à Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração direta do Estado.

Publicação: DR I série n.º 244, de 2011-12-22

Origem: Proposta de Lei n.º 15/XII/1

Governo

Lei n.º 64-A/2011

Aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015.

Publicação: DR I série n.º 250, Supl., de 2011-12-30

Origem: Proposta de Lei n.º 31/XII/1

Governo

Lei n.º 64-B/2011

Orçamento do Estado para 2012.

Publicação: DR I série n.º 250, Supl., de 2011-12-30

V. Declaração de Retificação n.º 11/2012, de 2012-02-24

Origem: Proposta de Lei n.º 27/XII/1

Governo

Lei n.º 64-C/2011

Aprova a estratégia e os procedimentos a adotar no âmbito da Lei de Enquadramento Orçamental, bem como a calendarização para a respetiva implementação até 2015.

Publicação: DR I série n.º 250, Supl., de 2011-12-30

Origem: Proposta de Lei n.º 32/XII/1

Governo

Lei n.º 1/2012

Determina a realização de um censo e a aplicação de medidas preventivas a todas as fundações, nacionais ou estrangeiras, que prossigam os seus fins em território nacional, com vista a proceder a uma avaliação do respetivo custo/benefício e viabilidade financeira e decidir sobre a sua manutenção ou extinção.

Publicação: DR I série n.º 2, de 2012-01-03

Origem: Proposta de Lei n.º 18/XII/1

Governo

Lei n.º 2/2012

Procede à oitava alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

Publicação: DR I série n.º 5, de 2012-01-06

Origem: Projeto de Lei n.º 109/XII/1

PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV

Lei n.º 3/2012

Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objeto dessa renovação.

Publicação: DR I série n.º 7, de 2012-01-10

Origem: Proposta de Lei n.º 25/XII/1

Governo

Lei n.º 4/2012

Procede à terceira alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.

Publicação: DR I série n.º 8, de 2012-01-11

Origem: Proposta de Lei n.º 30/XII/1

Governo

Lei n.º 5/2012

Regula os requisitos de tratamento de dados pessoais para constituição de ficheiros de âmbito nacional, contendo dados de saúde, com recurso a tecnologias de informação e no quadro do Serviço Nacional de Saúde.

Publicação: DR I série n.º 16, de 2012-01-23

Origem: Proposta de Lei n.º 23/XII/1

Governo

Lei n.º 6/2012

Primeira alteração à Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, que cria o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude, e segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, que regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

Publicação: DR I série n.º 30, de 2012-02-10

Origem: Proposta de Lei n.º 23/XII/1

Governo

Lei n.º 7/2012

Procede à sexta alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro.

Publicação: DR I série n.º 31, de 2012-02-13

V. Declaração de Retificação n.º 16/2012, de 2012-03-26

Origem: Proposta de Lei n.º 29/XII/1

Governo

Lei n.º 8/2012

Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

Publicação: DR I série n.º 37, de 2012-02-21

Origem: Proposta de Lei n.º 40/XII/1

Governo

Lei n.º 9/2012

Procede à terceira alteração à Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, que regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum.

Publicação: DR I série n.º 39, de 2012-02-23

Origem: Proposta de Lei n.º 34/XII/1

Governo

Lei n.º 10/2012

Aprova o Regulamento Orgânico da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos.

Publicação: DR I série n.º 43, de 2012-02-29

Origem: Projeto de Lei n.º 121/XII/1

PSD, PS, CDS-PP

Lei n.º 11/2012

Estabelece as novas regras de prescrição e dispensa de medicamentos, procedendo à sexta alteração ao regime jurídico dos medicamentos de uso humano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto, e à segunda alteração à Lei n.º 14/2000, de 8 de agosto.

Publicação: DR I série n.º 49, de 2012-03-08

Origem: Proposta de Lei n.º 28/XII/1

Governo

Projeto de Lei n.º 54/XII/1

BE

Projeto de Lei n.º 80/XII/1

PCP

Projeto de Lei n.º 93/XII/1

PS

Lei n.º 12/2012

Revoga o Código Florestal.

Publicação: DR I série n.º 52, de 2012-03-13

Origem: Projeto de Lei n.º 104/XII/1

PSD, CDS-PP

Lei n.º 13/2012

Altera pela décima nona vez o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, acrescentando a mefedrona e o tapentadol às tabelas que lhe são anexas.

Publicação: DR I série n.º 61, de 2012-03-26

Origem: Projeto de Lei n.º 101/XII/1

PSD

Projeto de Lei n.º 129/XII/1

CDS-PP

Lei n.º 14/2012

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 95/2006, de 29 de maio, no que respeita à resolução dos contratos relativos a serviços financeiros prestados a consumidores celebrados através de meios de comunicação à distância e transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2002/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de setembro, relativa à comercialização à distância de serviços financeiros prestados a consumidores.

Publicação: DR I série n.º 61, de 2012-03-26

Origem: Proposta de Lei n.º 43/XII/1

Governo

Lei n.º 14-A/2012

Aprova alterações ao Código do IVA, ao Código dos Impostos Especiais de Consumo e procede à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto, no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira.

Publicação: DR I série n.º 65, 2.º Supl., de 2012-03-30

Origem: Proposta de Lei n.º 48/XII/1

Governo

Lei n.º 15/2012

Institui o Sistema de Informação dos Certificados de Óbito (SICO).

Publicação: DR I série n.º 67, de 2012-04-03

Origem: Proposta de Lei n.º 33/XII/1

Governo

Lei n.º 16/2012

Procede à sexta alteração ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março, simplificando formalidades e procedimentos e instituindo o processo especial de revitalização.

Publicação: DR I série n.º 79, de 2012-04-20

Origem: Proposta de Lei n.º 39/XII/1

Governo

Lei n.º 17/2012

Estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2008/6/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de fevereiro de 2008.

Publicação: DR I série n.º 82, de 2012-04-26

Origem: Proposta de Lei n.º 35/XII/1

Governo

Lei n.º 18/2012

Transpõe a Diretiva n.º 2009/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril, que estabelece os princípios fundamentais que regem a investigação técnica de acidentes no setor do transporte marítimo.

Publicação: DR I série n.º 88, de 2012-05-07

Origem: Proposta de Lei n.º 41/XII/1

Governo

Lei n.º 19/2012

Aprova o novo regime jurídico da concorrência, revogando as Leis n.ºs 18/2003, de 11 de junho, e 39/2006, de

25 de agosto, e procede à segunda alteração à Lei n.º 2/99, de 13 de janeiro.

Publicação: DR I série n.º 89, de 2012-05-08

Origem: Proposta de Lei n.º 45/XII/1

Governo

Lei n.º 20/2012

Primeira alteração à Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira.

Publicação: DR I série n.º 93, de 2012-05-14

Origem: Proposta de Lei n.º 51/XII/1

Governo

Lei n.º 21/2012

Primeira alteração à Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia.

Publicação: DR I série n.º 96, de 2012-05-17

Origem: Projeto de Lei n.º 99/XII/1

PS

Projeto de Lei n.º 102/XII/1

PSD

Projeto de Lei n.º 105/XII/1

CDS-PP

Lei n.º 22/2012

Aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica.

Publicação: DR I série n.º 105, de 2012-05-30

Origem: Proposta de Lei n.º 44/XII/1

Governo

Lei n.º 23/2012

Procede à terceira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

Publicação: DR I série n.º 121, de 2012-06-25

V. Declaração de retificação n.º 38/2012, de 2012-07-23

Origem: Proposta de Lei n.º 46/XII/1

Governo

Lei n.º 24/2012

Aprova a Lei-Quadro das Fundações e altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966.

Publicação: DR I série n.º 131, de 2012-07-09

Origem: Proposta de Lei n.º 42/XII/1

Governo

Lei n.º 25/2012

Regula as diretivas antecipadas de vontade, designadamente sob a forma de testamento vital, e a nomeação de procurador de cuidados de saúde e cria o Registo Nacional do Testamento Vital (RENTEV).

Publicação: DR I série n.º 136, de 2012-07-16

Origem: Projeto de Lei n.º 21/XII/1

BE

Projeto de Lei n.º 62/XII/1

PS

Projeto de Lei n.º 63/XII/1

PSD

Projeto de Lei n.º 64/XII/1

CDS-PP

Lei n.º 26/2012

Primeira alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho (iniciativa legislativa de cidadãos).

Publicação: DR I série n.º 142, de 2012-07-24

Origem: Projeto de Lei n.º 186/XII/1

PSD

Projeto de Lei n.º 203/XII/1

PS

Lei n.º 27/2012

Primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Psicólogos Portugueses, aprovado em anexo à Lei n.º 57/2008, de 4 de setembro.

Publicação: DR I série n.º 147, de 2012-07-31

Origem: Projeto de Lei n.º 125/XII/1

PSD, CDS-PP

Lei n.º 28/2012

Aprova o quadro plurianual de programação orçamental para o período de 2013 a 2016.

Publicação: DR I série n.º 147, de 2012-07-31

Origem: Proposta de Lei n.º 56/XII/1

Governo

Lei n.º 29/2012

Primeira alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprovou o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

Publicação: DR I série n.º 154, de 2012-08-09

Origem: Proposta de Lei n.º 50/XII/1

Governo

Lei n.º 30/2012

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados.

Publicação: DR I série n.º 157, de 2012-08-14

Origem: Projeto de Lei n.º 144/XII/1

PS

Proposta de Lei n.º 47/XII/1

Governo

Lei n.º 31/2012

Procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro.

Publicação: DR I série n.º 157, de 2012-08-14

Origem: Projeto de Lei n.º 144/XII/1

PS

Proposta de Lei n.º 38/XII/1

Governo

Lei n.º 32/2012

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana, e à 54.^a alteração ao Código Civil, aprovando medidas destinadas a agilizar e a dinamizar a reabilitação urbana.

Publicação: DR I série n.º 157, de 2012-08-14

Origem: Projeto de Lei n.º 144/XII/1

PS

Proposta de Lei n.º 24/XII/1

Governo

Lei n.º 33/2012

Sexta alteração ao Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de novembro.

Publicação: DR I série n.º 163, de 2012-08-23

Origem: Proposta de Lei n.º 61/XII/1

Governo

Lei n.º 34/2012

Autoriza o Governo a regular o acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica e da prestação de serviços de emissão de moeda eletrónica, no âmbito da transposição da Diretiva n.º 2009/110/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro, relativa ao acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica, ao seu exercício e à sua supervisão prudencial.

Publicação: DR I série n.º 163, de 2012-08-23

Origem: Proposta de Lei n.º 71/XII/1

Governo

Lei n.º 35/2012

Procede à criação do fundo de compensação do serviço universal de comunicações eletrónicas, previsto na Lei das Comunicações Eletrónicas, destinado ao financiamento dos custos líquidos decorrentes da prestação do serviço universal.

Publicação: DR I série n.º 163, de 2012-08-23

Origem: Proposta de Lei n.º 60/XII/1

Governo

Lei n.º 36/2012

Procede à primeira alteração à Lei n.º 6/97, de 1 de março, que autoriza a difusão de trabalhos parlamentares nas redes públicas e privadas de TV cabo, permitindo a sua disponibilização através da Televisão Digital Terrestre.

Publicação: DR I série n.º 165, de 2012-08-27

Origem: Projeto de Lei n.º 253/XII/1

PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV

Lei n.º 37/2012

Estatuto do Dador de Sangue.

Publicação: DR I série n.º 165, de 2012-08-27

Origem: Projeto de Lei n.º 140/XII/1

BE

Projeto de Lei n.º 139/XII/1

PCP

Lei n.º 38/2012

Aprova a lei antidopagem no desporto, adotando na ordem jurídica interna as regras estabelecidas no Código Mundial Antidopagem.

Publicação: DR I série n.º 166, de 2012-08-28

Origem: Proposta de Lei n.º 53/XII/1

Governo

Lei n.º 39/2012

Aprova o regime da responsabilidade técnica pela direção e orientação das atividades desportivas desenvolvidas nas instalações desportivas que prestam serviços desportivos na área da manutenção da condição física (*fitness*), designadamente aos ginásios, academias ou clubes de saúde (*healthclubs*), e revoga o Decreto-Lei n.º 271/2009, de 1 de outubro.

Publicação: DR I série n.º 166, de 2012-08-28

Origem: Proposta de Lei n.º 59/XII/1

Governo

Lei n.º 40/2012

Estabelece o regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto.

Publicação: DR I série n.º 166, de 2012-08-28

Origem: Proposta de Lei n.º 63/XII/1

Governo

Lei n.º 41/2012

Procede à primeira alteração à Lei n.º 9/2009, de 4 de março, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento e do Conselho, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e a Diretiva n.º 2006/100/CE, do Conselho, de 20 de novembro, que adapta determinadas diretivas no domínio da livre circulação de pessoas, em virtude da adesão da Bulgária e da Roménia.

Publicação: DR I série n.º 166, de 2012-08-28

Origem: Proposta de Lei n.º 64/XII/1

Governo

Lei n.º 42/2012

Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança no trabalho e de técnico de segurança no trabalho.

Publicação: DR I série n.º 166, de 2012-08-28

Origem: Proposta de Lei n.º 65/XII/1

Governo

Lei n.º 43/2012

Cria o Programa de Apoio à Economia Local, com o objetivo de proceder à regularização do pagamento de dívidas dos municípios a fornecedores, vencidas há mais de 90 dias.

Publicação: DR I série n.º 166, de 2012-08-28

Origem: Proposta de Lei n.º 73/XII/1

Governo

Lei n.º 44/2012

Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, que estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos.

Publicação: DR I série n.º 167, de 2012-08-29

Origem: Projeto de Lei n.º 150/XII/1

CDS-PP

Projeto de Lei n.º 166/XII/1

PS

Lei n.º 45/2012

Aprova o regime jurídico de acesso e exercício da profissão de examinador de condução e o reconhecimento das entidades formadoras.

Publicação: DR I série n.º 167, de 2012-08-29

Origem: Proposta de Lei n.º 62/XII/1

Governo

Lei n.º 46/2012

Transpõe a Diretiva n.º 2009/136/CE, na parte que altera a Diretiva n.º 2002/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho, relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 41/2004, de 18 de agosto, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro.

Publicação: DR I série n.º 167, de 2012-08-29

Origem: Proposta de Lei n.º 78/XII/1

Governo

Lei n.º 47/2012

Procede à quarta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, de forma a adequá-lo à Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, que estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade.

Publicação: DR I série n.º 167, de 2012-08-29

Origem: Proposta de Lei n.º 68/XII/1

Governo

Lei n.º 48/2012

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 286/2009, de 8 de outubro, que regula a assistência e o patrocínio judiciário aos bombeiros, nos processos judiciais em que sejam demandados ou demandantes, por factos ocorridos no âmbito do exercício de funções.

Publicação: DR I série n.º 167, de 2012-08-29

Origem: Proposta de Lei n.º 66/XII/1

Governo

Lei n.º 49/2012

Procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado.

Publicação: DR I série n.º 167, de 2012-08-29

Origem: Proposta de Lei n.º 57/XII/1

Governo

Lei n.º 50/2012

Aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e revoga as Leis n.ºs 53-F/2006, de 29 de dezembro, e 55/2011, de 15 de novembro.

Publicação: DR I série n.º 169, de 2012-08-31

Origem: Proposta de Lei n.º 58/XII/1

Governo

Lei n.º 51/2012

Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação, revogando a Lei n.º 30/2002, de 20 de dezembro.

Publicação: DR I série n.º 172, de 2012-09-05

Origem: Proposta de Lei n.º 70/XII/1

Governo

Lei n.º 52/2012

Lei de Bases dos Cuidados Paliativos.

Publicação: DR I série n.º 172, de 2012-09-05

Origem: Projeto de Lei n.º 65/XII/1

CDS-PP

Lei n.º 53/2012

Aprova o regime jurídico da classificação de arvoredo de interesse público (revoga o Decreto-Lei n.º 28 468, de 15 de fevereiro de 1938).

Publicação: DR I série n.º 172, de 2012-09-05

Origem: Projeto de Lei n.º 174/XII/1

PS

Lei n.º 54/2012

Define os meios de prevenção e combate ao furto e de recetação de metais não preciosos com valor comercial e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização da atividade de gestão de resíduos.

Publicação: DR I série n.º 173, de 2012-09-06

Origem: Proposta de Lei n.º 72/XII/1

Governo

Lei n.º 55/2012

Estabelece os princípios de ação do Estado no quadro do fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais.

Publicação: DR I série n.º 173, de 2012-09-06

Origem: Proposta de Lei n.º 69/XII/1

Governo

A tabela e o gráfico que a seguir se apresentam espelham estatisticamente a tramitação das iniciativas por autor, referidas ao período em apreço.

TABELA 14

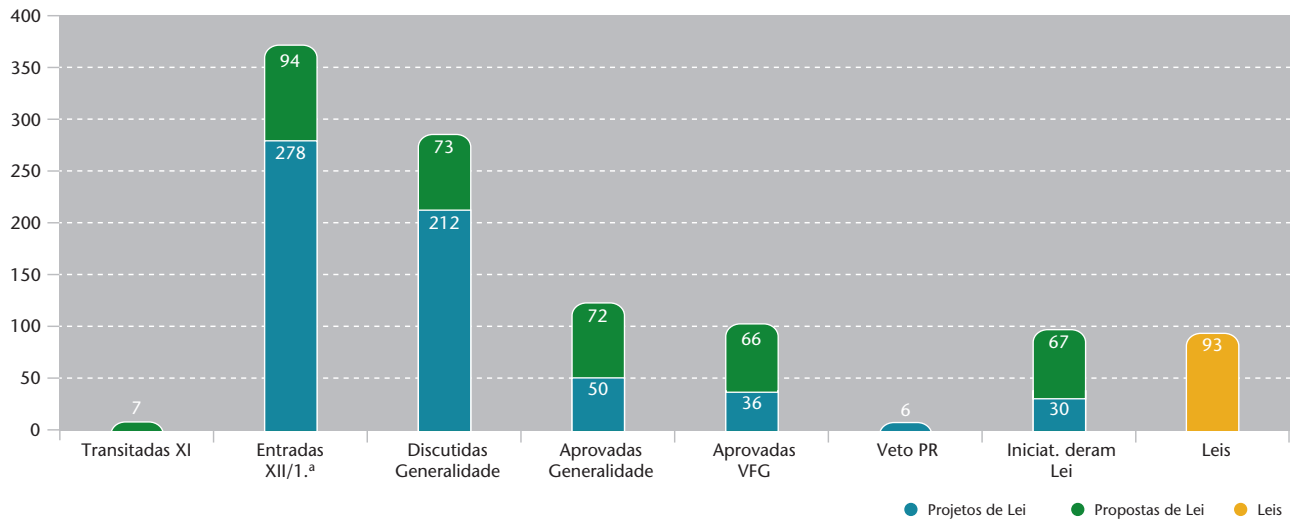
PROJETOS E PROPOSTAS DE LEI

Iniciativas	Autor	Transitadas XI	Entradas XII/1. ^{avi}	Discutidas Generalidade	Aprovadas Votação Generalidade	Rejeitadas Votação Generalidade	Aprovadas Votação Final Global	Enviadas para Promulgação	Veto PR	Iniciativas deram origem a Lei	Leis
Projetos de Lei	PSD	0	10	8	4	0	4	4	0	4	93 ^{vii}
	PSD/PS	0	1	1	1	0	1	1	1	0	
	PSD/PS/CDS-PP	0	2	2	2	0	2	2	0	2	
	PSD/CDS-PP	0	5	5	5	0	4	4	1	3	
	PS	0	43	40	17	13	8	8	1	7	
	CDS-PP	0	11	9	5	1	5	5	0	5	
	PCP	0	83	54	5	46	4	4	1	3	
	BE	0	101	75	8	59	6	6	2	4	
	PEV	0	19	17	1	14	0	0	0	0	
	Todos	0	2	1 ^{viii}	2	0	2	2	0	2	
Iniciativa Legislativa Cidadãos	0	1	0	0	0	0	0	0	0		
Total	0	278	212	50	133	36	36	6	30		
Propostas de Lei	Governo	0	84	72	71	0	65	65	0	66 ^{ix}	
	ALRA Açores	1	3	0 ^x	1	0	1	1	0	1	
	ALRA Madeira	6 ^{xi}	7	1	0	1	0	0	0	0	
	Total	7	94	73	72	1	66	66	0	67	
Total	7	372	285	122	134	102	102	6 ^{xii}	97		

^{vii} Até 24 de julho de 2012. ^{viii} Estão incluídas doze leis relativas a iniciativas legislativas aprovadas na XI/2.^a, mas publicadas já na XII/1.^a ^{ix} O P/L 109/XII/1 não teve discussão na generalidade. ^x Inclui a P/L 32/XI, aprovada na anterior legislatura, cuja lei foi publicada já na atual legislatura (Lei n.º 46/2011, de 24 de junho). ^x A P/L 55/XI/1 não teve discussão na generalidade. ^{xi} Cinco propostas de lei da Assembleia Legislativa Região Autónoma da Madeira caducaram em 8 de novembro de 2011. ^{xii} Foram vetados três decretos da AR, o n.º 37/XII, 60/XII e 61/XII.

GRÁFICO 11

PROJETOS E PROPOSTAS DE LEI



As iniciativas legislativas, projetos e propostas de lei, são, depois da sua admissão, enviadas à comissão competente em razão da matéria para apreciação. As iniciativas são

apreciadas em comissão na fase de generalidade e de especialidade, pelo que as tabelas e gráficos seguintes deixam visualizar a sua distribuição.

TABELA 15

COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES

PROJETOS E PROPOSTAS DE LEI DISTRIBUÍDAS E APRECIADAS NA XII/1.ª POR COMISSÃO^{XIII}

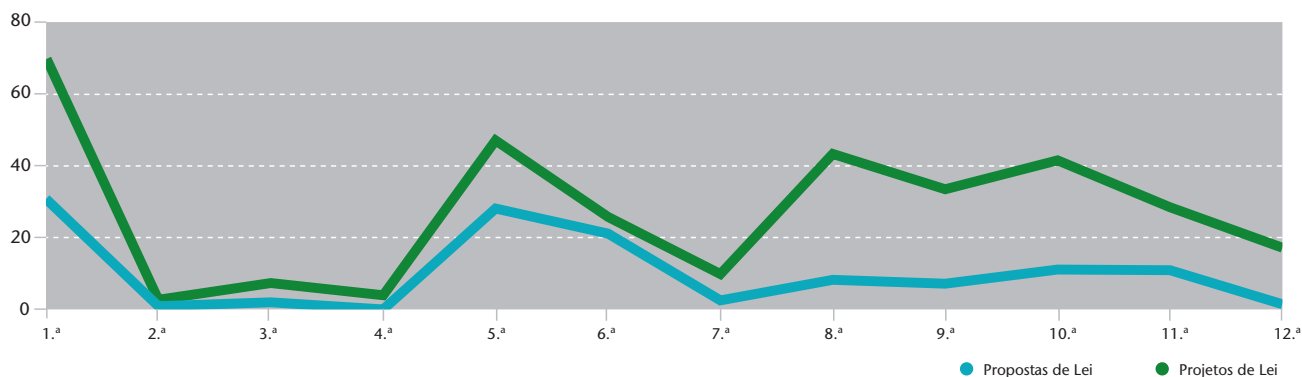
Iniciativas	Fase	Comissões Especializadas											
		Assuntos Constitucionais	Negócios Estrangeiros	Defesa Nacional	Assuntos Europeus	Orçamento, Finanças e Administração Pública	Economia e Obras Públicas	Agricultura e Mar	Educação, Ciência e Cultura	Saúde	Segurança Social e Trabalho	Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local	Ética, Cidadania e Comunicação
Projetos de Lei	Distribuídos/Generalidade ^{XIV}	70	2	8	4	47 ^{XV}	26	10	43	34	42	29	17
	Novas Apreciações Generalidade ^{XVI}	3	0	0	4	14	3	3	1	4	0	8	0
	Especialidade ^{XVII}	23	0	0	0	1	0	4	0	11	2	4	3
	Total de PJL que baixaram à comissão	70	2	8	4	47	26	10	43	34	42	29	17
Propostas de Lei	Distribuídas/Generalidade	31	1	2	0	28	21	3	9	7	11	11	2
	Novas Apreciações Generalidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
	Especialidade	19	0	1	0	23	6	0	6	4	7	8	0
	Total de PPL que baixaram à comissão	31	1	2	0	28	21	3	9	7	11	11	2
Total^{XVIII}		101	3	10	4	75	47	13	52	41	53	40	19

^{XIII} Até 24 de julho de 2012. ^{XIV} Inclui todas as iniciativas que baixaram à comissão, para generalidade, independentemente de terem merecido parecer ou não. ^{XV} Incluem-se neste número dois Projetos de Lei que, tendo sido retirados a pedido do proponente, não chegaram a ser apreciados pela comissão. ^{XVI} Inclui todas as iniciativas que baixaram para nova apreciação na generalidade. ^{XVII} Inclui todas as iniciativas que baixaram para especialidade. ^{XVIII} Total de iniciativas legislativas que baixaram às comissões.

GRÁFICO 12

COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES

PROJETOS E PROPOSTAS DE LEI DISTRIBUÍDAS E APRECIADAS NA XII/1.ª POR COMISSÃO



Regulamentação das Leis

O Regimento da Assembleia da República dispõe que compete à Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares promover a elaboração, no início de cada sessão legislativa, de um “Relatório de Progresso” relativo à aprovação e entrada em vigor das leis e da consequente regulamentação, incluindo o cumprimento dos respetivos prazos.

No elenco das 80 leis entradas, aprovadas e publicadas na 1.ª sessão legislativa da XII legislatura, verificou-se que duas tinham a natureza de leis de autorização legislativa, atribuindo ao Governo autorização para legislar sobre matérias da competência de reserva relativa da Assembleia. No entanto, apenas uma delas foi utilizada.

Das restantes 78 leis:

- 43 não careciam de regulamentação;
- seis encontravam-se regulamentadas;
- 29 aguardavam regulamentação, das quais quatro encontravam-se fora do prazo de regulamentação.

Relativamente ao Orçamento de Estado para 2011 (tratado autonomamente), Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que continha nas suas disposições quatro autorizações legislativas, duas foram utilizadas até ao fim da sessão; as restantes duas não foram utilizadas, e encontravam-se dentro do prazo de regulamentação.



RESOLUÇÕES

A lei fundamental, no seu artigo 166.º, define como resolução o ato da Assembleia da República que não revista a

forma de lei ou moção e determina que as resoluções são publicadas independentemente de promulgação.

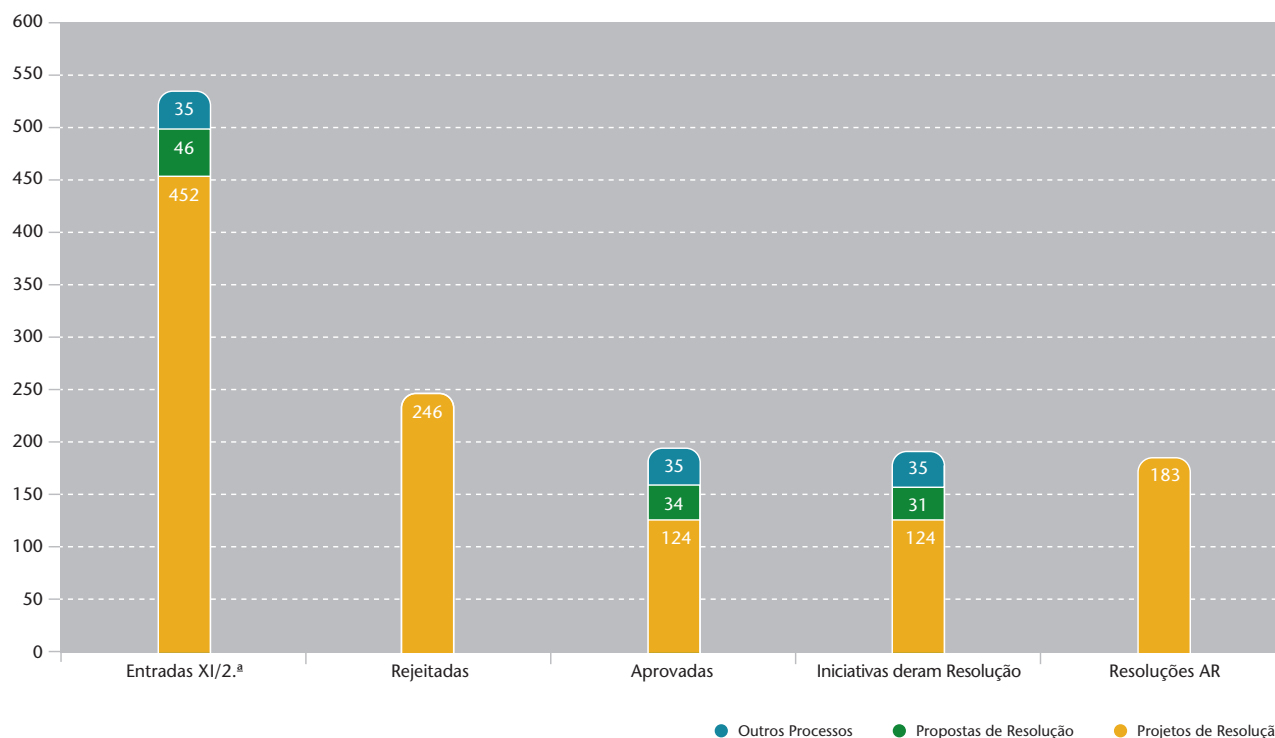
TABELA 16
PROJETOS E PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO

Iniciativas	Autor	Entradas XII/1. ^{XXIX}	Rejeitadas	Aprovadas	Iniciativas que deram origem a Resolução	Resoluções AR
Projetos de Resolução	PAR	11	0	11	11	183 ^{XX}
	PSD	24	0	23	23	
	PSD/PS	1	0	1	1	
	PSD/PS/CDS-PP	1	0	1	1	
	PSD/PS/CDS-PP/PCP/CEOP	1	0	0	0	
	PSD/PS/CDS-PP/BE	1	0	1	1	
	PSD/PS/CDS-PP/PCP/BE	1	0	1	1	
	PSD/CDS-PP	24	0	21	21	
	PS	68	46	17	17	
	CDS-PP	42	0	21	21	
	PCP	121	89	8	8	
	BE	129	97	7	7	
	PEV	18	14	3	2	
	Todos GP	4	0	4	3	
CAE	5	0	5	4		
CS	1	0	1	1		
	Total	452	246	124	124^{XXI}	
Propostas de Resolução	Governo ^{XXII}	46	0	34	31	
	Total	46	0	34	31	
Outros Processos que dão origem a Resolução	Designação de Titulares de Cargos Exteriores AR ^{XXIII}				29	
	Apreciação Orçamento e Conta da AR				5	
	Conta Geral do Estado				1	
	Total				35	
Total		498	246	158	190	

^{XXIX} Até 24 de julho de 2012. ^{XX} Estão incluídas duas Resoluções que tiveram origem em Inquéritos Parlamentares e uma num Projeto de Deliberação. ^{XXI} Houve discussões conjuntas de Projetos de Resolução que deram origem apenas a uma Resolução. ^{XXII} Todas as Propostas de Resolução de iniciativa governamental visaram aprovar Acordos, Convenções, Protocolos ou Tratados Internacionais. ^{XXIII} Eleições para a Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar do Atlântico Norte (APNATO), Fórum Parlamentar Ibero-Americano (FPIA), União Interparlamentar (UIP), Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica (APEM), Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM), Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE), Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (APOSCE), Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), Conselho de Estado, Conselho Superior de Defesa Nacional, Comissão Nacional de Eleições, Comissão para a Fiscalização do Segredo de Estado, Conselho Superior de Informações, Conselho Superior de Segurança Interna, Comissão de Fiscalização dos Centros Educativos, Conselho Superior do Ministério Público, conselho geral do Centro de Estudos Judiciários, conselho pedagógico do Centro de Estudos Judiciários, Conselho Económico e Social, Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), Conselho Superior da Magistratura, Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, S. A., Comissão Nacional de Proteção de Dados.

GRÁFICO 13

PROJETOS E PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO



A tabela 16 e o gráfico 13 espelham a tramitação dos projetos e propostas de resolução, verificando-se que 190 iniciativas deste tipo deram origem a resoluções. E a tabela 17 e o gráfico 14, a seguir, apresentam a distribuição

dos projetos e propostas de resolução pelas comissões permanentes. Como se pode verificar, é nas áreas de competências das 6.ª, 7.ª e 8.ª Comissões que são apresentadas mais iniciativas desta natureza.

TABELA 17

COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES

PROJETOS E PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO DISTRIBUÍDOS E APRECIADOS NA XII/1.ª POR COMISSÃO^{XXIV}

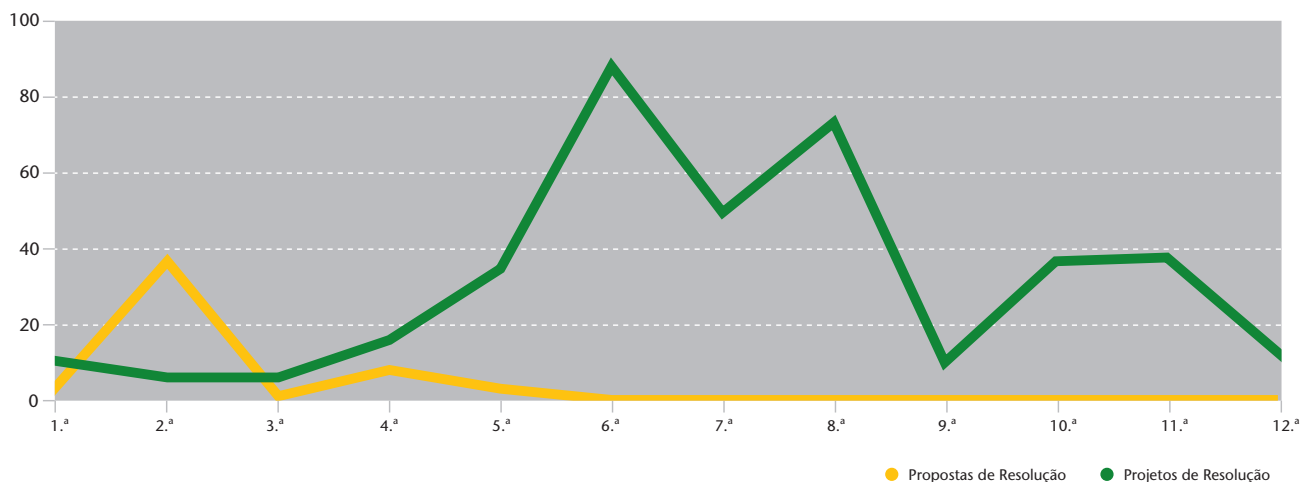
Iniciativas	Assuntos Constitucionais	Negócios Estrangeiros	Defesa Nacional	Assuntos Europeus	Orçamento, Finanças e Administração Pública	Economia e Obras Públicas	Agricultura e Mar	Educação, Ciência e Cultura	Saúde	Segurança Social e Trabalho	Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local	Ética, Cidadania e Comunicação
Projetos de Resolução	10	6	6	16	35	89	50	74	10	37	38	13
Propostas de Resolução	4	37	1	8	3	0	0	0	0	0	0	0
Total	14	43	7	24	38	89	50	74	10	37	38	13

^{XXIV} Até 24 de julho de 2012.

GRÁFICO 14

COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES

PROJETOS E PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO DISTRIBUÍDOS E APECIADOS NA XII/1.ª POR COMISSÃO



Podem destacar-se pela sua relevância, de entre as resoluções que tiveram a sua origem em projetos de resolução:

Resolução da AR n.º 124/2011

Recomenda a prorrogação do prazo para a entrega da informação empresarial simplificada/declaração anual de informação contabilística e fiscal (IES/DA) determinado pelo despacho n.º 14/2011-XIX, de 18 de julho.

Publicação: DR I série n.º 194, de 2011-10-10

Origem: Projeto de Resolução n.º 66/XII/1

PCP

Resolução da AR n.º 129/2011

Recomenda ao Governo que crie e dinamize um Plano Nacional para Coesão Territorial no quadro de uma nova estratégia nacional.

Publicação: DR I série n.º 199, de 2011-10-17

Origem: Projeto de Resolução n.º 75/XII/1

PSD

Resolução da AR n.º 132/2011

Recomenda ao Governo que regule o empréstimo de manuais escolares.

Publicação: DR I série n.º 204, de 2011-10-24

Origem: Projeto de Resolução n.º 76/XII/1

PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 133/2011

Recomenda ao Governo que avalie a situação atual dos Serviços de Finanças de Vila Nova de Gaia.

Publicação: DR I série n.º 204, de 2011-10-24

Origem: Projeto de Resolução n.º 41/XII/1

PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 142/2011

Recomenda a revisão do regime de renda apoiada.

Publicação: DR I série n.º 209, de 2011-10-31

Origem: Projeto de Resolução n.º 37/XII/1

BE

Resolução da AR n.º 143/2011

Recomenda ao Governo medidas de incentivo ao consumo de produtos alimentares nacionais.

Publicação: DR I série n.º 211, de 2011-11-03

Origem: Projeto de Resolução n.º 33/XII/1

PSD

Resolução da AR n.º 146/2011

Recomenda ao Governo a regulamentação da Lei n.º 45/2003, de 22 de agosto, relativa ao enquadramento base das terapêuticas não convencionais.

Publicação: DR I série n.º 215, de 2011-11-09

Origem: Projeto de Resolução n.º 42/XII/1

BE

Resolução da AR n.º 148/2011

Recomenda ao Governo a realização de uma auditoria ao concurso de colocação de docentes da bolsa de recrutamento n.º 2.

Publicação: DR I série n.º 228, de 2011-11-28

Origem: Projeto de Resolução n.º 115/XII/1

PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 149/2011

Recomenda ao Governo o aprofundamento do regime legal que regula a atividade prestamista, a intensificação e o alargamento dos atos fiscalizadores e a disponibilização de informação no âmbito da defesa do consumidor.

Publicação: DR I série n.º 235, de 2011-12-09

Origem: Projeto de Resolução n.º 126/XII/1

CDS-PP

Projeto de Resolução n.º 102/XII/1

PS

Resolução da AR n.º 151/2011

Recomenda ao Governo que reavalie o atual regime de renda apoiada com base em critérios de maior sensibilidade social e que promova as medidas que se afigurem necessárias para minorar os efeitos da sua aplicação.

Publicação: DR I série n.º 244, de 2011-12-22

Origem: Projeto de Resolução n.º 58/XII/1

CDS-PP

Resolução da AR n.º 152/2011

Recomenda ao Governo que reavalie o atual regime de renda apoiada, aplicável a nível nacional, segundo um princípio de igualdade e justiça social.

Publicação: DR I série n.º 244, de 2011-12-22

Origem: Projeto de Resolução n.º 68/XII/1

PSD

Resolução da AR n.º 153/2011

Revisão do regime de renda apoiada.

Publicação: DR I série n.º 244, de 2011-12-22

Origem: Projeto de Resolução n.º 81/XII/1

PS

Resolução da AR n.º 154/2011

Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA).

Publicação: DR I série n.º 244, de 2011-12-22

Origem: Projeto de Resolução n.º 38/XII/1

PCP

Resolução da AR n.º 155/2011

Recomenda ao Governo que proceda à avaliação e à revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA).

Publicação: DR I série n.º 244, de 2011-12-22

Origem: Projeto de Resolução n.º 62/XII/1

PSD

Resolução da AR n.º 156/2011

Sobre o processo de revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA).

Publicação: DR I série n.º 244, de 2011-12-22

Origem: Projeto de Resolução n.º 98/XII/1

PEV

Resolução da AR n.º 157/2011

Recomenda ao Governo que promova medidas mais eficazes na fiscalização e reforço das condições de proteção ambiental e de segurança do Parque Natural da Arrábida.

Publicação: DR I série n.º 244, de 2011-12-22

Origem: Projeto de Resolução n.º 59/XII/1

CDS-PP

Resolução da AR n.º 158/2011

Recomenda ao Governo que promova as medidas de promoção da reabilitação como estímulo ao arrendamento por parte da população, e em especial dos jovens.

Publicação: DR I série n.º 244, de 2011-12-22

Origem: Projeto de Resolução n.º 97/XII/1

CDS-PP

Resolução da AR n.º 159/2011

Recomenda ao Governo a avaliação e revisão do apoio ao arrendamento jovem e a promoção da «reabilitação urbana *low cost*».

Publicação: DR I série n.º 244, de 2011-12-22

Origem: Projeto de Resolução n.º 90/XII/1

PSD

Resolução da AR n.º 162/2011

Recomendação ao Governo no âmbito do outsourcing do Estado com vista a uma maior transparência desses contratos.

Publicação: DR I série n.º 249, de 2011-12-29

Origem: Projeto de Resolução n.º 145/XII/1

PS

Resolução da AR n.º 163/2011

Recomenda ao Governo que adote medidas para o funcionamento do Gabinete de Recuperação de Ativos (GRA) e do Gabinete de Administração de Bens (GAB).

Publicação: DR I série n.º 249, de 2011-12-29

Origem: Projeto de Resolução n.º 143/XII/1

PS

Resolução da AR n.º 164/2011

Quarta alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 57/2004, de 6 de agosto (Princípios gerais de atribuição de despesas de transporte e alojamento e de ajudas de custo aos Deputados).

Publicação: DR I série n.º 249, de 2011-12-29

Origem: Projeto de Resolução n.º 130/XII/1

PSD, CDS-PP, PCP, BE, PEV

Resolução da AR n.º 4/2012

Recomenda ao Governo que promova a estabilidade e qualificação do corpo docente nas escolas.

Publicação: DR I série n.º 10, de 2012-01-13

Origem: Projeto de Resolução n.º 139/XII/1

PS

Resolução da AR n.º 5/2012

Recomenda ao Governo a remoção dos resíduos perigosos depositados nas antigas minas de carvão de São Pedro da Cova, em Gondomar, e as medidas de correção e contenção dos impactes ambientais no local.

Publicação: DR I série n.º 11, de 2012-01-16

Origem: Projeto de Resolução n.º 88/XII/1

PCP

Projeto de Resolução n.º 103/XII/1

PS

Projeto de Resolução n.º 108/XII/1

PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 6/2012

Recomenda ao Governo o desenvolvimento de diligências diplomáticas tendentes à consagração do Dia Mundial em Memória das Vítimas do Terrorismo.

Publicação: DR I série n.º 11, de 2012-01-16

Origem: Projeto de Resolução n.º 74/XII/1

CDS-PP

Resolução da AR n.º 7/2012

Recomenda ao Governo medidas que salvaguardem o Baixo Vouga Lagunar como realidade protegida ambiental e económica.

Publicação: DR I série n.º 18, de 2012-01-25

Origem: Projeto de Resolução n.º 162/XII/1

CDS-PP

Resolução da AR n.º 8/2012

Recomenda ao Governo medidas que protejam o Baixo Vouga Lagunar e promovam o aumento de produtividade.

Publicação: DR I série n.º 18, de 2012-01-25

Origem: Projeto de Resolução n.º 138/XII/1

PSD

Resolução da AR n.º 11/2012

Recomenda ao Governo que adote as medidas necessárias para que seja dada cobertura universal do sinal digital, seja por Televisão Digital Terrestre (TDT), seja por satélite, sem custos adicionais para estes utilizadores, assegurando assim que seja garantido que não existam cidadãos excluídos, particularmente por razões económicas, no acesso ao sinal digital de televisão; bem como que promova, através das entidades competentes, o incremento de ações de informação e de fiscalização sobre o processo de implementação da Televisão Digital Terrestre (TDT).

Publicação: DR I série n.º 26, de 2012-02-06

Origem: Projeto de Resolução n.º 167/XII/1

PS

Projeto de Resolução n.º 170/XII/1

PSD, CDS-PP

Projeto de Resolução n.º 171/XII/1

BE

Resolução da AR n.º 12/2012

Recomenda ao Governo a alteração de normas do Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de maio, que «Regula o acesso e exercício da atividade das agências de viagens e turismo».

Publicação: DR I série n.º 27, de 2012-02-07

Origem: Projeto de Resolução n.º 134/XII/1

PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 14/2012

Recomenda ao Governo a promoção da mobilidade sustentável com recurso aos modos suaves de transporte, nomeadamente através de medidas práticas que garantam efetivas condições de circulação aos seus utilizadores e o reforço da sua segurança.

Publicação: DR I série n.º 29, de 2012-02-09

Origem: Projeto de Resolução n.º 96/XII/1

CDS-PP

Projeto de Resolução n.º 101/XII/1

PSD

Projeto de Resolução n.º 137/XII/1

PS

Resolução da AR n.º 15/2012

Institui o sobreiro como árvore nacional de Portugal.

Publicação: DR I série n.º 30, de 2012-02-10

Origem: Projeto de Resolução n.º 123/XII/1

PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV

Resolução da AR n.º 16/2012

Recomenda ao Governo a salvaguarda e valorização dos acervos dos extintos governos civis.

Publicação: DR I série n.º 30, de 2012-02-10

Origem: Projeto de Resolução n.º 147/XII/1

PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 17/2012

Recomenda ao Governo que proceda à abertura de uma nova fase de candidatura a bolsas de Ação Social Escolar para estudantes que ingressam pela primeira vez no ensino superior e equacione um eventual reforço das verbas afetas aos auxílios de emergência.

Publicação: DR I série n.º 30, de 2012-02-10

Origem: Projeto de Resolução n.º 148/XII/1

PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 19/2012

Recomenda ao Governo que promova medidas para o desenvolvimento do regadio em Portugal.

Publicação: DR I série n.º 32, de 2012-02-14

Origem: Projeto de Resolução n.º 86/XII/1

PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 22/2012

Recomenda ao Governo que promova o estabelecimento de uma concorrência saudável no setor do leite e dos produtos lácteos, reabra a discussão do regime de quotas leiteiras nos fóruns próprios da União Europeia e defenda intransigentemente a sua manutenção na regulamentação comum do leite e dos produtos lácteos.

Publicação: DR I série n.º 33, de 2012-02-15

Origem: Projeto de Resolução n.º 182/XII/1

CDS-PP

Resolução da AR n.º 23/2012

Recomenda medidas urgentes a adotar pelo Governo que visam a sustentabilidade do setor leiteiro.

Publicação: DR I série n.º 33, de 2012-02-15

Origem: Projeto de Resolução n.º 185/XII/1

PSD

Resolução da AR n.º 24/2012

Recomenda ao Governo, às instituições europeias e aos Estados-Membros da União Europeia que concentrem os seus esforços na promoção do crescimento económico e na criação de emprego.

Publicação: DR I série n.º 39, de 2012-02-23

Origem: Projeto de Resolução n.º 209/XII/1

PS

Resolução da AR n.º 25/2012

Sobre a disponibilização do Vyndaqel (Tafamidis) aos doentes com paramiloidose.

Publicação: DR I série n.º 44, de 2012-03-01

Origem: Projeto de Resolução n.º 197/XII/1

PEV

Resolução da AR n.º 26/2012

Recomenda urgência na avaliação do Tafamidis, para efeitos de introdução no Serviço Nacional de Saúde.

Publicação: DR I série n.º 44, de 2012-03-01

Origem: Projeto de Resolução n.º 194/XII/1

PSD

Resolução da AR n.º 27/2012

Recomenda ao Governo que, com caráter de urgência, adote as medidas necessárias para disponibilizar o medicamento Tafamidis a todos os portadores de paramiloidose com indicação terapêutica para tratamento, sem custos para os doentes.

Publicação: DR I série n.º 44, de 2012-03-01

Origem: Projeto de Resolução n.º 189/XII/1

BE

Resolução da AR n.º 28/2012

Sobre a introdução urgente do medicamento Vyndaqel/ Tafamidis no Serviço Nacional de Saúde.

Publicação: DR I série n.º 44, de 2012-03-01

Origem: Projeto de Resolução n.º 188/XII/1

CDS-PP

Resolução da AR n.º 29/2012

Recomenda ao Governo a inclusão do medicamento Tafamidis no Serviço Nacional de Saúde.

Publicação: DR I série n.º 44, de 2012-03-01

Origem: Projeto de Resolução n.º 186/XII/1

PCP

Resolução da AR n.º 32/2012

Recomenda ao Governo a adoção de um programa nacional de erradicação do fogo bacteriano em Portugal.

Publicação: DR I série n.º 57, de 2012-03-20

Origem: Projeto de Resolução n.º 203/XII/1

PS

Resolução da AR n.º 33/2012

Recomenda o reforço das medidas de combate às patologias vegetais e a criação de um conselho científico para a monitorização de pragas e doenças na produção agrícola e florestal.

Publicação: DR I série n.º 57, de 2012-03-20

Origem: Projeto de Resolução n.º 228/XII/1

PSD

Resolução da AR n.º 34/2012

Recomenda ao Governo que apresente, com a maior brevidade possível, o plano de ação nacional para o controlo do fogo bacteriano e avalie possíveis fontes de financiamento para ressarcir os agricultores e os viveiristas dos prejuízos sofridos.

Publicação: DR I série n.º 57, de 2012-03-20

Origem: Projeto de Resolução n.º 225/XII/1

CDS-PP

Resolução da AR n.º 38/2012

Recomenda ao Governo que estude uma alternativa que viabilize a requalificação e modernização da linha férrea do Vouga, tendo como pressuposto a sua sustentabilidade.

Publicação: DR I série n.º 61, de 2012-03-26

Origem: Projeto de Resolução n.º 154/XII/1

PSD

Projeto de Resolução n.º 172/XII/1

CDS-PP

Projeto de Resolução n.º 178/XII/1

PS

Resolução da AR n.º 39/2012

Recomenda ao Governo que regulamente a atividade e o exercício da profissão de optometria.

Publicação: DR I série n.º 61, de 2012-03-26

Origem: Projeto de Resolução n.º 141/XII/1

BE

Resolução da AR n.º 41/2012

Recomenda ao Governo que tome medidas que permitam relançar a cultura da beterraba-sacarina em Portugal.

Publicação: DR I série n.º 69, de 2012-04-05

Origem: Projeto de Resolução n.º 196/XII/1

PSD

Resolução da AR n.º 43/2012

Recomenda ao Governo que, no âmbito da revisão do Regulamento n.º 1060/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, promova uma atualização do quadro regulatório que enforma a atividade das agências de notação financeira.

Publicação: DR I série n.º 71, de 2012-04-10

Origem: Projeto de Resolução n.º 207/XII/1

CDS-PP

Resolução da AR n.º 52/2012

Apoio à candidatura de Portugal à Dieta Mediterrânica incluída na Lista Representativa do Património Imaterial da Humanidade.

Publicação: DR I série n.º 78, de 2012-04-19

Origem: Projeto de Resolução n.º 166/XII/1

CDS-PP

Resolução da AR n.º 53/2012

Recomenda ao Governo que estabeleça as condições para a criação de um contrato de transparência no acesso ao ensino superior.

Publicação: DR I série n.º 80, de 2012-04-23

Origem: Projeto de Resolução n.º 245/XII/1

CDS-PP

Resolução da AR n.º 56/2012

Recomenda ao Governo que pondere a criação de instrumentos que garantam o acesso ao pequeno-almoço aos alunos mais carenciados do ensino obrigatório.

Publicação: DR I série n.º 83, de 2012-04-27

Origem: Projeto de Resolução n.º 247/XII/1

PS

Resolução da AR n.º 57/2012

Recomenda ao Governo que pondere a criação de mecanismos que garantam o acesso a uma refeição matinal aos alunos cuja situação de carência lhes impede o acesso em casa.

Publicação: DR I série n.º 83, de 2012-04-27

Origem: Projeto de Resolução n.º 266/XII/1

PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 58/2012

Recomenda ao Governo a promoção de incentivos ao empreendedorismo jovem.

Publicação: DR I série n.º 86, de 2012-05-03

Origem: Projeto de Resolução n.º 252/XII/1

PSD

Resolução da AR n.º 61/2012

Por um envelhecimento ativo.

Publicação: DR I série n.º 87, de 2012-05-04

Origem: Projeto de Resolução n.º 254/XII/1

PSD

Resolução da AR n.º 62/2012

Recomenda ao Governo que promova o consumo de produtos nacionais e crie melhores condições para que esses produtos de origem nacional sejam identificados.

Publicação: DR I série n.º 87, de 2012-05-04

Origem: Projeto de Resolução n.º 258/XII/1

CDS-PP

Resolução da AR n.º 64/2012

Recomenda ao Governo a aplicação de medidas em matéria de pagamento de prestações sociais.

Publicação: DR I série n.º 88, de 2012-05-07

Origem: Projeto de Resolução n.º 267/XII/1

PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 65/2012

Recomenda ao Governo a isenção de pagamento de renovação de atestado multiuso de incapacidade em situações irreversíveis e a aplicação de uma taxa de (euro) 5 em caso de renovação periódica.

Publicação: DR I série n.º 89, de 2012-05-08

Origem: Projeto de Resolução n.º 271/XII/1

PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 66/2012

Recomenda ao Governo, no âmbito do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, Programa de Ação 2012, o desenvolvimento de medidas concretas.

Publicação: DR I série n.º 89, de 2012-05-08

Origem: Projeto de Resolução n.º 273/XII/1

CDS-PP

Resolução da AR n.º 67/2012

Recomenda ao Governo a adoção de medidas tendentes ao combate da obesidade infanto-juvenil em Portugal.

Publicação: DR I série n.º 91, de 2012-05-10

Origem: Projeto de Resolução n.º 246/XII/1

PS

Resolução da AR n.º 68/2012

Recomenda ao Governo a adoção de medidas tendentes ao combate da obesidade infanto-juvenil em Portugal.

Publicação: DR I série n.º 91, de 2012-05-10

Origem: Projeto de Resolução n.º 218/XII/1

PSD

Resolução da AR n.º 69/2012

Recomenda ao Governo um conjunto de medidas que promovam a utilização e valorização da biomassa florestal como contributo para a gestão sustentável das florestas e como prevenção da ocorrência de incêndios florestais.

Publicação: DR I série n.º 91, de 2012-05-10

Origem: Projeto de Resolução n.º 294/XII/1

CDS-PP

Resolução da AR n.º 70/2012

Recomenda ao Governo a valorização energética da biomassa no objetivo de proteção da floresta.

Publicação: DR I série n.º 91, de 2012-05-10

Origem: Projeto de Resolução n.º 289/XII/1

PSD

Resolução da AR n.º 71/2012

Recomenda ao Governo que abra vagas para a realização de internatos médicos em todos os estabelecimentos com idoneidade formativa proposta pela Ordem dos Médicos.

Publicação: DR I série n.º 93, de 2012-05-14

Origem: Projeto de Resolução n.º 257/XII/1

CDS-PP

Resolução da AR n.º 72/2012

Recomenda a alteração do Decreto-Lei n.º 338/2007, de 11 de outubro, para possibilitar o ingresso na carreira docente de todos os professores de técnicas especiais titulares de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

Publicação: DR I série n.º 93, de 2012-05-14

Origem: Projeto de Resolução n.º 272/XII/1

BE

Resolução da AR n.º 73/2012

Recomenda ao Governo a eletrificação do troço Caíde-Marco de Canaveses na linha do Douro.

Publicação: DR I série n.º 93, de 2012-05-14

Origem: Projeto de Resolução n.º 298/XII/1

PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 74/2012

Recomenda que o prolongamento da linha Verde do metro, entre o ISMAI e a Trofa, integre a 2.ª fase da rede do metro da área metropolitana do Porto.

Publicação: DR I série n.º 99, de 2012-05-22

Origem: Projeto de Resolução n.º 290/XII/1

PCP

Resolução da AR n.º 78/2012

Recomenda ao Governo que proponha e apoie medidas de natureza institucional e políticas que vinculem juridicamente os Estados-Membros da União Europeia e que conformem uma agenda de crescimento e de criação de emprego na União Europeia.

Publicação: DR I série n.º 111, de 2012-06-08

Origem: Projeto de Resolução n.º 334/XII/1

PS

Resolução da AR n.º 85/2012

Recomenda ao Governo que tome medidas no sentido imperioso de ver aumentada a presença e acessibilidade de combustíveis líquidos não aditivados no mercado.

Publicação: DR I série n.º 129, de 2012-07-05

Origem: Projeto de Resolução n.º 288/XII/1

PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 86/2012

Recomenda ao Governo a eletrificação do troço entre Caíde e o Marco de Canaveses da linha ferroviária do Douro.

Publicação: DR I série n.º 129, de 2012-07-05

Origem: Projeto de Resolução n.º 309/XII/1

PCP

Resolução da AR n.º 87/2012

Por um comércio internacional mais justo.

Publicação: DR I série n.º 129, de 2012-07-05

Origem: Projeto de Resolução n.º 355/XII/1

PSD

Resolução da AR n.º 88/2012

Recomenda ao Governo que retome o projeto de ligação do Metro do Porto entre o ISMAI/Maia e o concelho da Trofa.

Publicação: DR I série n.º 130, de 2012-07-06

Origem: Projeto de Resolução n.º 299/XII/1

PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 92/2012

Recomenda ao Governo a elaboração de uma lista exaustiva com os custos de contexto que afetam as empresas exportadoras.

Publicação: DR I série n.º 143, de 2012-07-25

Origem: Projeto de Resolução n.º 383/XII/1

PS

Resolução da AR n.º 93/2012

Recomenda ao Governo que seja dada prioridade absoluta à negociação da linha de crédito com o Banco Europeu de Investimento prevista no Orçamento do Estado para 2012, mediante determinados critérios.

Publicação: DR I série n.º 143, de 2012-07-25

Origem: Projeto de Resolução n.º 382/XII/1

PS

Resolução da AR n.º 94/2012

Recomenda ao Governo a elaboração de uma lista de pequenas e médias empresas que apenas atuam no mercado interno, mas com potencial de internacionalização, no sentido de as orientar para a exportação.

Publicação: DR I série n.º 143, de 2010-07-25

V. Declaração de retificação n.º 40/2012, de 2012-07-31

Origem: Projeto de Resolução n.º 386/XII/1

PS

Resolução da AR n.º 98/2012

Recomenda ao Governo que proceda à revisão da Portaria n.º 138-A/2010, de 4 de março, que define as taxas devidas pelos atos e serviços prestados pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.), e avalie a adequação das medidas restritivas do acesso a atividades agrícolas e desportivas em áreas protegidas.

Publicação: DR I série n.º 149, de 2012-08-02

Origem: Projeto de Resolução n.º 326/XII/1

PSD

Projeto de Resolução n.º 305/XII/1

CDS-PP

Resolução da AR n.º 99/2012

Recomenda a proteção ao setor das pescas através da salvaguarda da rentabilidade e da adequação da rede de postos de venda.

Publicação: DR I série n.º 149, de 2012-08-02

Origem: Projeto de Resolução n.º 404/XII/1

PCP

Resolução da AR n.º 100/2012

Recomenda ao Governo que estabeleça o leilão crescente na venda de pescado congelado ou proveniente de aquicultura num projeto-piloto a aplicar numa lota de média dimensão.

Publicação: DR I série n.º 149, de 2012-08-02

Origem: Projeto de Resolução n.º 351/XII/1

CDS-PP

Resolução da AR n.º 101/2012

No dia da Europa, recomenda um conjunto de medidas a adotar pelo Governo, pela Assembleia da República e pelas instituições comunitárias.

Publicação: DR I série n.º 151, de 2012-08-06

Origem: Projeto de Resolução n.º 320/XII/1

PSD

Resolução da AR n.º 102/2012

Recomenda ao Governo a criação do estatuto do doente crónico e da tabela nacional de incapacidade e funcionalidade da saúde.

Publicação: DR I série n.º 151, de 2012-08-06

Origem: Projeto de Resolução n.º 407/XII/1

BE

Resolução da AR n.º 103/2012

Recomenda ao Governo a adoção das medidas necessárias ao reconhecimento da isenção de imposto municipal sobre imóveis (IMI) aos prédios sitos no Centro Histórico de Évora.

Publicação: DR I série n.º 151, de 2012-08-06

Origem: Projeto de Resolução n.º 425/XII/1

PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE

Resolução da AR n.º 113/2012

Promove a acessibilidade, a sustentabilidade e qualidade dos serviços de abastecimento de água e de saneamento.

Publicação: DR I série n.º 155, de 2012-08-10

Origem: Projeto de Resolução n.º 360/XII/1

PS

Resolução da AR n.º 114/2012

Recomenda ao Governo a criação de um programa de formação profissional de apoio ao emprego nos sectores da hotelaria, restauração e turismo na região do Algarve.

Publicação: DR I série n.º 155, de 2012-08-10

Origem: Projeto de Resolução n.º 419/XII/1

PSD

Resolução da AR n.º 115/2012

Medidas de revitalização do emprego.

Publicação: DR I série n.º 155, de 2012-08-10

Origem: Projeto de Resolução n.º 417/XII/1

PSD

Resolução da AR n.º 116/2012

Recomenda ao Governo que tome medidas de valorização da família que facilitem a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional.

Publicação: DR I série n.º 155, de 2012-08-10

Origem: Projeto de Resolução n.º 418/XII/1

PSD

Resolução da AR n.º 117/2012

Recomenda ao Governo a adoção urgente de medidas de apoio à recuperação do património agrícola, florestal, habitacional, infraestruturas e atividades económicas destruídas ou afetadas pela vaga de incêndios na Região Autónoma da Madeira.

Publicação: DR I série n.º 155, de 2012-08-10

Origem: Projeto de Resolução n.º 447/XII/1

PSD, PS, CDS-PP

Resolução da AR n.º 118/2012

Pronto-socorro rodoviário como serviço prioritário de interesse público.

Publicação: DR I série n.º 155, de 2012-08-10

Origem: Projeto de Resolução n.º 388/XII/1

PCP

Resolução da AR n.º 119/2012

Reabilitação e reintegração no Exército do capitão de infantaria Artur Carlos Barros Basto, que foi alvo de segregação político-religiosa no ano de 1937.

Publicação: DR I série n.º 155, de 2012-08-10

Origem: Projeto de Resolução n.º 416/XII/1

PSD, PS, CDS-PP, BE

Resolução da AR n.º 120/2012

Recomenda ao Governo que adote medidas urgentes para a resolução de conflitos entre produtores de arroz no Vale do Sado.

Publicação: DR I série n.º 155, de 2012-08-10

Origem: Projeto de Resolução n.º 389/XII/1

PSD

Resolução da AR n.º 121/2012

Recomenda ao Governo que proceda ao estudo de uma solução que acautele os interesses do APARROZ-Agrupamento de Produtores de Arroz do Vale do Sado, Lda., e a capacidade de investimento no concelho de Alcácer do Sal.

Publicação: DR I série n.º 155, de 2012-08-10

Origem: Projeto de Resolução n.º 377/XII/1

CDS-PP

Resolução da AR n.º 122/2012

Canal Parlamento através da televisão digital terrestre.

Publicação: DR I série n.º 165, de 2012-08-27

Origem: Projeto de Resolução n.º 365/XII/1

PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV

De entre as resoluções que tiveram a sua origem em propostas do Governo, avultam as que aprovam acordos, convenções, protocolos ou tratados internacionais, que a seguir se enunciam:

Resolução da AR n.º 128/2011

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América para Reforçar a Cooperação no Domínio da Prevenção e do Combate ao Crime, assinado em Lisboa em 30 de junho de 2009.

Publicação: DR I série n.º 199, de 2011-10-17

Origem: Proposta de Resolução n.º 1/XII/1

Governo

Resolução da AR n.º 150/2011

Aprova o Protocolo de Alteração do Acordo de Transporte Aéreo entre os Estados Unidos da América e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, assinado em 25 e 30 de abril de 2007, assinado no Luxemburgo em 24 de junho de 2010.

Publicação: DR I série n.º 237, de 2011-12-13

Origem: Proposta de Resolução n.º 3/XII/1

Governo

Resolução da AR n.º 2/2012

Aprova o Acordo de Transporte Aéreo entre o Canadá e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, assinado em Bruxelas em 17 de dezembro de 2009.

Publicação: DR I série n.º 9, de 2012-01-12

Origem: Proposta de Resolução n.º 5/XII/1

Governo

Resolução da AR n.º 3/2012

Aprova o Acordo Quadro entre a União Europeia e os Seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Coreia, por outro, assinado em Bruxelas em 10 de maio de 2010.

Publicação: DR I série n.º 10, de 2012-01-13

Origem: Proposta de Resolução n.º 4/XII/1

Governo

Resolução da AR n.º 9/2012

Aprova a Decisão do Conselho Europeu de 25 de março de 2011 que altera o artigo 136.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia no que respeita a um mecanismo de estabilidade para os Estados-Membros cuja moeda seja o Euro.

Publicação: DR I série n.º 24, de 2012-02-02

Origem: Proposta de Resolução n.º 7/XII/1

Governo

Resolução da AR n.º 23-A/2012

Aprova o Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Coreia, por outro, assinado em Bruxelas, em 6 de outubro de 2010.

Publicação: DR I série n.º 34, Supl., de 2012-02-16

Origem: Proposta de Resolução n.º 2/XII/1

Governo

Resolução da AR n.º 30/2012

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República Argentina sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Lisboa em 6 de outubro de 2008.

Publicação: DR I série n.º 51, de 2012-03-12

Origem: Proposta de Resolução n.º 6/XII/1

Governo

Resolução da AR n.º 35/2012

Aprova o Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde.

Publicação: DR I série n.º 58, de 2012-03-21

Origem: Proposta de Resolução n.º 8/XII/1

Governo

Resolução da AR n.º 36/2012

Aprova o Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Portuguesa e a República do Peru, assinado em Lima, a 7 de abril de 2010.

Publicação: DR I série n.º 59, de 2012-03-22

Origem: Proposta de Resolução n.º 10/XII/1

Governo

Resolução da AR n.º 37/2012

Aprova, para adesão, uma Emenda ao Acordo relativo ao Fundo Monetário Internacional sobre a Reforma do Diretório Executivo, adotada em conformidade com a Resolução n.º 66-2, de 15 de dezembro de 2010, da Assembleia de Governadores do Fundo Monetário Internacional.

Publicação: DR I série n.º 60, de 2012-03-23

Origem: Proposta de Resolução n.º 11/XII/1

Governo

Resolução da AR n.º 44/2012

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e o Reino da Noruega para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa em 10 de março de 2011.

Publicação: DR I série n.º 73, de 2012-04-12

Origem: Proposta de Resolução n.º 15/XII/1

Governo

Resolução da AR n.º 45/2012

Aprova o Protocolo e o Protocolo Adicional, assinados em 7 de setembro de 2010, em Lisboa, que alteram a

Convenção entre a República Portuguesa e o Grão-Ducado do Luxemburgo para Evitar as Duplas Tributações e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre Rendimento e o Património e o Respetivo Protocolo, assinados em Bruxelas em 25 de maio de 1999.

Publicação: DR I série n.º 73, de 2012-04-12

Origem: Proposta de Resolução n.º 16/XII/1

Governo

Resolução da AR n.º 46/2012

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Colômbia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Bogotá em 30 de agosto de 2010.

Publicação: DR I série n.º 74, de 2012-04-13

Origem: Proposta de Resolução n.º 18/XII/1

Governo

Resolução da AR n.º 47/2012

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e os Emirados Árabes Unidos para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Abu Dhabi em 17 de janeiro de 2011.

Publicação: DR I série n.º 74, de 2012-04-13

Origem: Proposta de Resolução n.º 14/XII/1

Governo

Resolução da AR n.º 48/2012

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República do Panamá para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada na Cidade do Panamá a 27 de agosto de 2010.

Publicação: DR I série n.º 75, de 2012-04-16

Origem: Proposta de Resolução n.º 17/XII/1

Governo

Resolução da AR n.º 49/2012

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinado em Hong Kong em 22 de março de 2011.

Publicação: DR I série n.º 75, de 2012-04-16

Origem: Proposta de Resolução n.º 19/XII/1

Governo

Resolução da AR n.º 50/2012

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e o Japão para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa em 19 de dezembro de 2011.

Publicação: DR I série n.º 76, de 2012-04-17

Origem: Proposta de Resolução n.º 20/XII/1

Governo

Resolução da AR n.º 51/2012

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Estado do Qatar para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinado em Doha em 12 de dezembro de 2011.

Publicação: DR I série n.º 76, de 2012-04-17

Origem: Proposta de Resolução n.º 22/XII/1

Governo

Resolução da AR n.º 75/2012

Aprova a Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais, assinada em Lanzarote em 25 de outubro de 2007.

Publicação: DR I série n.º 103, de 2012-05-28

Origem: Proposta de Resolução n.º 21/XII/1

Governo

Resolução da AR n.º 80/2012

Aprova o Tratado que cria o Mecanismo Europeu de Estabilidade entre o Reino da Bélgica, a República Federal da Alemanha, a República da Estónia, a Irlanda, a República

Helénica, o Reino de Espanha, a República Francesa, a República Italiana, a República de Chipre, o Grão-Ducado do Luxemburgo, Malta, o Reino dos Países Baixos, a República da Áustria, a República Portuguesa, a República da Eslovénia, a República Eslovaca e a República da Finlândia, assinado em Bruxelas em 2 de fevereiro de 2012.
Publicação: DR I série n.º 117, de 2012-06-19
Origem: Proposta de Resolução n.º 28/XII/1
Governo

Resolução da AR n.º 83/2012

Aprova as emendas aos artigos 1.º e 18.º do Acordo Constitutivo do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, que estendem as operações do Banco ao Mediterrâneo Sul e Oriental, em conformidade com as Resoluções n.ºs 137 e 138, adotadas pelo Conselho de Governadores do Banco, em 30 de setembro de 2011.
Publicação: DR I série n.º 125, de 2012-06-29
Origem: Proposta de Resolução n.º 34/XII/1
Governo

Resolução da AR n.º 84/2012

Aprova o Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária entre o Reino da Bélgica, a República da Bulgária, o Reino da Dinamarca, a República Federal da Alemanha, a República da Estónia, a Irlanda, a República Helénica, o Reino de Espanha, a República Francesa, a República Italiana, a República de Chipre, a República da Letónia, a República da Lituânia, o Grão-Ducado do Luxemburgo, a Hungria, Malta, o Reino dos Países Baixos, a República da Áustria, a República da Polónia, a República Portuguesa, a Roménia, a República da Eslovénia, a República Eslovaca, a República da Finlândia e o Reino da Suécia, assinado em Bruxelas em 2 de março de 2012.
Publicação: DR I série n.º 127, de 2012-07-03
Origem: Proposta de Resolução n.º 30/XII/1
Governo

Resolução da AR n.º 105/2012

Aprova o Acordo sobre Serviços de Transporte Aéreo entre a República Portuguesa e a República de Moçambique, assinado em Lisboa em 30 de abril de 2010.
Publicação: DR I série n.º 152, de 2012-08-07
Origem: Proposta de Resolução n.º 9/XII/1
Governo

Resolução da AR n.º 106/2012

Aprova, para adesão, a Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, adotada em Nova Iorque em 30 de agosto de 1961.
Publicação: DR I série n.º 152, de 2010-08-07
Origem: Proposta de Resolução n.º 13/XII/1
Governo

Resolução da AR n.º 107/2012

Aprova, para adesão, a Convenção Relativa ao Estatuto dos Apátridas, adotada em Nova Iorque em 28 de setembro de 1954.
Publicação: DR I série n.º 152, de 2012-08-07
Origem: Proposta de Resolução n.º 12/XII/1
Governo

Resolução da AR n.º 108/2012

Aprova a Convenção n.º 183, Relativa à Revisão da Convenção (Revista) sobre a Proteção da Maternidade, 1952, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, na sua 88.ª Sessão, realizada em Genebra em 15 de junho de 2000.
Publicação: DR I série n.º 153, de 2012-08-08
Origem: Proposta de Resolução n.º 25/XII/1
Governo

Resolução da AR n.º 109/2012

Aprova a Convenção n.º 184 sobre a Segurança e a Saúde na Agricultura, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, na sua 89.ª Sessão, realizada em Genebra em 21 de junho de 2001.
Publicação: DR I série n.º 153, de 2012-08-08
Origem: Proposta de Resolução n.º 24/XII/1
Governo

Resolução da AR n.º 110/2012

Aprova a Convenção n.º 173 Relativa à Proteção dos Créditos dos Trabalhadores em Caso de Insolvência do Empregador, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, na sua 79.ª Sessão, realizada em Genebra em 23 de junho de 1992.

Publicação: DR I série n.º 153, de 2012-08-08

Origem: Proposta de Resolução n.º 23/XII/1

Governo

Resolução da AR n.º 111/2012

Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste no Domínio da Defesa, assinado em Lisboa em 27 de setembro de 2011.

Publicação: DR I série n.º 154, de 2012-08-09

Origem: Proposta de Resolução n.º 27/XII/1

Governo

Resolução da AR n.º 112/2012

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinado em Lisboa em 27 de setembro de 2011.

Publicação: DR I série n.º 154, de 2012-08-09

Origem: Proposta de Resolução n.º 29/XII/1

Governo

Resolução da AR n.º 123/2012

Aprova o Acordo de Parceria entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, assinado em Cotonu, em 23 de junho de 2000, e alterado pela primeira vez no Luxemburgo em 25 de junho de 2005, assinado em Ouagadougou, em 22 de junho de 2010.

Publicação: DR I série n.º 169, de 2012-08-31

Origem: Proposta de Resolução n.º 26/XII/1

Governo



APRECIÇÕES
PARLAMENTARES

A Constituição da República determina, no seu artigo 169.º, n.º 1, que os decretos-lei, salvo os aprovados no exercício da competência legislativa exclusiva do Governo,

podem ser submetidos a apreciação da Assembleia da República, para efeitos de cessação de vigência ou de alteração.

TABELA 18

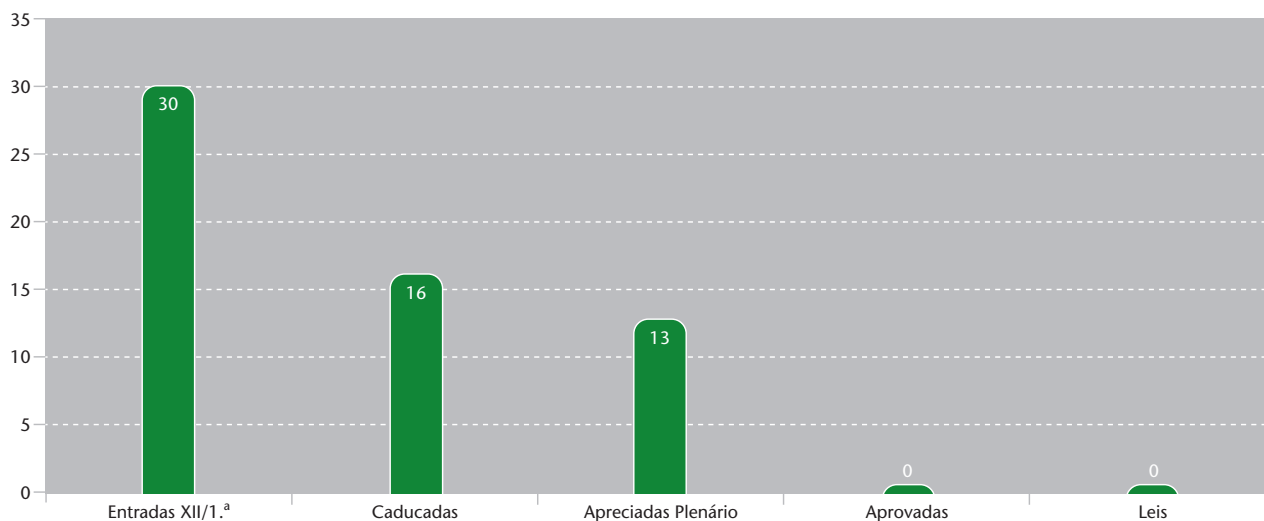
APRECIÇÕES PARLAMENTARES

Autor	Entradas XII/1. ^a XXV	Caducasas	Apreciadas Plenário	Aprovadas	Leis
PSD	0	0	0	0	
PS	6	4	3	0	
CDS-PP	0	0	0	0	
PCP	24	12	10	0	0
BE	0	0	0	0	
PEV	0	0	0	0	
Total	30	16	13	0	

XXV Até 24 de julho de 2012.

GRÁFICO 15

APRECIÇÕES PARLAMENTARES

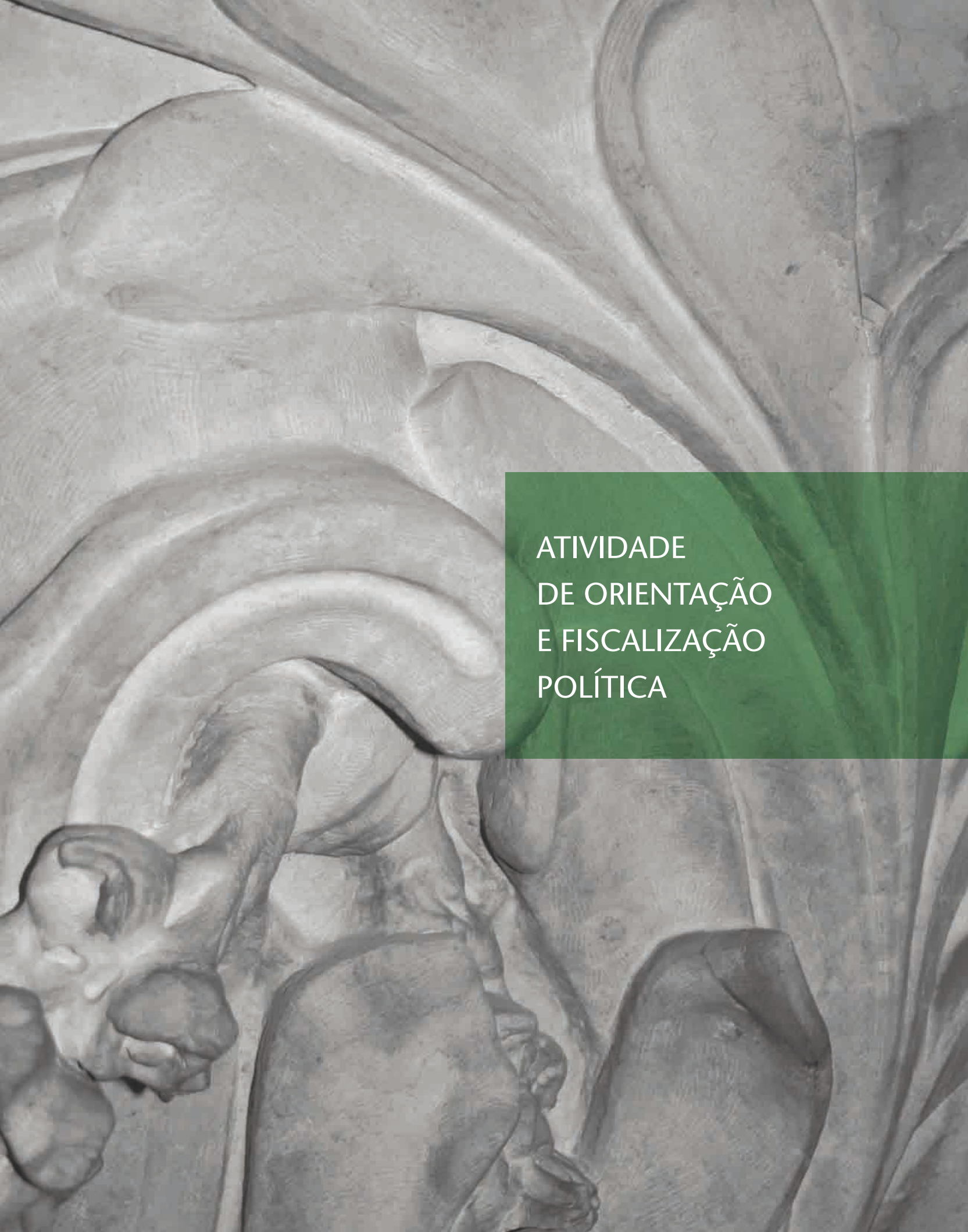


Conforme tabela e gráfico acima, na sessão legislativa em apreço, foram apresentados vários pedidos de apreciação de decretos-leis, oriundos de diversos grupos parlamentares. Efetivamente, deram entrada 30 apreciações parlamentares, tendo 13 dessas sido apreciadas em Plenário, sem que, no entanto, alguma tivesse sido aprovada.

Os temas abordados foram:

- Acesso e exercício da atividade das agências de viagem e turismo (Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de maio)
- Eliminação dos direitos especiais detidos pelo acionista Estado na EDP Energias de Portugal, S. A., na GALP Energia, SGPS, S. A., e na Portugal Telecom, SGPS, S. A. (Decreto-Lei n.º 90/2011, de 25 de julho)
- Tarifa social de fornecimento de gás natural a aplicar a clientes finais economicamente vulneráveis (Decreto-Lei 101/2011, de 30 de setembro)
- Apoio social extraordinário ao consumidor de energia (ASECE) (Decreto-Lei 102/2011, de 30 de setembro)
- Regime de cobrança de taxas de portagem aos utilizadores dos lanços e sublanços das autoestradas SCUT do Algarve, da Beira Interior, do Interior Norte e da Beira Litoral/Beira Alta (Decreto-Lei n.º 111/2011, de 28 de novembro)
- Acesso às prestações do Serviço Nacional de Saúde por parte dos utentes no que respeita ao regime das taxas moderadoras e à aplicação de regimes especiais de benefícios (Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro)
- Transmissão para o Estado das responsabilidades com pensões previstas no regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no sector bancário (Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro)
- Transposição para a ordem jurídica interna das disposições da Diretiva n.º 2009/71/EURATOM, do Conselho, de 25 de Junho de 2009, que estabelece um quadro comunitário para a segurança nuclear das instalações nucleares, e cria a respetiva autoridade reguladora competente, estabelecendo o seu âmbito e atribuições (Decreto-Lei n.º 30/2012, de 9 de fevereiro)
- Alteração do regime jurídico de proteção no desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, beneficiários do regime geral de segurança social, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro (Decreto-Lei n.º 64/2012, de 15 de março)
- Integração da Maternidade Dr. Alfredo da Costa e do Hospital Curry Cabral no Centro Hospitalar de Lisboa Central (Decreto-Lei n.º 44/2012, de 23 de fevereiro)
- Suspensão do regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de reforma por antecipação, constante do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, salvaguardando a situação dos desempregados de longa duração (Decreto-Lei n.º 85-A/2012, de 5 de abril)
- Regime de extinção das tarifas reguladas de venda de gás natural a clientes finais com consumos anuais inferiores ou iguais a 10 000 m³ (Decreto-Lei n.º 74/2012, de 26 de março)
- Regime de extinção das tarifas reguladas de venda de eletricidade a clientes finais com consumos em Baixa Tensão Normal (BTN) (Decreto-Lei n.º 75/2012, de 26 de março)
- Orgânica do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, I.P. (Decreto-lei n.º 97/2012, de 23 de abril)
- Regime de acumulação de funções dos membros executivos dos conselhos de administração do Metropolitano de Lisboa, E. P. E., e da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S. A., para efeitos da concretização do processo de fusão das duas empresas (Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de maio)
- Valores devidos pelo pagamento de atos das autoridades de saúde e de serviços prestados por outros profissionais de saúde pública (Decreto-Lei n.º 106/2012, de 17 de maio, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 8/2011, de 11 de janeiro)
- Limites legais de participação no capital social do operador da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade, no capital social das empresas concessionárias da Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazena-

- mento e Terminais de GNL e no capital social do operador da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural (Decreto-Lei n.º 112/2012, de 23 de maio)
- Criação, no âmbito do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, do Fundo Sanitário e de Segurança Alimentar Mais, bem como da Taxa de Segurança Alimentar Mais (Decreto-Lei n.º 119/2012, de 15 de junho)
 - Novo regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de formadores e técnicos especializados (Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho)
 - Alteração dos regimes jurídicos de proteção social nas eventualidades de doença, maternidade, paternidade e adoção e morte previstas no sistema previdencial, de encargos familiares do subsistema de proteção familiar e do rendimento social de inserção, do regime jurídico que regula a restituição de prestações indevidamente pagas e a lei da condição de recursos, no âmbito do sistema de segurança social, e o estatuto das pensões de sobrevivência e do regime jurídico de proteção social na eventualidade de maternidade, paternidade e adoção no âmbito do regime de proteção social convergente (Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de junho)
 - Princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário (Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho)
 - Alteração ao Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro, que regula o acesso às prestações do Serviço Nacional de Saúde por parte dos utentes no que respeita ao regime das taxas moderadoras e à aplicação de regimes especiais de benefício (Decreto-Lei n.º 128/2012, de 21 de junho)
 - Princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário (Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho)
 - Orgânica do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P (Decreto-Lei n.º 145/2012, de 11 de julho)
 - Processo de reprivatização do capital social dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S. A. (Decreto-Lei n.º 186/2012, de 13 de agosto).



ATIVIDADE
DE ORIENTAÇÃO
E FISCALIZAÇÃO
POLÍTICA

Moções de Censura

Na 1.ª sessão legislativa da XII legislatura foi apresentada uma moção de censura que foi rejeitada.

Esta iniciativa foi apresentada, nos termos do artigo 194.º

TABELA 19
MOÇÕES

Moções	Entradas XII/1.ª	Aprovadas	Rejeitadas
Confiança	0	0	0
Censura	1	0	1
Total	1	0	1

Debates com o Governo

Debate sobre o Programa do Governo

O debate sobre o programa do Governo, que se realiza sempre que se inicia nova legislatura, ocorreu, nos termos do artigo 216.º do Regimento, no dia 30 de junho de 2011.

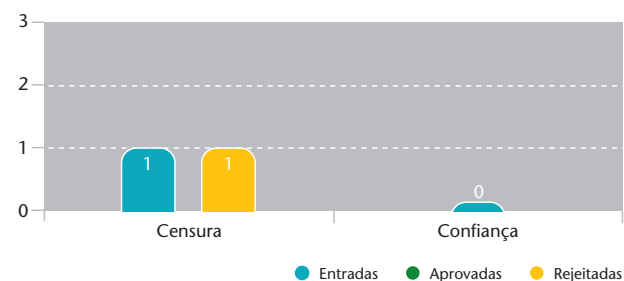
Debate do Estado da Nação

Na 1.ª sessão legislativa da XII legislatura, realizou-se um debate de política geral ao abrigo do artigo 228.º do Regimento, iniciado com uma intervenção do Primeiro-Ministro sobre o estado da Nação, sujeito a perguntas dos grupos parlamentares, seguindo-se um debate generalizado que é encerrado pelo Governo.

Esta sessão plenária teve lugar no dia 11 de julho de 2012.

da Constituição, pelo Grupo Parlamentar do PCP “Contra o rumo de declínio nacional por um futuro melhor para os portugueses e para o País”.

GRÁFICO 16
MOÇÕES



Debate com o Primeiro-Ministro

Nos termos do previsto no Regimento, no artigo 224.º, que estabelece que o Primeiro-Ministro comparece quinzenalmente perante o Plenário, para uma sessão de perguntas dos Deputados, na 1.ª sessão, ocorreram 15 debates com o Primeiro-Ministro.

Foram os seguintes os temas e as datas dos debates:

- Os trinta dias do Programa do Governo – 29 de julho de 2011
- Questões sociais e políticas – 14 de setembro de 2011
- A estratégia económica – 28 de setembro de 2011
- Situação económica e financeira – 14 de outubro de 2011
- As conclusões da Cimeira e os desafios europeus – 16 de dezembro de 2011
- Questões económicas – 6 de janeiro de 2012
- Diálogo Social e reforma do Estado – 20 de janeiro de 2012
- Questões levantadas ao Primeiro-Ministro – 4 de fevereiro de 2012
- Reformas na Administração Central e no setor empresarial do Estado – 17 de fevereiro de 2012

- Diversas questões levantadas ao Primeiro-Ministro – 7 de março de 2012
- Regularização de pagamentos do Estado e financiamento da Economia – 30 de março de 2012
- Diversas questões levantadas ao Primeiro-Ministro – 13 de abril de 2012
- Agenda estrutural e crescimento – 27 de abril de 2012
- Diversas questões levantadas ao Primeiro-Ministro – 11 de maio de 2012
- O Sistema de Informações da República Portuguesa – 30 de maio de 2012
- Centradas em questões de diversos títulos – 15 de junho de 2012
- Debate prévio à realização do Conselho Europeu a realizar em 28 e 29 de junho de 2012 – 27 de junho de 2012

A tabela e o gráfico abaixo ilustram os debates realizados em Plenário no contexto da 1.ª sessão da XII legislatura.

TABELA 20

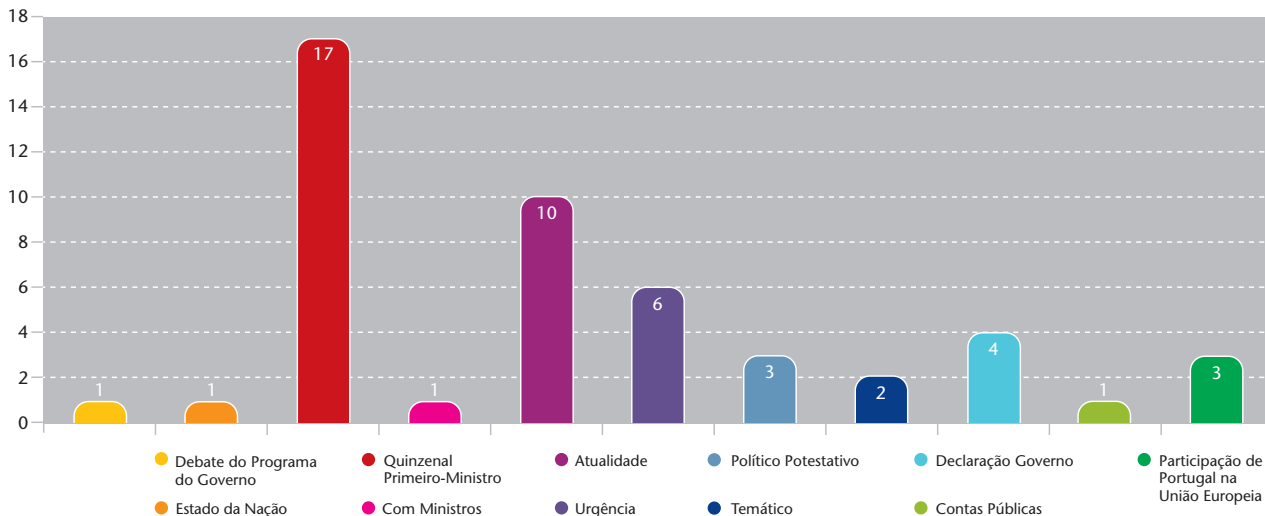
DEBATES

	Debates	Total
Debate com o Governo	Debate do Programa do Governo ^{xxvi}	1
	Debate do Estado da Nação ^{xxvii}	1
	Debate Quinzenal com 1.º Ministro ^{xxviii}	17
	Debate com os Ministros ^{xxix}	1
Outros Debates	Debate de Atualidade ^{xxx}	10
	Debate de Urgência ^{xxxi}	6
	Debate Político Potestativo ^{xxxii}	3
	Debate Temático ^{xxxiii}	2
	Declaração do Governo ^{xxxiv}	4
	Processos Contas Públicas (Orientação Política Orçamental, Conta Geral do Estado e Programa de Estabilidade e Crescimento)	1
	Participação de Portugal na União Europeia	3
	Total	49

^{xxvi} Ao abrigo do artigo 216.º do RAR. ^{xxvii} Ao abrigo do artigo 228.º do RAR. ^{xxviii} Ao abrigo do artigo 224.º do RAR. ^{xxix} Ao abrigo do artigo 225.º do RAR. ^{xxx} Ao abrigo do artigo 72.º do RAR. ^{xxxi} Ao abrigo do artigo 74.º do RAR. ^{xxxii} Ao abrigo do artigo 64.º do RAR. ^{xxxiii} Ao abrigo do artigo 73.º do RAR. ^{xxxiv} Ao abrigo do n.º 2 do artigo 78.º do RAR.

GRÁFICO 17

DEBATES



Interpeleções ao Governo

Na sessão legislativa em análise, nos termos do estabelecido no artigo 180.º, n.º 2, al. d) da Constituição da República Portuguesa e no artigo 226.º do Regimento, que cominam o direito de cada grupo parlamentar provocar, por meio de interpeleção ao Governo, a abertura de dois debates em cada sessão legislativa, sobre assunto de política geral ou sectorial, realizaram-se seis interpeleções.

A tabela 21 e o gráfico 18 apresentam a distribuição das interpeleções pelos grupos parlamentares.

Os assuntos versados foram:

- Política de saúde
- Desemprego, precariedade, alterações às leis do trabalho
- Consequências do pacto de agressão na vida dos portugueses – a grave crise económica em que se traduz a aplicação do “memorando de entendimento”

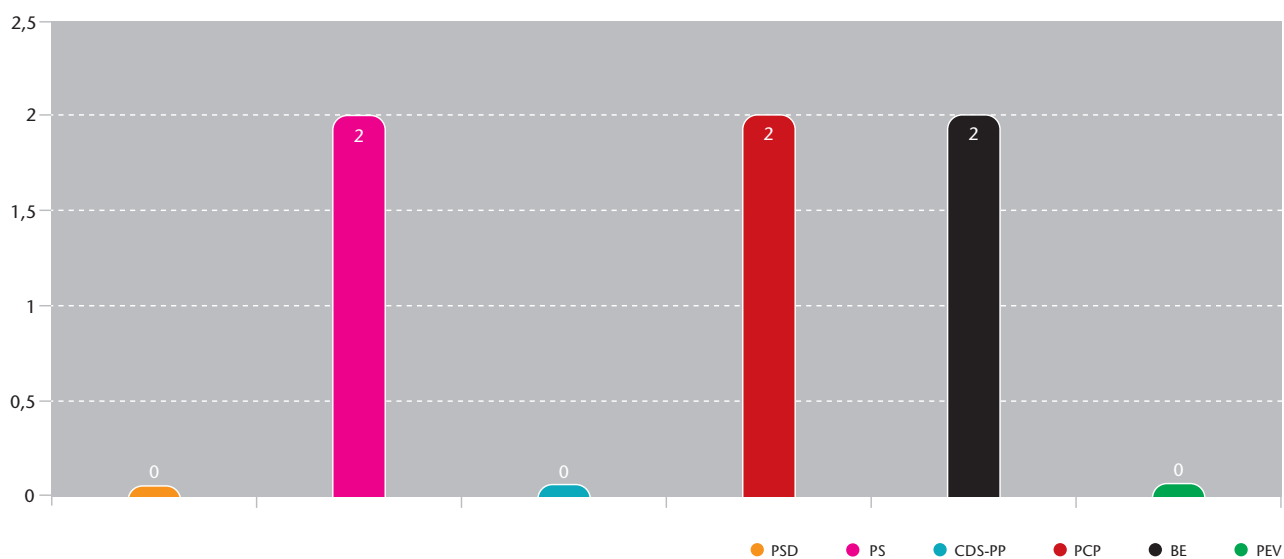
- Política de saúde
- Política orçamental e de crescimento
- Políticas de educação

TABELA 21
INTERPELAÇÕES AO GOVERNO

Autor	Interpeleções ao Governo
PSD	0
PS	2
CDS-PP	0
PCP	2
BE	2
PEV	0
Total	6

GRÁFICO 18

INTERPELAÇÕES AO GOVERNO



Perguntas e Requerimentos

O poder dos Deputados de “requerer e obter do Governo ou dos órgãos de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem

úteis para o exercício do seu mandato” encontra-se consagrado no artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa.

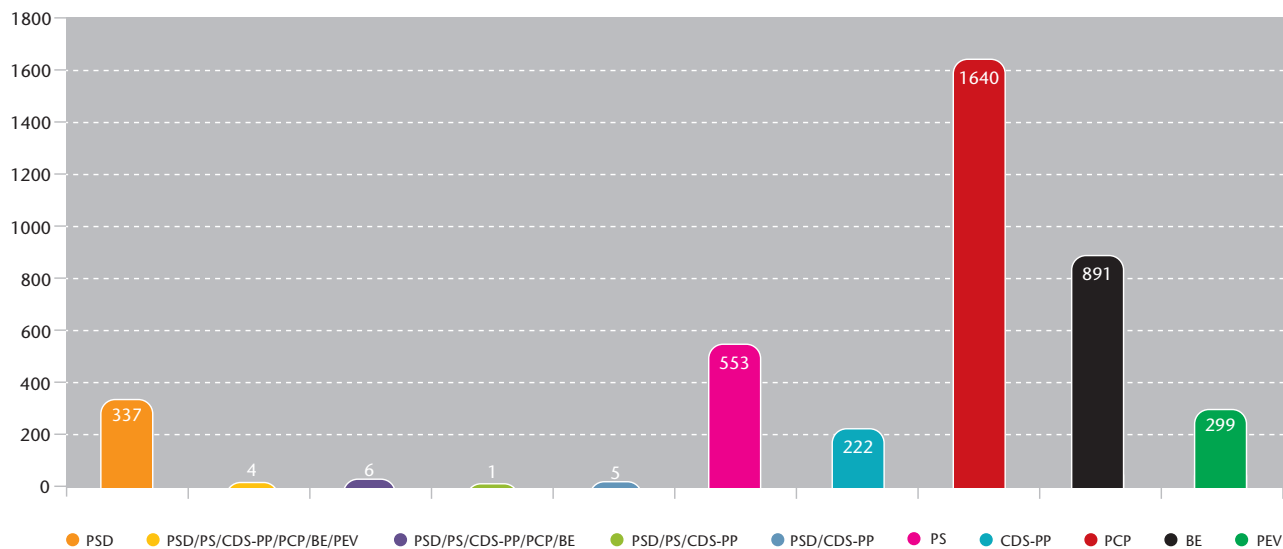
TABELA 22

PERGUNTAS FORMULADAS NA XII/1.^a

Autor	Formuladas	Respondidas	Não Respondidas	Retiradas	Devolvidas
PSD	337	270	51	16	0
PSD/PS/CDS-PP/ PCP/BE/PEV	4	4	0	0	0
PSD/PS/CDS-PP/ PCP/BE	6	6	0	0	0
PSD/PS/CDS-PP	1	1	0	0	0
PSD/CDS-PP	5	5	0	0	0
PS	553	438	101	7	7
CDS-PP	222	185	37	0	0
PCP	1640	1406	221	6	7
BE	891	791	86	8	6
PEV	299	269	29	0	1
Total	3958	3375	525	37	21

GRÁFICO 19

PERGUNTAS FORMULADAS NA XII/1.^a



Na 1.ª sessão legislativa da XII legislatura foram formuladas, pelos diversos grupos parlamentares, 3958 perguntas tendo sido respondidas 3375, o que representa uma taxa de resposta na ordem dos 85%.

Os requerimentos são classificados segundo a entidade a que se destinam em:

AC– Ao Governo/Administração Central

AL – A Órgãos das Autarquias Locais

AR – A Órgãos da Assembleia da República

EI – A Entidades Independentes

RA – A Órgãos das Regiões Autónomas

Foram formulados nesta sessão legislativa 265 requerimentos AC, 2826 AL, 74 EI, 0 AR e 3 RA num total de 3168. Destes foram respondidos 155 AC, 1701 AL, 58 EI e 2 RA num total de 1916, o que representa uma taxa de resposta na ordem dos 60%.

TABELA 23

REQUERIMENTOS FORMULADOS NA XII/1.ª

Autor	Formulados na XII/1.ª						Respondidos						Não Respondidos						Retirados	Devolvidos
	AC	AL	EI	AR	RA	Total	AC	AL	EI	AR	RA	Total	AC	AL	EI	AR	RA	Total		
PSD	59	186	13	0	0	258	38	101	11	0	0	150	11	83	2	0	0	96	3	9
PSD/CDS-PP	4	0	0	0	0	4	2	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	0
PS	56	0	3	0	1	60	26	0	2	0	0	28	8	0	1	0	1	10	0	22
CDS-PP	28	2286	12	0	2	2328	2	1576	10	0	2	1590	1	692	2	0	0	695	21	22
PCP	51	5	0	0	0	56	35	2	0	0	0	37	14	3	0	0	0	17	2	0
BE	59	349	46	0	0	454	44	22	35	0	0	101	9	322	11	0	0	342	10	1
PEV	8	0	0	0	0	8	8	0	0	0	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	265	2826	74	0	3	3168	155	1701	58	0	2	1916	43	1100	16	0	1	1160	38	54

GRÁFICO 20

REQUERIMENTOS FORMULADOS NA XII/1.ª

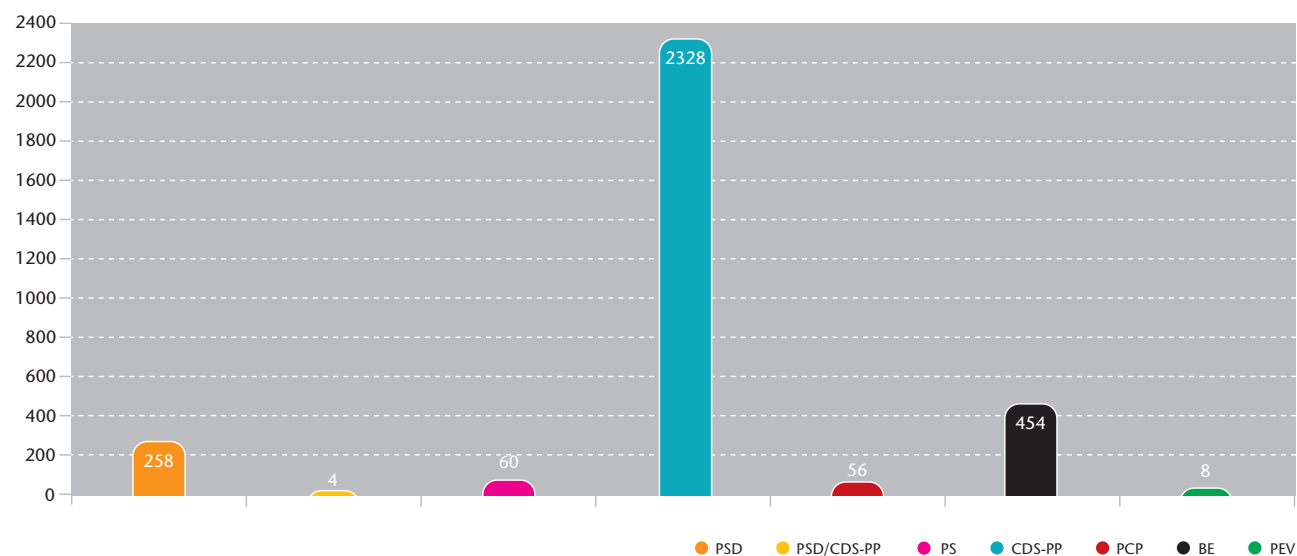


GRÁFICO 21

REQUERIMENTOS FORMULADOS NA XII/1.^a VERSUS RESPONDIDOS – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

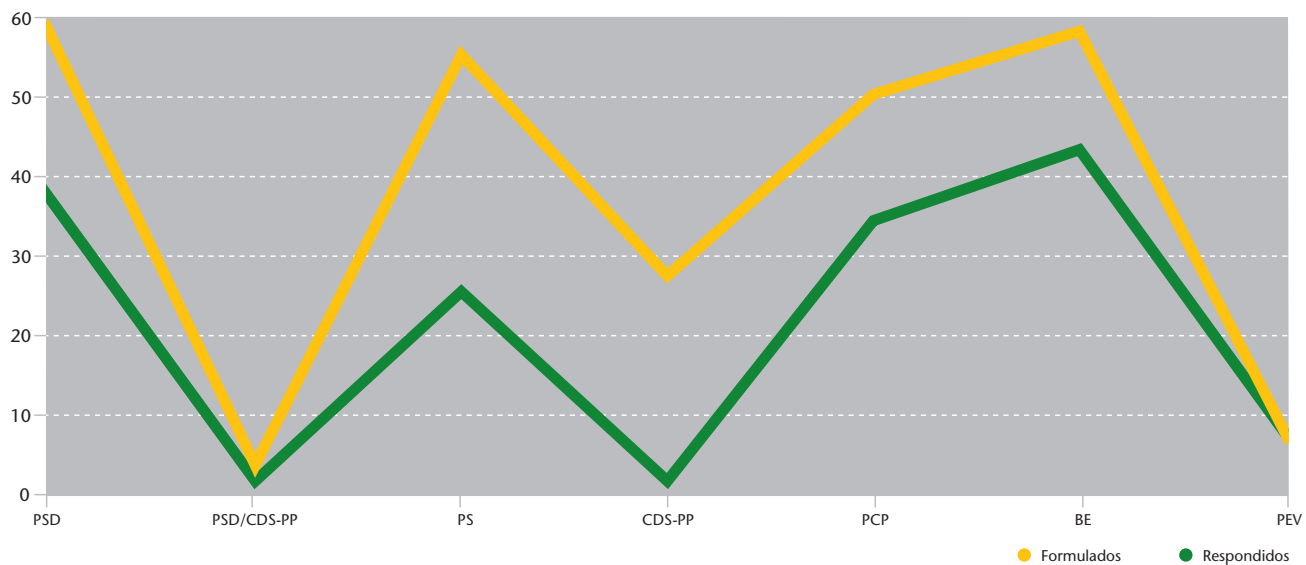
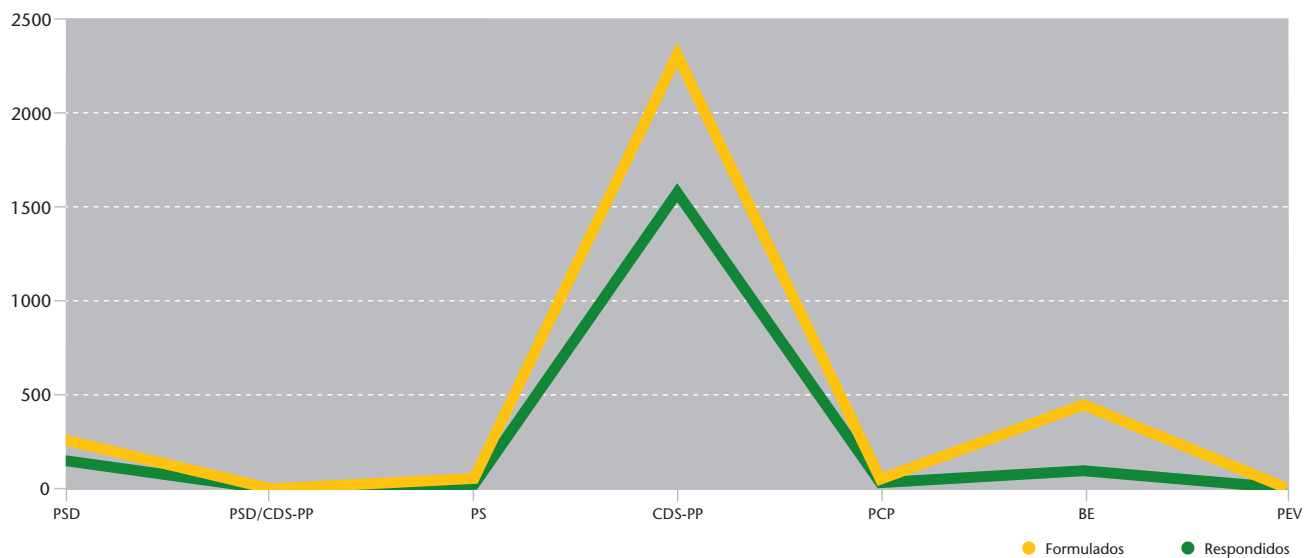


GRÁFICO 22

REQUERIMENTOS FORMULADOS NA XII/1.^a VERSUS RESPONDIDOS – ADMINISTRAÇÃO LOCAL



Petições

O direito de os cidadãos apresentarem, individual ou coletivamente, petições aos órgãos de soberania, para defesa dos seus direitos, da Constituição, das leis ou do inte-

resse geral encontra-se consagrado constitucionalmente no artigo 52.º da lei fundamental.

TABELA 24

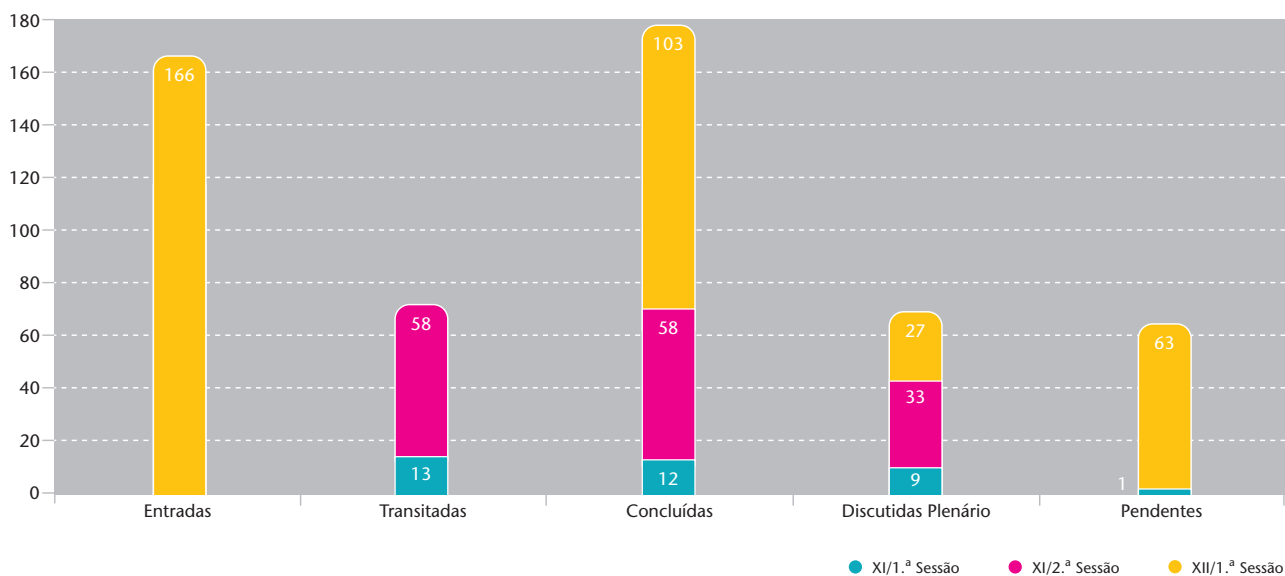
PETIÇÕES ENTRADAS, TRANSITADAS, CONCLUÍDAS, DISCUTIDAS EM PLENÁRIO E PENDENTES NA XII/1.^a

Legislatura	Entradas na XII/1. ^a ^{xxxv}	Transitadas para a XII/1. ^a	Concluídas na XII/1. ^a		Pendentes na XII/1. ^a
			Total	Discutidas Plenário	
XI Legislatura / 1. ^a Sessão	–	13	12	9	1
XI Legislatura / 2. ^a Sessão	–	58	58	33	–
XII Legislatura / 1. ^a Sessão	166	–	103	27	63
Total	166	71	173	69	64

^{xxxv} Até 24 de julho de 2012.

GRÁFICO 23

PETIÇÕES ENTRADAS, TRANSITADAS, CONCLUÍDAS, DISCUTIDAS EM PLENÁRIO E PENDENTES NA XII/1.^a



Na 1.^a sessão deram entrada 166 petições, que se vieram juntar a outras 71 transitadas para a presente legislatura. Do

somatório destes dois conjuntos de petições, 69 foram discutidas em Plenário, tendo ficado 64 petições pendentes.

Os temas das petições discutidas em Plenário foram os seguintes:

- O projeto do traçado do IC36 previsto para o lugar de Pousos, Leiria, propondo uma alternativa de passagem em túnel
- A urgente eliminação dos paraísos fiscais
- Solicitação no sentido de que os psicólogos inscritos na recém-criada Ordem não sejam desqualificados retroativamente
- Criação do dia 9 de setembro como o Dia Nacional da Natalidade/Dia da Grávida
- Vinho com informação é opção
- Solicitação à Assembleia da República para que recomende ao Governo a alteração das disposições da Portaria n.º 1379/2009, de 30 de outubro, que veio regulamentar as qualificações específicas profissionais mínimas exigíveis aos técnicos responsáveis pela elaboração de projetos, pela direção de obras e pela direção de fiscalização de obras, previstas na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho
- Manifestação de total discordância com a privatização das linhas suburbanas da CP e exigem que a AR impeça a concretização desta medida e revogue as alterações nos estatutos da CP que o permitem
- Solicitação de alteração das disposições sobre os centros de emprego protegido, constantes do Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de outubro
- Redução dos salários dos gestores das empresas públicas e/ou participadas com capitais públicos, entre 20% e 80%, e a eliminação de bónus e prémios deles emergentes, revertendo as verbas para a constituição de um fundo de reserva para acudir a situações de maior gravidade económico-social
- Reconhecimento da fibromialgia como doença crónica e incapacitante
- Não à privatização dos CTT
- Para um posto de trabalho permanente, um vínculo de trabalho efetivo
- “Fim à matança de animais no Canil Municipal de Braga”
- Fim da atribuição, antes dos 65 anos de idade, das pensões de reforma dos detentores de cargos públicos e político, bem como da sua acumulação
- Fim da acumulação de pensões de reforma e aposentação e de salários
- Pretensão de “manutenção dos preços de venda ao público nas embalagens dos medicamentos comparticipados”
- Que a linha do Tua seja restaurada e reaberta à circulação
- IVA à taxa reduzida para as atividades desportivas
- Manutenção da atual Extensão de Saúde de Vale São Cosme, a não redução dos horários de funcionamento, a não transferência de quaisquer serviços médicos ou de enfermagem e a construção de uma nova unidade de saúde, em área geograficamente central ao conjunto de Freguesias do Vale do Pelhe
- Contra a introdução de portagens na Via do Infante
- Apelo para que seja encontrada, a curto prazo, uma solução para uma sede definitiva da Associação Recreativa e Cultural de Músicos
- Pela atribuição da equivalência do grau de Mestre aos titulares das Licenciaturas Pré-Bolonha com formação de 5 ou 6 anos
- Alteração do regime atual do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo e do financiamento das escolas com contrato de associação, introduzidos pelo Decreto-Lei n.º 138-C/2010, de 28 de dezembro e pela Portaria n.º 1324-A/2010, de 29 de dezembro
- Alteração do estatuto jurídico dos animais no Código Civil
- Defesa da missão do Jardim Botânico e da sua sustentabilidade ambiental, social e económica a longo prazo. Revisão imediata do plano de pormenor do Parque Mayer, Jardim Botânico, edifícios da Politécnica e zona envolvente
- Ramal de Beja e outras dores de alma
- Que na declaração do IRS seja possível deduzir as despesas de saúde havidas com animais domésticos
- Apreciação e discussão do projeto de estatuto do dador de sangue
- Solicitação de que a Assembleia da República averigue e intervenha sobre a forma como está a ser desenvolvida a atividade prestamista
- Contra os cortes orçamentais para as escolas com contrato de associação

- Pela revogação/alteração do Decreto-Lei n.º 138-C/2010, que altera o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo
- Avaliação da realidade do aborto em Portugal
- Pedido de suspensão imediata do atual modelo de avaliação do desempenho docente e sua substituição por um modelo alternativo que apresentam
- Ratificação da convenção do Conselho da Europa contra a exploração e o abuso sexual de crianças e a adoção de medidas de prevenção e combate ao tráfico sexual de crianças e jovens
- Pedido de aprovação de lei que consagre liberdade sindical aos profissionais da Polícia Marítima
- Visa assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da Língua Portuguesa e o acesso à cultura portuguesa nos termos da alínea I do art.º 74.º capítulo III da Constituição Portuguesa
- Pela criminalização do enriquecimento ilícito dos titulares de cargos políticos
- Contra as portagens na A25, A24 E A23
- Adoção de medidas adequadas tendentes à abertura ao público, aos sábados, domingos e feridos, do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo (Mosteiro de Odivelas)
- Em favor do ensino da História
- Dar dignidade à vida das mulheres
- Suspensão do atual modelo de avaliação de desempenho dos professores
- Aprovação de uma Lei de amnistia para as infrações disciplinares cometidas por militares por motivo do associativismo representativo das Forças Armadas
- Solicitam a tomada de medidas adequadas para que todos os portadores de paramiloidose em fase inicial da doença possam iniciar o seu tratamento com Tafamidis
- Criação e aprovação do Estatuto do Doente Crónico, tal como a tabela nacional de incapacidade e funcionalidades da saúde
- Solicitação de que a Assembleia da República legisle no sentido de reformular a forma de pagamento das compensações devidas aos advogados inscritos no sistema de acesso ao direito e aos tribunais
- Metro para a Trofa
- Solicitação de uma alargada discussão pública e a aprovação de medidas alternativas às que geram iniquidades e que constam da atual proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2012
- Sobreiro – árvore nacional de Portugal
- Não à redução de autarquias e de trabalhadores
- As artes e a cultura para além da crise
- Tomada de medidas necessárias e legais para que não se extingam freguesias
- As privatizações no sector empresarial do Estado e o ataque à Administração Pública
- Contra os critérios do eixo 2 do documento verde
- Por uma formação inicial autónoma dos professores de Geografia e História
- Manutenção e reposição dos serviços do Hospital de S. Paulo, em Serpa
- Reabertura do Serviço de Atendimento Permanente no Centro de Saúde de Torre de Moncorvo e o reforço dos meios humanos e técnicos, de forma a garantir que os serviços prestados nos cuidados primários e diferenciados estejam ao nível das exigências que a lei estabelece e que o direito e a saúde impõem
- Pela garantia de que nenhum profissional das USF possa ser excluído da equipa USF
- Cumprimento do artigo 13.º do Tratado de Lisboa e consequente a imediata alteração dos Códigos Civil e Penal, na parte respeitante aos animais, seres sencientes, e não coisas móveis
- Não ao encerramento do Vice-Consulado de Portugal em Osnabrück (Alemanha)
- Pelo pequeno-almoço nas escolas
- Que a alteração do regime de acesso ao ensino superior, para alunos do ensino recorrente, só produza efeito para os acessos posteriores a 2012
- Pela alteração do estatuto do bolseiro de investigação
- Para que o Ministro da Saúde reavalie a reforma que pretende levar a cabo nos serviços de saúde do oeste, criando um único centro hospitalar
- Pela manutenção do Hospital das Caldas da Rainha
- Pela manutenção de todos os serviços do Centro Hospitalar de Torres Vedras, assim como reforço financeiro e o reforço do número de profissionais de saúde

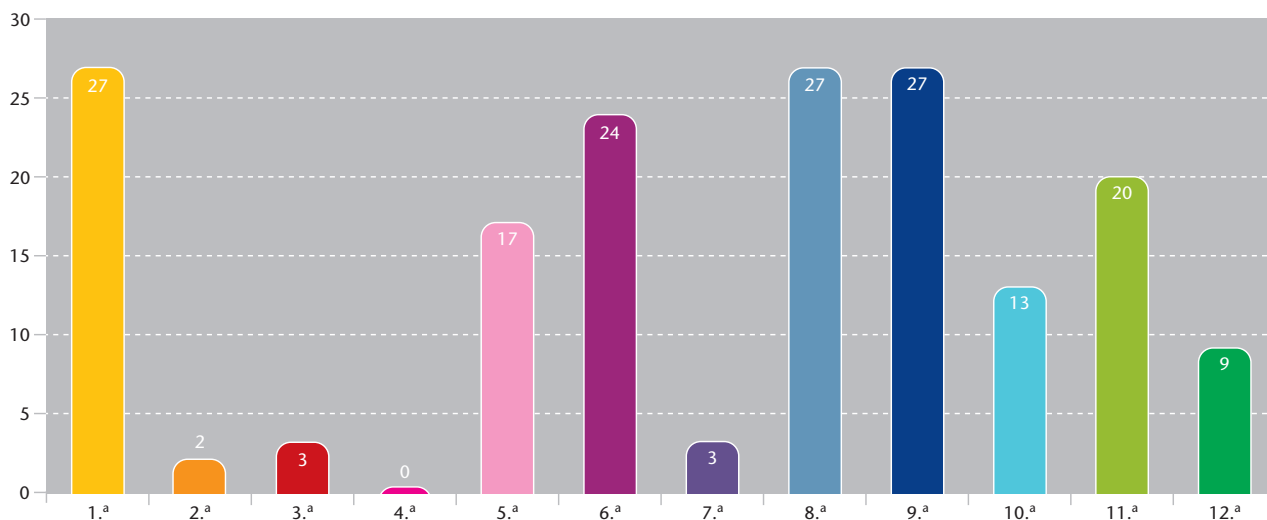
A tabela e o gráfico seguintes permitem visualizar a distribuição das petições por comissão parlamentar e a sua conclusão.

TABELA 25
PETIÇÕES DISTRIBUÍDAS E CONCLUÍDAS NA XII/1.^a POR COMISSÃO

Comissão	Distribuídas na XII/1. ^a	Concluídas da XI/1. ^a	Concluídas da XI/2. ^a	Concluídas da XII/1. ^a
Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	27	0	11	20
Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	2	0	1	1
Defesa Nacional	3	0	2	3
Assuntos Europeus	0	0	0	0
Orçamento, Finanças e Administração Pública	17	5	8	11
Economia e Obras Públicas	24	1	9	12
Agricultura e Mar	3	1	0	3
Educação, Ciência e Cultura	27	0	8	22
Saúde	27	0	6	19
Segurança Social e Trabalho	13	0	0	5
Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local	20	0	3	8
Ética, a Cidadania e a Comunicação	9	0	1	4
Total	172^{xxxvi}	7^{xxxvii}	49^{xxxviii}	108

^{xxxvi} 6 Petições foram distribuídas a mais do que uma Comissão. ^{xxxvii} 7 Petições foram concluídas em Comissão, 5 foram apreciadas e concluídas em Plenário. ^{xxxviii} 49 Petições foram concluídas em Comissão, 8 foram apreciadas e concluídas em Plenário.

GRÁFICO 24
PETIÇÕES DISTRIBUÍDAS NA XII/1.^a POR COMISSÃO



Inquéritos Parlamentares

Os Inquéritos Parlamentares destinam-se, nos termos do estabelecido no artigo 233.º do Regimento, a averiguar do cumprimento da Constituição e das leis e a apreciar os atos do Governo e da Administração.

Nesta 1.ª sessão legislativa da XII legislatura, foram apresentadas cinco iniciativas tendo em vista a realização de inquéritos:

- Inquérito Parlamentar 1/XII/1 – Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Gestão do Banco Português de Negócios pela CGD e à sua venda ao BIC
- Inquérito Parlamentar 2/XII/1 – Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar ao processo de gestão e reprivatização do Banco Português de Negócios
- Inquérito Parlamentar 3/XII/1 – Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à gestão e à alienação do Banco Português de Negócios, S.A. [BPN]
- Inquérito Parlamentar 4/XII/1 – Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à renegociação das concessões rodoviárias da Costa de Prata, do grande Porto, das

Beiras Litoral e Alta, Norte, grande Lisboa e Norte Litoral, que culminou com assinatura de aditamentos aos contratos de concessão, e das concessões do Algarve, Beira Interior e Interior Norte

- Inquérito Parlamentar 5/XII/1 – Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à elaboração e renegociação de todos os contratos de parcerias público-privadas nos setores ferroviário, rodoviário e da saúde

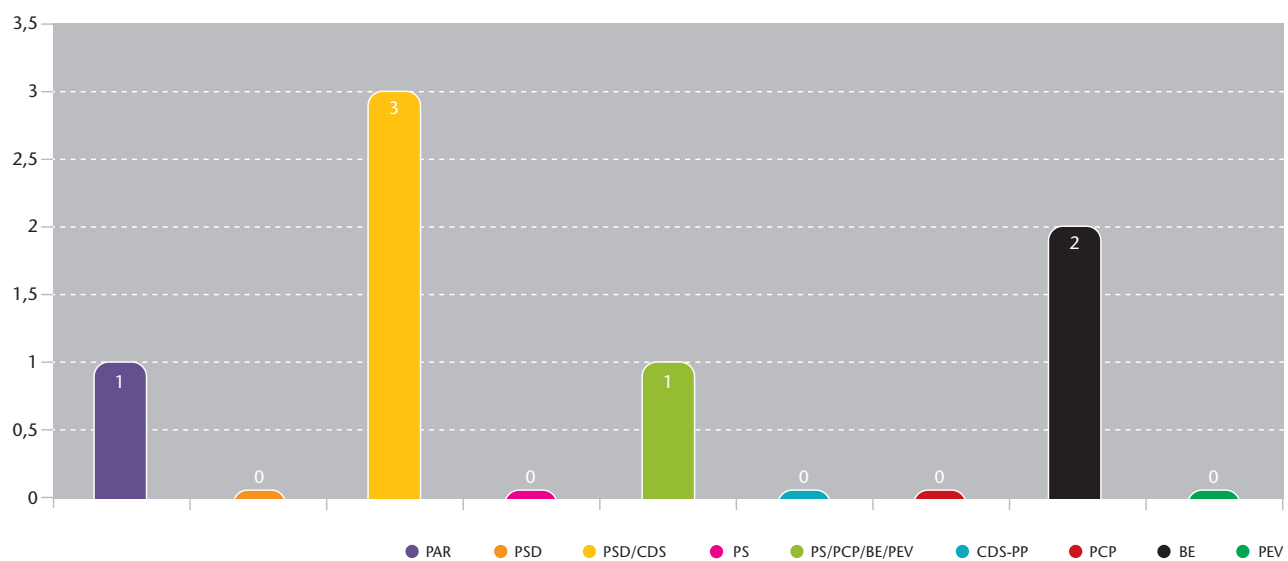
Tendo a primeira iniciativa sido rejeitada, os inquéritos 2/XII/1 e 3/XII/1 deram origem a um único texto, a Resolução da Assembleia da República n.º 34-A/2012, de 20 de março (Constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito ao processo de nacionalização, gestão e alienação do Banco Português de Negócios S.A.), enquanto os inquéritos 4/XII/1 e 5/XII/1 deram origem também a um texto único – a Resolução da Assembleia da República n.º 55/2012, de 24 de abril (Constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito à contratualização, renegociação e gestão de todas as parcerias público-privadas do setor rodoviário e ferroviário).

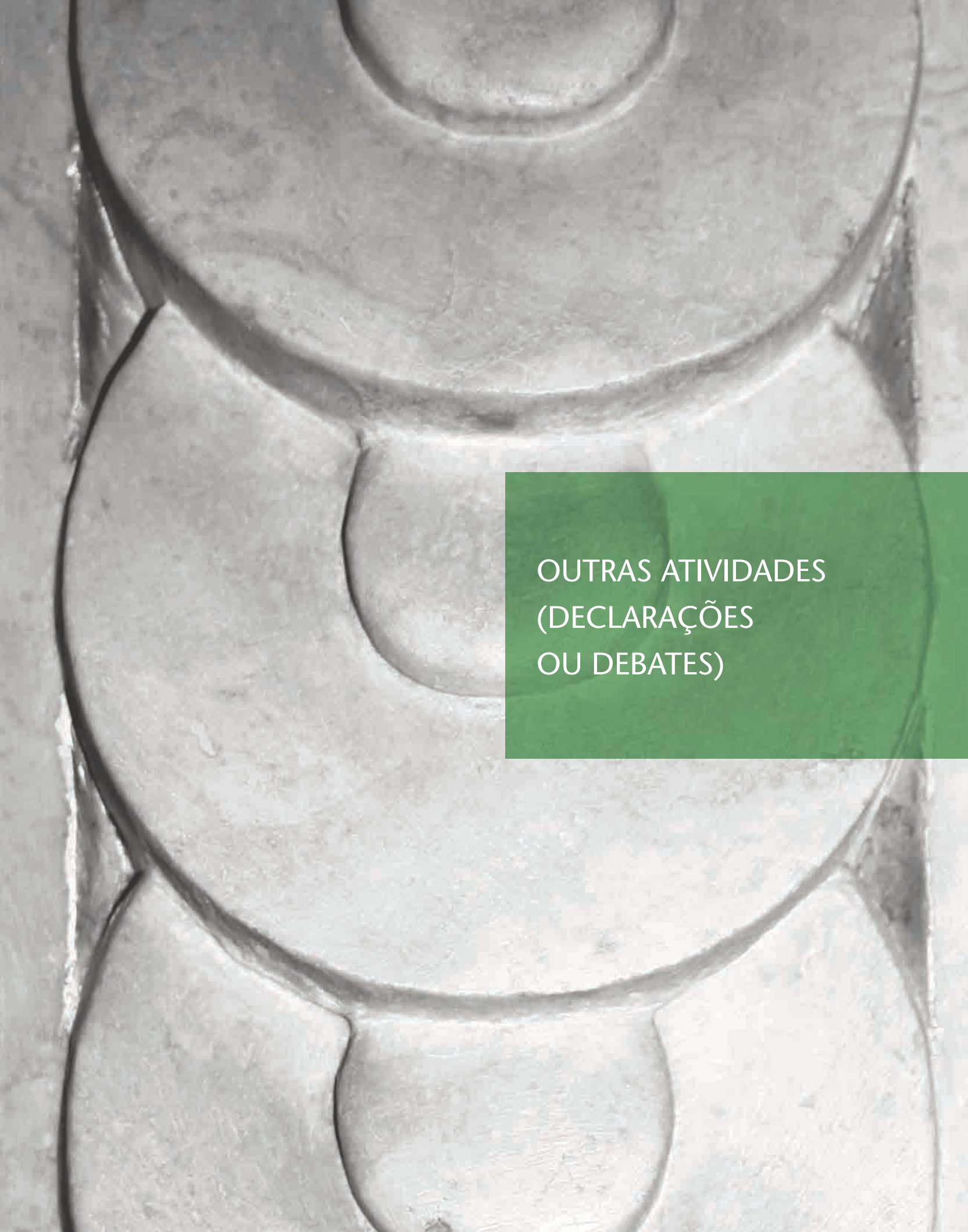
TABELA 26
INQUÉRITOS PARLAMENTARES

Autor	Entrados na XII/1. ^a	Aprovados	Rejeitados	Resolução AR
PAR	1 ^{xxxix}	1	0	1
PSD	0	0	0	0
PSD/CDS-PP	3 ^{xl}	2	0	2
PS	0	0	0	0
PS/PCP/BE/PEV	1	0	0	0
CDS-PP	0	0	0	0
PCP	0	0	0	0
BE	2	1	1	1
PEV	0	0	0	0
Total	7	4	1	4

^{xxxix} Por deliberação da Conferência de Líderes, o Projeto de Resolução n.º 262/XII/1.^a (PAR) substitui o Inquérito Parlamentar n.º 2 (PSD/CDS-PP) e o Inquérito Parlamentar n.º 3 (PS/PCP/BE/PEV). ^{xl} Por deliberação da Conferência de Líderes, o Inquérito Parlamentar n.º 2 (PSD/CDS-PP) e o Inquérito Parlamentar n.º 3 (PS/PCP/BE/PEV) foram fundidos num único texto que deu origem ao Projeto de Resolução n.º 262/XII/1.^a (PAR).

GRÁFICO 25
INQUÉRITOS PARLAMENTARES





OUTRAS ATIVIDADES
(DECLARAÇÕES
OU DEBATES)

Debate Político Potestativo

Ao abrigo do artigo 64.º do Regimento que dá aos grupos parlamentares o direito à fixação da ordem do dia de reuniões plenárias, nos termos fixados no regimento, esta pode corresponder a um debate político, no qual o Governo pode participar.

Durante a 2.ª sessão legislativa, ocorreram três debates nestes termos, subordinados aos temas “Reforma do Licenciamento Industrial – programa da indústria responsável e sistema da indústria responsável”, “O excesso de endividamento das famílias portuguesas e medidas de resposta” e “Política Europeia”.

Declarações Políticas

Nos termos do artigo 71.º do Regimento, cada grupo parlamentar tem direito a produzir, semanalmente, uma declaração política, devendo comunicar essa intenção à Mesa até ao início da respetiva reunião.

Na sessão legislativa em apreço foram produzidas 180 declarações políticas. No âmbito do direito consagrado no n.º 2 do artigo 76.º do RAR, registaram-se ainda duas intervenções de Deputado, a título de direito individual.

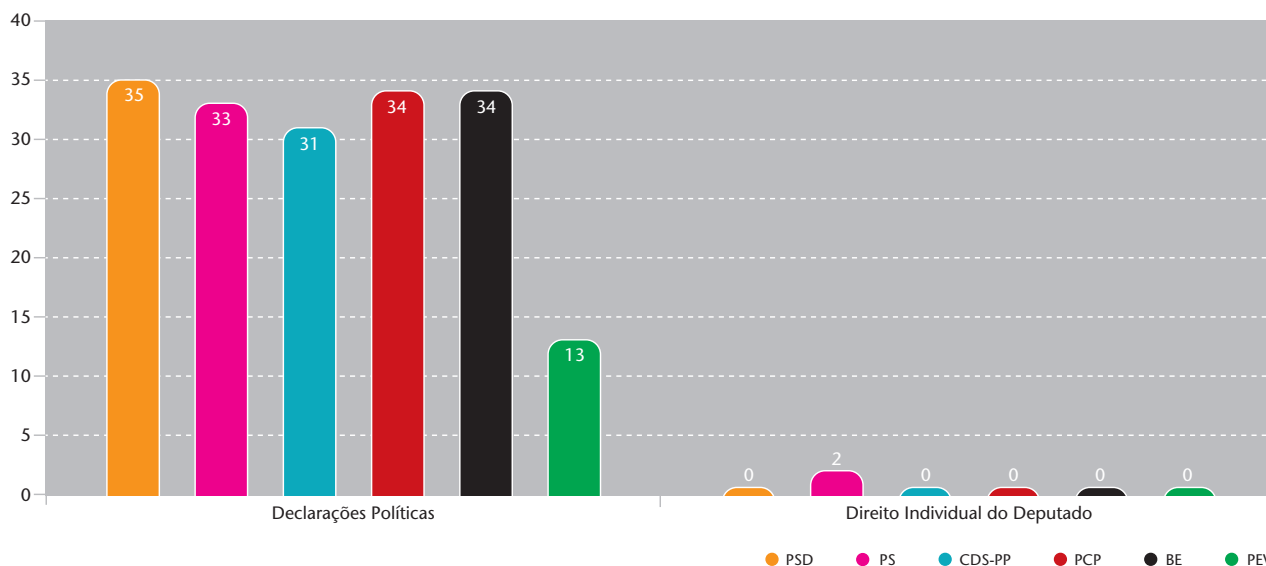
TABELA 27
DECLARAÇÕES POLÍTICAS E DIREITO INDIVIDUAL DO DEPUTADO

Autor	Declarações Políticas ^{XLI}	Direito Individual do Deputado ^{XLII}
PSD	35	0
PS	33	2
CDS-PP	31	0
PCP	34	0
BE	34	0
PEV	13	0
Total	180	2

^{XLI} Por deliberação da Conferência de Líderes, o Inquérito Parlamentar n.º 2 (PSD/CDS-PP) e o Inquérito Parlamentar n.º 3 (PS/PCP/BE/PEV) foram fundidos num único texto que deu origem ao Projeto de Resolução n.º 262/XII/1.ª (PAR). ^{XLII} Ao abrigo da alínea a) do n.º 112 do artigo 76.º do RAR.

GRÁFICO 26

DECLARAÇÕES POLÍTICAS



Declarações políticas

A distribuição por autor está patente na tabela e gráfico apresentados, versando as declarações os mais variados

temas, relacionados com factos relevantes da política nacional ou internacional, designadamente, sobre:

Grandes Áreas	Declarações Políticas
Governo	Atuação governativa Demissão do Secretário de Estado da Energia (Henrique Gomes) Política económica do Governo Nomeações para cargos públicos 101.º aniversário da implantação da República
Assembleia da República	Constituição da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar ao BPN Atuação da Senhora Presidente da Assembleia da República sobre a não-aceitação de um Deputado fazer uma pergunta relativa a uma declaração política
Partidos Políticos / Grupos Parlamentares	Conferência Parlamentar do PS sobre financiamento e internacionalização da economia portuguesa Jornadas parlamentares do PSD subordinadas ao tema "Reformar Portugal com justiça e Solidariedade" Jornadas parlamentares do CDS-PP subordinadas ao tema "Saber poupar para poder crescer, fazendo justiça social para os que mais precisam"
Emprego	Desemprego em Portugal Greve geral Direitos dos trabalhadores Política salarial Legislação laboral
Saúde	Política de saúde Cuidados paliativos Serviço Nacional de Saúde Saúde pública Política do medicamento Transporte de doentes pelos bombeiros Custo da saúde
Economia e Finanças	Situação económico-financeira do País Programa de Ajustamento Económico e Financeiro Aumento do IVA na restauração Política fiscal Falência da Europarque (Santa Maria da Feira) Venda do BPN ao BIC Dívida externa de Portugal Memorando de Entendimento Planos de pagamentos das entidades públicas Transferência para a Holanda de títulos de propriedade do capital de uma empresa nacional Orçamento de Estado para 2012 Orçamento de Estado para 2011

[CONTINUA]

Grandes Áreas	Declarações Políticas
Agricultura e Pescas	Política agrícola
	Sector das pescas
	Seca
	Verbas comunitárias PRODER
	Reestruturação do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
	Vitivinicultores da Região do Douro
Transportes	Produção florestal de madeira de pinheiro
	TGV
Justiça	Preço dos transportes públicos
	Política de transportes
	Reforma do sistema judicial
	Lei sobre política criminal
Cultura	Reorganização territorial no setor da justiça
	Justiça portuguesa
	Política cultural
	Cancelamento de programa da Antena 1
Educação e Ensino	Guimarães Capital Europeia da Cultura
	Alienação de um canal da RTP
	Política educativa
	Estatuto do aluno
	Parque Escolar
	Reforma dos ensinos básico e secundário
	Encerramento de Centros de Novas Oportunidades
	Bolsas de ação social aos alunos do ensino superior público
Emigração de professores para países lusófonos	
Negócios Estrangeiros	Colocação de professores
	Resultados eleitorais na Grécia
	Situação na Síria e apoio aos esforços da Liga Árabe
	Reconstrução do Projeto europeu
Defesa Nacional	Vistos entre Portugal e Angola
	Política de segurança interna
Ambiente	Lei da Programação Militar
	Fogos florestais
	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
	Dia Mundial da Água
	Primeiro aniversário do abalo sísmico ocorrido no Japão
	Gases com efeito de estufa
	Primeira reserva mundial de surf da Europa em Ribeira d'Ilhas (Ericeira)

[CONTINUA]

Grandes Áreas	Declarações Políticas
Energia	Política energética Intervenções artísticas promovidas pela EDP nas barragens
Assuntos Sociais	Incumprimento no pagamento de crédito à habitação Pensões antecipadas Regras de atribuição dos subsídios por doença Rendimento mínimo de inserção Regras de atribuição de prestações sociais Mortes associadas a razões de natureza social e económica Dia Internacional da Mulher Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações Idosos em Portugal Descapitalização da Segurança Social Emigração Ano Europeu do Voluntariado e da Cidadania Ativa Programa de emergência social Renda apoiada
Ordenamento do Território e Poder Local	Memorando de acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses Empresas municipais Reforma do sistema de governo local Manifestações de autarcas municipais e das freguesias Gestão integrada e sustentável do litoral Políticas do Governo Regional da Madeira Arrendamento urbano Documento Verde da Reforma da Administração local Crescimento económico do Algarve Distribuição geográfica da população portuguesa

Debates de Atualidade

Durante a 1.^a sessão legislativa, ao abrigo do artigo 72.º do Regimento que permite a realização, em cada quinzena, de um debate de atualidade a requerimento potestativo de um grupo parlamentar, ocorreram 10 debates sobre os temas que a seguir se indicam:

- “Mercado social de arrendamento” – 4 de julho de 2012;
- “Desemprego” – 18 de maio de 2012
- “Asfixia das famílias” – 3 de maio de 2012
- “Abandono do ensino superior por falta de meios económicos” – 18 de abril de 2012
- “A grave situação nos hospitais portugueses” – 9 de março de 2012
- “Reforma administrativa” – 2 de fevereiro de 2012
- “Alterações às leis laborais” – 18 de janeiro de 2012
- “As conclusões do Conselho Europeu, que teve lugar nos dias 8-9 de dezembro, em Bruxelas” – 15 de dezembro de 2012
- “Ameaça à classificação do Alto Douro Vinhateiro, designadamente pela construção da Barragem de Foz Tua” – 9 de dezembro de 2011

- “Situação da Região Autónoma da Madeira e os compromissos do senhor Primeiro Ministro perante a Assembleia da República” – 6 de outubro de 2011.

Debates Temáticos

O artigo 73.º do Regimento determina que o Presidente da Assembleia, as comissões parlamentares, os grupos parlamentares ou o Governo podem propor à Conferência a realização de um debate sobre um tema específico. Na 1.ª sessão da XII legislatura, ocorreram dois debates deste tipo sobre os seguintes temas:

- “Situação na Escola Pública e novo ano letivo: mega agrupamentos, reorganização curricular e despedimentos nas escolas” – 22 de junho de 2012
- “Sobre Serviço Público de Rádio e Televisão” – 11 de janeiro de 2012

Debates de Urgência

Ao abrigo do estabelecido no artigo 74.º do Regimento, os grupos parlamentares e o Governo podem requerer fundamentadamente ao Presidente a realização de debates de urgência.

Na 1.ª sessão legislativa, tiveram lugar seis debates de urgência, que versaram sobre os seguintes temas:

- “Mapa judiciário e sistema prisional” – 12 de julho de 2012
- “Urgência de renegociação da dívida pública portuguesa” – 1 de junho de 2012
- “A economia portuguesa e a execução do Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN” – 15 de março de 2012
- “Incumprimento da Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro (amianto em edifícios públicos)” – 16 de março de 2012
- “Televisão Digital Terrestre” – 5 de janeiro de 2012
- “Início do ano letivo” – 29 de setembro de 2011

Declaração do Governo

Nos termos do n.º 2 do artigo 78.º do Regimento o Governo pode intervir, semanalmente, para produzir uma declaração, desde que dê conhecimento prévio do tema aos grupos parlamentares através do PAR. Na 1.ª sessão legislativa desta legislatura, o Governo utilizou quatro vezes esta figura regimental:

- “A sustentabilidade do Sistema Elétrico Nacional” – 17 de maio de 2012
- “Regime jurídico da criação, organização e funcionamento das organizações profissionais” – 19 de abril de 2012
- “A seca” – 15 de março de 2012
- “Política de transportes” – 1 de fevereiro de 2012

Deliberações

Revestem a forma de deliberação, os atos votados em Plenário da Assembleia da República que dizem respeito ao funcionamento da Assembleia.

Na 1.ª sessão legislativa da XII legislatura, foram apresentados nove projetos de deliberação pelo PAR, dos quais sete foram aprovados, seis sob a forma de Deliberações e um sob a forma de Resolução:

- **Deliberação 1-PL/2011** – Elenco e composição das Comissões Parlamentares Permanentes
- **Deliberação 1-PL/2012** – Fixa a composição, distribuição e elenco dos Grupos Parlamentares de Amizade na XII legislatura
- **Deliberação 2-PL/2012** – Procede à primeira alteração à Deliberação n.º 1-PL/2012, aprovada em 20 de janeiro de 2012 (Fixa a composição, distribuição e elenco dos Grupos Parlamentares de Amizade na XII legislatura)
- **Deliberação 4-PL/2012** – Procede à segunda alteração à Deliberação n.º 1-PL/2012, aprovada em 20 de janeiro de 2012 (Fixa a composição, distribuição e elenco dos Grupos Parlamentares de Amizade na XII legislatura)

- **Deliberação 5-PL/2012** – Prorrogação do período normal de funcionamento da Assembleia da República
- **Deliberação 6-PL/2012** – Suspensão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito à contratualização, renegociação e gestão de todas as parcerias público-privadas do setor rodoviário e ferroviário

- **Resolução da Assembleia da República n.º 31/2012, de 20 de março** – Auditoria a realizar pelo Tribunal de Contas ao processo de nacionalização do BPN – Banco Português de Negócios – e ao processo que determinou a insolvência do BPP – Banco Privado Português –, avaliando, nomeadamente, os custos já realizados e a realizar pelo Estado Português

TABELA 28

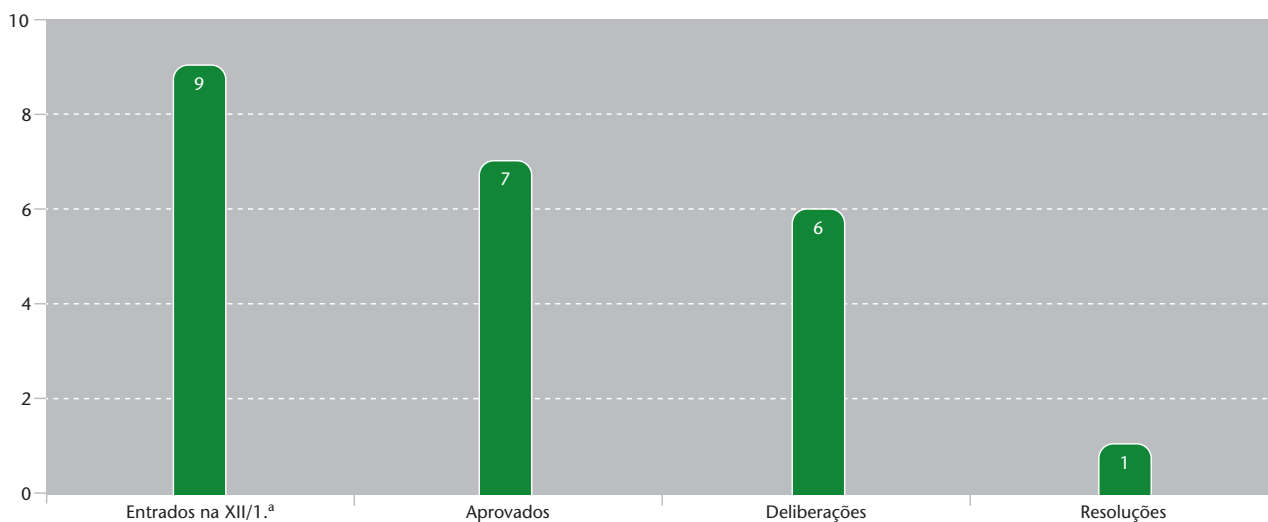
PROJETOS DE DELIBERAÇÃO

Autor	Entrados na XII/1. ^a ^{XLIII}	Aprovados	Deliberações	Resoluções
PAR	6	6	6	0
PSD	0	0	0	0
PS	0	0	0	0
CDS-PP	1	0	0	0
PCP	1	1	0	1
BE	1 ^{XLIV}	0	0	0
PEV	0	0	0	0
Total	9	7	6	1

^{XLIII} Até 24 de julho de 2012. ^{XLIV} Retirado.

GRÁFICO 27

PROJETOS DE DELIBERAÇÃO



Votos

Nos termos do artigo 75.º do Regimento, os Deputados, os grupos parlamentares e a Mesa, podem propor votos de congratulação, protesto, condenação, saudação ou pesar

Na 1.ª sessão da XII legislatura, foram apresentados 72 votos, tendo sido aprovados 66.

A distribuição dos votos, relativamente à sua classificação e aos proponentes consta da tabela 29 e nos gráficos 28 e 29.

Os **votos de pesar** referem-se ao falecimento de individualidades: Fernando José Russo Roque Correia Afonso, Deputada Maria José Nogueira Pinto, ex-Deputado Diogo Vasconcelos, Salvador Fernandes Caetano, Orlando José de Campos Marques Pinto, Beatriz Magalhães de Almeida Cal Brandão, Reitor da Universidade Técnica Professor Fernando Ramoa Ribeiro, Deputado à Assembleia Constituinte José Gonçalves Sapinho, Júlio Resende, Aristides Pereira primeiro Presidente da República de Cabo Verde, José Niza, Elvino Pereira ex-Presidente da Câmara Municipal de Mação, Luiz Francisco Rebelo, Vaclav Havel, Cesária Évora, antigo Deputado Walter Cudell, Presidente da Guiné-Bissau Malam Bacai Sanhá, Pedro Osório, Manuel Fraga Iribarne, Manuel Coelho dos Santos, Francisco Igrejas Caeiro, Manuel Laranjeira Vaz, D. Maria Adelaide Manuela Amélia Micaela Rafaela de Bragança Infanta de Portugal, D. Manuel Falcão Bispo Emérito de Beja, Isabel Sena Lino, Telmo Ferreira Neto, António Carlos de Carvalho Nogueira Leitão, António Tabucchi, Miguel Portas, Fernando Lopes, Prof. Dr. João Manuel Martins, Bernardo Sasseti, Maria Keil, Raul Nery, Júlio Montalvão Machado e de José Hermano Saraiva. Foi também aprovado um voto de pesar pelo Holocausto.

Foram, ainda, aprovados os seguintes **votos de condenação**: pelos atentados em França, do golpe militar na Guiné-Bissau e pelo massacre na Síria.

Foi aprovado um voto de condenação e pesar pelos atentados na Noruega.

Foram também, aprovados os seguintes **votos de congratulação**: pelos jovens portugueses que venceram nas Olimpíadas Internacionais de Matemática, pela excelência da investigação científica em Portugal, pelo avanço do processo negocial do processo Israelo-Palestiniano, pela atribuição do Prémio Nobel da Paz em 2011, pelo reconhecimento do “Fado Património da Humanidade”, pela nomeação de Irene Fonseca para Presidente da SIAM – Society for Industrial and Applied Mathematics –, pela inauguração da nova sede da CPLP, pela distinção de dois cineastas portugueses no Festival Internacional de Cinema Berlimale 2012, pelos prémios de João Salaviza e Miguel Gomes no Festival Internacional de Cinema de Berlim, pela atribuição de prémios internacionais a cineastas portugueses, pelo Dia Internacional da Mulher – em defesa dos direitos das mulheres – e pelo reconhecimento da Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações como Património Nacional da Humanidade.

Foram aprovados 14 **votos de saudação**: à Seleção Portuguesa de Futebol de Sub-20, à Delegação Portuguesa nas Universíadas 2011, pela defesa do Serviço Nacional de Saúde, à Seleção Nacional de Surf, ao Piloto Hélder Rodrigues, pela celebração do centenário do nascimento do escritor Alves Redol, pela comemoração do centenário do nascimento de Manuel da Fonseca, pelo 35.º aniversário das eleições autárquicas de 1976, pela comemoração do Dia Internacional para a Consciencialização do Autismo, pelos 10 anos de paz em Angola, do Dia Internacional contra a Homofobia e Transfobia, do Dia Internacional de Museus e à Seleção Portuguesa de Atletismo para Atletas com Síndrome de Down.

TABELA 29
VOTOS

Autor / Tipo de Voto	Pesar	Condenação	Condenação e Pesar	Saudação	Congratulação	Total	Aprovados	Rejeitados
PAR	1	0	0	0	0	1	1	0
PSD	6	0	0	1	0	7	7	0
PSD/CDS-PP	1	0	0	1	1	3	3	0
PSD/PS/CDS-PP	3	3	0	3	1	10	10	0
PSD/PS/CDS-PP/BE	1	0	0	0	1	2	2	0
PSD/PS/CDS-PP/PCP/BE	1	0	0	0	0	1	1	0
PS	10	0	0	2	2	14	14	0
CDS-PP	2	0	0	0	0	2	2	0
PCP	2	1	0	4	2	9	7	2
BE	2	3	0	1	1	7	4	3
PEV	0	0	0	0	1	1	0	1
Todos GP	8	0	1	2	4	15	15	0
Total	37	7	1	14	13	72	66	6

GRÁFICO 28

VOTOS – TIPO DE VOTOS

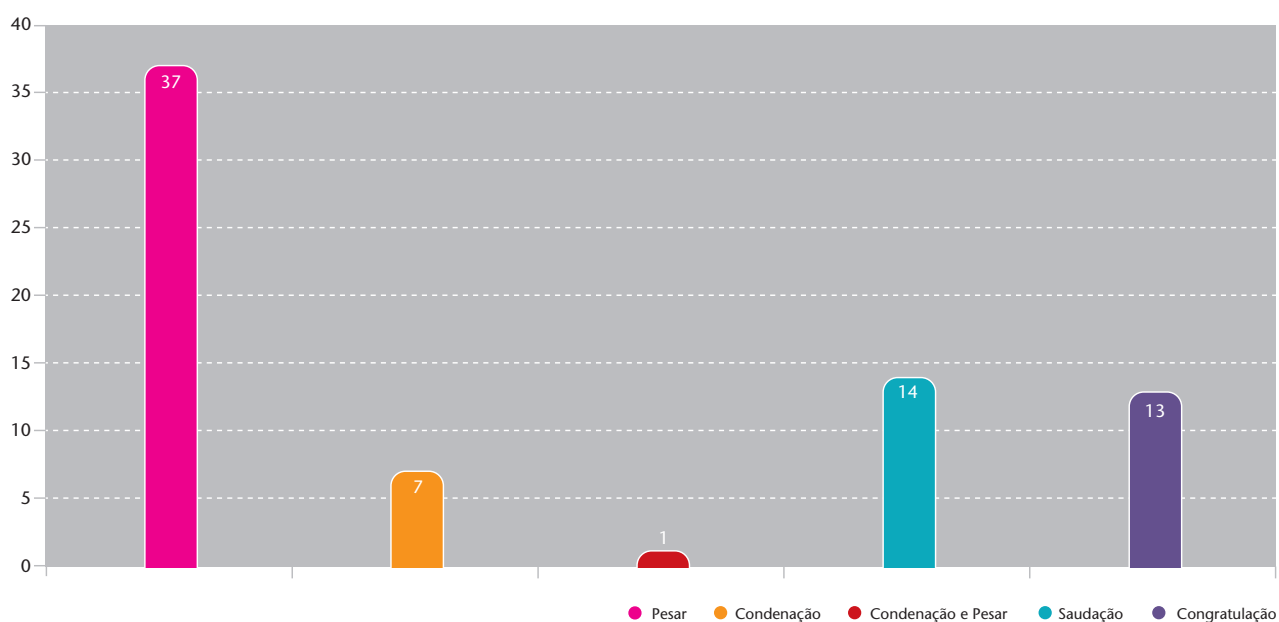
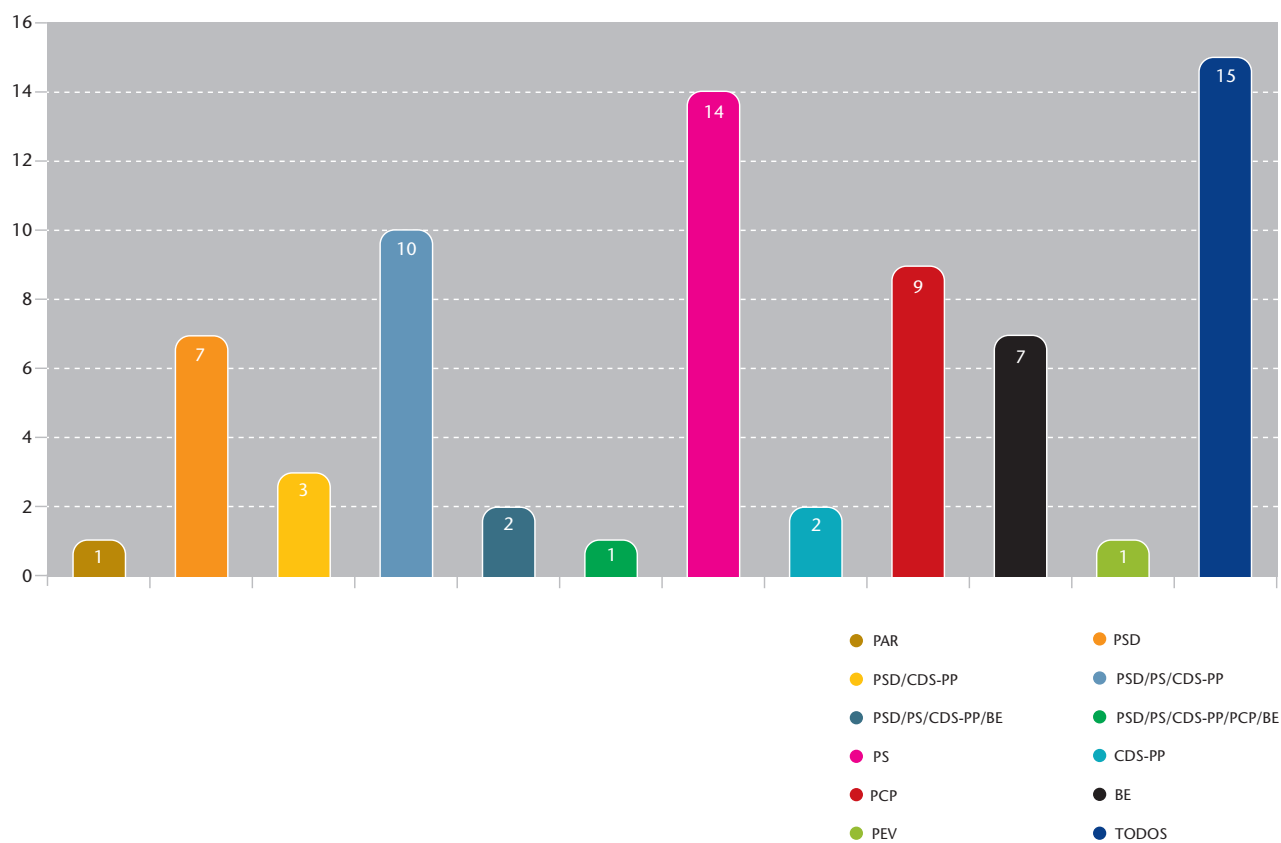


GRÁFICO 29
VOTOS – POR AUTOR



The background of the image is a grayscale relief map of a landscape, showing various topographical features like ridges and valleys. A semi-transparent green rectangle is positioned on the right side of the map. Inside this rectangle, the text 'RELAÇÕES EXTERNAS' is written in white, uppercase letters.

RELAÇÕES EXTERNAS

Deslocações e Audiências da Presidente da Assembleia da República

A Presidente da Assembleia da República cumpriu, durante a 1.ª sessão legislativa da XII legislatura, um programa com uma deslocação internacional em missão parlamentar e 105 audiências a entidades nacionais e estrangeiras.

TABELA 30

ATIVIDADES DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Atividades	N.º de Atividades
Audiências a entidades nacionais	73
Audiências a entidades estrangeiras	32
Deslocação internacional em missão parlamentar ^{XLV}	1
Participação em atos em território nacional	42
Participação em outros atos na Assembleia da República ^{XLVI}	58
Total	206

^{XLV} Conferência de Presidentes de Paramentos da União Europeia em Varsóvia, Polónia, 20 de abril de 2012. ^{XLVI} Tomadas de posse, comemoração de efemérides, colóquios, divulgação cultural.

Deslocações

A Presidente da Assembleia da República teve uma deslocação, em missão parlamentar multilateral, a Varsóvia, Polónia, por ocasião da Conferência de Presidentes de Paramentos da União Europeia, de 19 a 21 de abril de 2012.

A Presidente participou em 42 atos em território nacional, dos quais destacamos os seguintes:

- Cerimónia Militar comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas – 10 de junho de 2012
- Cerimónia de entrega do Prémio Pessoa a Eduardo Lourenço – 14 de maio de 2012
- Visita à 82.ª Feira do Livro de Lisboa com Deputados da Assembleia da República – 10 de maio de 2012
- Cerimónia de abertura do Ano Judicial – 31 de janeiro de 2012
- Inauguração da Capital Europeia da Cultura, em Guimarães – 21 de janeiro de 2012
- Inauguração da Biblioteca Municipal de Valpaços e entrega da Chave de Honra da cidade – 31 de outubro de 2011
- Entrega da Chave de Honra da Vila de Ourique e inauguração da Exposição da AR sobre o Parlamentarismo português – 12 de setembro de 2011

Audiências

A Presidente concedeu 73 **audiências a entidades nacionais**, designadamente a:

- Presidente e Vice-Presidente do Conselho Superior de Magistratura – 17 de julho de 2012
- Missões Olímpica e Paralímpica de Portugal na Assembleia da República – 13 de julho de 2012
- Presidente do Tribunal de Contas, para entrega do parecer sobre a Conta da AR de 2011 – 5 de julho de 2012
- Conselho de Fiscalização do SIRP – 27 de junho de 2012
- Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian, Dr. Rui Vilar – 21 de junho de 2012
- Presidente da Associação Sindical de Juizes Portugueses, Mouraz Lopes – 24 de maio de 2012
- Presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, Rui Cardoso – 23 de maio de 2012
- Provedor de Justiça, Alfredo José de Sousa – 17 de maio de 2012
- Representantes da Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal – 16 de maio de 2012
- Presidente do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, Conselheiro Cardona Ferreira – 3 de maio de 2012
- Bastonário da Ordem dos Advogados – 11 de abril de 2012
- Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, o Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social e a Presidente do Instituto de Segurança Social – 4 de abril de 2012
- Bastonário da Ordem dos Enfermeiros – 4 de abril de 2012
- Presidente do Conselho Nacional de Educação – 22 de março de 2012
- Presidente do Tribunal Constitucional – 20 de março de 2012
- Grupo de Intervenção nas Prisões – 14 de março de 2012
- Secretário-Geral da CGTP-IN – 8 de março de 2012
- Auditores do curso de promoção a Oficial General – 6 de março de 2012
- Comité Paralímpico Português – 2 de fevereiro de 2012;
- Comissão da Candidatura do Cante Alentejano a Património Imaterial da UNESCO – 1 de fevereiro de 2012
- Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa – 1 de fevereiro de 2012
- Presidente da Câmara Municipal de Coimbra – 1 de fevereiro de 2012
- Subscritores da iniciativa legislativa de cidadãos: “Lei contra a Precariedade” – 12 de janeiro de 2012
- ANAFRE – 11 de janeiro de 2012
- Presidente da Assembleia Regional dos Açores – 10 de janeiro de 2012
- Presidente do Conselho Geral do CNOP e Bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas – 20 de dezembro de 2011
- Autores do Programa Empresas Parlamento – 13 de dezembro de 2011
- Presidente do Supremo Tribunal Administrativo – 13 de dezembro de 2011
- Associação Sindical dos Juizes Portugueses – 7 de dezembro de 2011
- Peticionários sobre as privatizações no sector empresarial do Estado e o ataque à Administração Pública – 2 de dezembro de 2011
- Grupo de cidadãos para entrega da petição “As Artes e a Cultura para além da crise” – 29 de novembro de 2011
- Presidente do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, Juiz Desembargador Eurico Reis – 23 de novembro de 2011
- Presidente do Governo Regional da Madeira – 18 de novembro de 2011
- Cidadãos representantes dos subscritores da Petição “Em defesa da democracia, equidade e serviços públicos” – 11 de novembro de 2011
- Conselho Nacional da Juventude – 27 de outubro de 2011
- UGT – 26 de outubro de 2011
- Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa – 13 de outubro de 2011

- UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta – 20 de setembro de 2011
- Comissão Nacional das Comemorações do Centenário da República – 28 de julho de 2011
- Comandante-Geral da GNR, General Luís Newton Pereira – 22 de julho de 2011

Concedeu também 32 **audiências a entidades estrangeiras**, designadamente:

- Secretária-Geral da Confederação Europeia de Sindicatos, Bernadette Ségol – 24 de julho de 2012
- Procurador-Geral da República de Angola, Dr. João Maria Moreira de Sousa – 24 de julho de 2012
- Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe – 26 de julho de 2012
- Presidente do Grupo do Partido Popular Europeu, Joseph Daul – 20 de junho de 2012
- Embaixador do Japão em Portugal, Senhor Nobutaka Shinomiya – 14 de junho de 2012
- Presidente da República de Cabo Verde, Dr. Jorge Carlos Fonseca – 12 de junho de 2012
- Suas Altezas, os Príncipes das Astúrias – 30 de maio de 2012
- Embaixador de Espanha em Portugal, D. Eduardo Junco – 29 de maio de 2012
- Almoço com os Embaixadores da América Latina, a convite do Instituto para a Promoção e Desenvolvimento da América Latina – 25 de maio de 2012
- Presidente Interino da República da Guiné-Bissau, Raimundo Pereira, e Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau, Carlos Gomes Júnior – 17 de maio de 2012
- Presidente do Parlamento do Kosovo, Jakup Krasniqi – 17 de maio de 2012
- Deputados Indonésios do Grupo Parlamentar de Amizade Indonésia-Portugal – 14 de maio de 2012
- Vice-Presidente da República da Bulgária, Margarita Popova – 14 de maio de 2012
- Delegações nacionais da Assembleia Parlamentar da Comunidade do Países de Língua Portuguesa – 9 de maio de 2012
- Vice-Presidente da Comissão Europeia, Comissária Viviane Reding – 4 de maio de 2012
- Presidente Federal da República da Áustria na Assembleia da República – 12 de abril de 2012
- Secretário-Geral do Partido Democrático de Itália, Pier Luigi Bersani – 28 de março de 2012
- Presidente da República da Sérvia, Boris Tadić – 26 de março de 2012
- Presidente do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, Hannes Swoboda – 26 de março de 2012
- Presidente da Assembleia da República eleita para o Bureau da Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo – 25 de março de 2012
- Comissário Olli Rehn – 15 de março de 2012
- Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia – 15 de fevereiro de 2012
- Presidente do Bundestag – 14 de fevereiro de 2012
- Presidente do Tribunal de Contas Europeu, Vítor Caldeira – 17 de janeiro de 2012
- Vice-Presidente da Comissão Europeia, Maroš Šefčovič – 10 de janeiro de 2012
- Provedor de Justiça Europeu – 21 de novembro de 2011
- Primeiro-Ministro do Luxemburgo e Presidente do Eurogrupo, Jean-Claude Juncker – 10 de novembro de 2011
- Primeiro-Ministro de Timor Leste, Xanana Gusmão – 27 de setembro de 2011
- Secretário-Geral da Conferência IberoAmericana, Enrique Iglesias – 14 de setembro de 2011
- Secretário Geral da NATO, A.F. Rasmussen – 8 de setembro de 2011
- Embaixadora do Canadá, por ocasião da sua despedida – 2 de agosto de 2011
- Delegação do Parlamento Nacional de Timor-Leste – 20 de julho de 2011
- Presidente da República Democrática de Timor-Leste, Ramos Horta – 1 de julho de 2011

Atividades das Delegações Parlamentares da Assembleia da República às Organizações Parlamentares Internacionais

A Assembleia da República é membro de diversas Organizações Parlamentares Internacionais e nessa qualidade participou através de delegações parlamentares constituídas por Deputados designados para esse efeito em 103 reuniões com a presença de 202 Deputados.

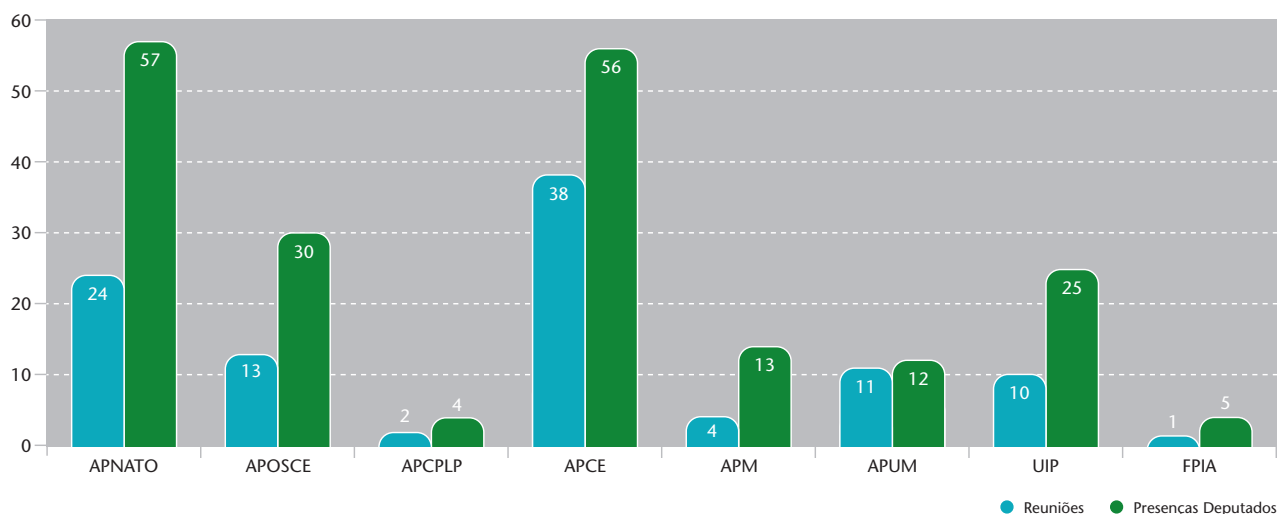
TABELA 31

ATIVIDADES DAS DELEGAÇÕES PARLAMENTARES DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA ÀS ORGANIZAÇÕES PARLAMENTARES INTERNACIONAIS

Organização	N.º Reuniões	N.º Presenças Deputados AR
Assembleia Parlamentar da NATO (APNATO)	24	57
Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (APOSCE)	13	30
Assembleia Parlamentar da CPLP (APCPLP)	2	4
Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE)	38	56
Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM)	4	13
Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (AP-UpM)	11	12
União Interparlamentar (UIP)	10	25
Fórum Parlamentar Ibero-Americano (FPIA)	1	5
Total	103	202

GRÁFICO 30

ATIVIDADES DAS DELEGAÇÕES PARLAMENTARES DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA ÀS ORGANIZAÇÕES PARLAMENTARES INTERNACIONAIS



Eleição de Deputados Portugueses para Cargos em Órgãos das Assembleias Parlamentares Internacionais

Assembleia Parlamentar da Organização do Tratado do Atlântico Norte – APNATO

- Deputado Correia de Jesus (PSD) – Vice-Presidente do Grupo Especial do Mediterrâneo
- Deputado José Lello (PS) – Vice-Presidente da Comissão Política
- Deputado Miranda Calha (PS) – Vice-Presidente da APNATO; Vice-Presidente da Comissão de Defesa e Segurança
- Deputado Vitalino Canas (PS) – Vice-Presidente da Comissão para Dimensão Civil da Segurança; Relator Especial da Comissão para Dimensão Civil da Segurança
- Deputada Luísa Salgueiro (PS) – Vice-Presidente da Sub-Comissão sobre Energia e Segurança Ambiental

Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE)

- Deputado João Bosco Mota Amaral (PSD) – Vice-Presidente da APCE e Vice-Presidente do Grupo do Partido Popular Europeu (PPE)
- Deputada Maria de Belém Roseira (PS) – Parlamentar de Referência em representação de Portugal na Campanha do Conselho da Europa contra a violência sexual relativa às crianças
- Deputado José Mendes Bota (PSD) – Presidente da Comissão sobre a Igualdade de Oportunidades para Homens e Mulheres (até janeiro de 2012); Vice-Presidente da Comissão de Igualdade e Não-Discriminação (a partir de janeiro de 2012); Representante de Portugal na “Rede Parlamentar Mulheres Livres de Violência” para a promoção da Convenção do Conselho da Europa sobre a prevenção e luta contra a violência contra as mulheres e violência doméstica (Convenção de Istambul)
- Deputado Carlos Costa Neves (PSD) – Representante da Comissão de Cultura, Ciência, Educação e Media no Conselho Executivo do Centro Europeu para a Interdependência e a Solidariedade Mundiais – Centro Norte-Sul de Lisboa

- Deputado Telmo Correia (CDS/PP) – Membro do Bureau do Grupo Democrata Europeu (GDE); Vice-Presidente da Comissão para o Respeito das Obrigações e Compromissos dos Estados-Membros do Conselho da Europa (Comissão de Acompanhamento)

Assembleia Parlamentar União para o Mediterrâneo – AP UpM

- Presidente da Assembleia da República, Maria da Assunção Esteves – Vice-Presidente do Bureau
- Deputado Eduardo Cabrita (PS) – Presidente da Comissão da Cultura

União Interparlamentar – UIP

- Deputado Duarte Pacheco (PSD) – Auditor Interno da UIP.
- Deputada Rosa Albernaz (PS) – Presidente do Grupo de facilitadores para a questão de Chipre

Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa – APOSCE

- Deputado João Soares (PS) – Presidente *Emeritus* da AP OSCE; Membro do Bureau; Membro da Comissão Ad Hoc sobre Responsabilidade e Transparência na OSCE; Representante Especial para o Cáucaso

Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo – APM

- Deputada Maria da Conceição Pereira (PSD) – Relatora do Grupo Especial de Trabalho (Questões do Género e Igualdade) da 3.ª Comissão Permanente (Diálogo entre Civilizações e Direitos Humanos)

Relatores em Relatórios já Aprovados e em Relatórios em Curso nesse Período

Assembleia Parlamentar da Organização do Tratado do Atlântico Norte – APNATO

- Deputado Vitalino Canas (PS) – Relator Especial para o Afeganistão da Comissão para Dimensão Civil da Segurança – Relatório “Desafios à Governação no Afeganistão: uma atualização”

- Deputado Vitalino Canas (PS) – Relator Especial da Comissão para Dimensão Civil da Segurança – Relatório “Os fluxos migratórios no Mediterrâneo: novas tendências e desafios”

Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE)

- Deputado José Mendes Bota (PSD), Relator-Geral para as Questões da Violência contra as Mulheres e Relator sobre o tema: “Criminalizar a aquisição de serviços sexuais a fim de combater o tráfico para fins de exploração sexual”
- Deputado Carlos Costa Neves (PSD): Relator sobre o tema: “Identidades e diversidade no seio de sociedades interculturais”

Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo – APM

- Deputada Maria da Conceição Pereira – Relatório sobre “Educação” no âmbito do Grupo Especial de Trabalho para as Questões do Género e Igualdade

Missões de Observação Eleitoral

Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa – APOSCE

- Deputado João Soares (PS) – liderou a Missão de Observação da OSCE às eleições legislativas do Cazaquistão (15 janeiro 2012)

Missão de Observação Eleitoral da CPLP

- Eleições Gerais em Angola, 31 de agosto de 2012:
 - Deputado Adriano Rafael Moreira (PSD), Presidente do Grupo Nacional à AP-CPLP;
 - Deputada Elza Pais (PS), Membro da AP-CPLP.

Cerimónias e Reuniões Realizadas em Portugal

Assembleia Parlamentar da Organização do Tratado do Atlântico Norte – APNATO

- Reunião dos Presidentes dos Grupos Nacionais e Preparatória da IV AP-CPLP, 8 e 9 de maio 2012

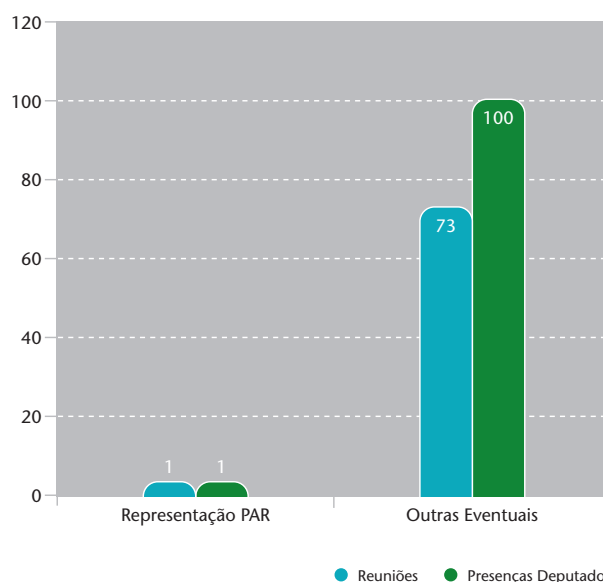
Atividades das Delegações Eventuais

O Parlamento Português esteve também presente, através de parlamentares designados para esse efeito, em diversos eventos internacionais. Participou em 74 reuniões em que estiveram presentes 101 Deputados da Assembleia da República.

TABELA 32
ATIVIDADES DAS DELEGAÇÕES EVENTUAIS

Organização	N.º Reuniões	N.º Presenças Deputados AR
Delegações da AR em Representação do Presidente	1	1
Delegações Eventuais	73	100
Total	74	101

GRÁFICO 31
ATIVIDADES DAS DELEGAÇÕES EVENTUAIS



Entre os eventos em que o Parlamento participou, através de delegações eventuais, durante o período correspondente à 1.ª sessão legislativa da XII legislatura e, além das

periódicas conferências de presidentes de comissões, podem destacar-se os seguintes eventos:

- **Conferência sobre Avaliação Tecnológica – Comissão de Educação, Ciência e Cultura** – Bruxelas, de 2011-09-07 a 2011-09-07
- **Reunião Interparlamentar – Fórum do Mercado Único – Comissão de Assuntos Europeus** – Cracóvia, de 2011-10-03 a 2011-10-04
- **Reunião interparlamentar sobre o controlo democrático da Estratégia de Segurança Interna e sobre o papel da Europol, Eurojust e Frontex** – Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias – Comissão de Assuntos Europeus – Bruxelas, de 2011-10-05 a 2011-10-06
- **Reunião interparlamentar sobre “O Futuro da Política de Coesão à luz de novas propostas legislativas”** – Comissão de Assuntos Europeus – Comissão de Economia e Obras Públicas – Bruxelas, de 2011-10-06 a 2011-10-06
- **Seminário Parlamentar de Alto Nível da OCDE – Comissão de Segurança Social e Trabalho** – Paris, de 2011-10-10 a 2011-10-10
- **Participação na Reunião Interparlamentar sobre o Mercado Interno** – Comissão de Economia e Obras Públicas – Bruxelas, de 2011-10-10 a 2011-10-11
- **Reunião sobre o futuro da Política Comum das Pescas** – Comissão de Assuntos Europeus – Bruxelas, de 2011-10-19 a 2011-10-19
- **Missão internacional de observação nas Eleições para a Assembleia Constituinte na Tunísia** – Tunísia, de 2011-10-19 a 2011-10-25
- **Conferência “EU Multiannual Financial Framework; 2014 – 2020”** – Comissão de Assuntos Europeus – Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública
- **Conferência subordinada ao tema “The independent Sector & Diversity in Education: Creating a Learning Society”** – Varsóvia, de 2011-11-16 a 2011-11-18
- **Seminário “Parliamentarians Against Human Trafficking”** – Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias – Londres, de 2011-11-23 a 2011-11-25
- **Reunião Interparlamentar subordinada ao tema “Coesão Social e evolução demográfica numa Europa sustentável** – Comissão de Economia e Obras Públicas – Comissão de Segurança Social e Trabalho – Bruxelas, de 2011-12-05 a 2011-12-06
- **Good Practice Exchange “In Combatting Human Trafficking”** – Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias – Haia, de 2012-01-26 a 2012-01-26
- **Conferência Anual da EDA (European Defence Agency), sobre “Refocusing Defence – European perspective on defence cooperation in a time of financial challenge”** – Comissão de Defesa Nacional – Bruxelas, de 2012-01-31 a 2012-01-31
- **Conferência Internacional – “Upbringing of Educated and Intellectually Advanced Generation as the Most Important Condition of Sustainable Development and Modernization of the Country** – Comissão de Educação, Ciência e Cultura – Tashkent (Uzbequistão), de 2012-02-14 a 2012-02-20
- **Seminário sobre “The relationship between National Human Rights Institutions and Parliaments”, organizado pelo Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos da ONU** – Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias – Belgrado, de 2012-02-22 a 2012-02-23
- **Reunião Interparlamentar da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários da Comissão dos Orçamentos e da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais** – Comissão de Assuntos Europeus – Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública – Comissão de Segurança Social e Trabalho – Bruxelas, de 2012-02-27 a 2012-02-28
- **Conferência “L’Europe se conjugue au féminin”** – Toulouse, de 2012-03-06 a 2012-03-07
- **Reunião interparlamentar da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros – “Equal Pay for Work of Equal Value”** – Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias –

- Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação – Comissão de Segurança Social e Trabalho – Bruxelas, de 2012-03-08 a 2012-03-08
- 2.ª Conferência de Alto Nível sobre o Quadro Financeiro Plurianual – Comissão de Assuntos Europeus – Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública – Bruxelas, de 2012-03-22 a 2012-03-22
- Reunião Interparlamentar de Presidentes de Comissões sobre Alterações Climáticas, Energia, Construção e Transporte – Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local – Copenhaga, de 2012-03-26 a 2012-03-27
- Conferências em meios políticos e académicos e workshops para os media a convite da Democracy Reporting International – Cairo, de 2012-03-30 a 2012-04-04
- Conferência interparlamentar: “Re-launching the Single Market. A strategy for economic growth and employment in Europe” – Comissão de Segurança Social e Trabalho – Copenhaga, de 2012-04-16 a 2012-04-17
- Seminar Parliamentarians Against Human Trafficking “National Referral Mechanism” – Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias – Varsóvia, de 2012-04-18 a 2012-04-18
- Reunião Informal sobre a Futura Revisão da Base Jurídica da Europol – Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias – Bruxelas, de 2012-04-20 a 2012-04-20
- Reunião subordinada ao tema “European Diabetes Leadership Forum” – Comissão de Saúde – Copenhaga, de 2012-04-24 a 2012-04-26
- Conferência sobre “Ozone Depletion, UV Exposure and Skin Cancer” – Copenhaga, de 2012-04-25 a 2012-04-25
- Conferência Interparlamentar do Espaço – EPTA (European Parliamentary Technology Assessment) – Comissão de Educação, Ciência e Cultura – Sitges (Barcelona), de 2012-05-14 a 2012-05-16
- Reuniões com responsáveis políticos, económicos e culturais, no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Israel – Telavive, de 2012-05-20 a 2012-05-24
- V Conferência Parlamentar Anual sobre a Implementação do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (IPCI/ICPD V) – Istambul, de 2012-05-23 a 2012-05-25
- 101.ª Conferência da OIT (Organização Internacional do Trabalho) – Comissão de Segurança Social e Trabalho – Genebra, de 2012-06-10 a 2012-06-12
- 1.ª Cimeira Mundial de Legisladores – Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local – Rio de Janeiro, de 2012-06-15 a 2012-06-17
- Conferência EURORES “Members of National Parliaments: Key Drivers for Renewable Energy and Energy Efficiency” – Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local – Bruxelas, de 2012-06-19 a 2012-06-19
- Reunião interparlamentar sobre a Reforma da Política Agrícola Comum – Comissão de Assuntos Europeus – Comissão de Agricultura e Mar – Bruxelas, de 2012-06-25 a 2012-06-25
- Conferência “L’approche genre dans le développement de la femme en Méditerranée” – Tétouan, de 2012-07-07 a 2012-07-07
- Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento – Filipinas, de 2012-08-26 a 2012-08-31
- Conferência de Alto Nível sobre Emprego – Comissão de Segurança Social e Trabalho – Bruxelas, de 2012-09-06 a 2012-09-07
- Conferência Interparlamentar para a PESC e a PCSD – Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas – Comissão de Defesa Nacional – Comissão de Assuntos Europeus – Paphos, de 2012-09-09 a 2012-09-10
- Conferência “World e-Parliament Conference” – Roma, de 2012-09-13 a 2012-09-15

Atividades dos Grupos Parlamentares de Amizade

Ao abrigo do previsto nos artigos 43.º a 47.º do Regimento da Assembleia da República e do estabelecido na Resolução da AR n.º 26/2010, de 24 de janeiro (“Fixa a composição, distribuição e elenco dos Grupos Parlamentares de Amizade na XI legislatura e procede à primeira alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 6/2003, de 24 de Janeiro”), na 1.ª sessão legislativa da XII legislatura, foram constituídos os seguintes Grupos Parlamentares de Amizade com Portugal:

África do Sul; Alemanha; Andorra; Angola; Argélia; Argentina; Austrália; Brasil; Bulgária; Cabo Verde; Canadá; Chile; República Popular da China; República da Coreia; Cuba; Espanha; Estados Unidos da América; Estónia; França; Guiné-Bissau; Índia; Indonésia; Israel; Itália; Japão; Jordânia; Luxemburgo; Marrocos; México; Moçambique; Noruega; Paquistão; Paraguai; Polónia; Reino Unido; Rússia; São Tomé e Príncipe; Singapura; Tailândia; Timor-Leste; Tunísia; Turquia, Ucrânia, Uruguai, Venezuela.

Neste período, os Grupos Parlamentares de Amizade realizaram 52 reuniões ordinárias, 19 reuniões com entidades internacionais e 90 reuniões com entidades internacionais. Realizaram-se adicionalmente nove missões oficiais.

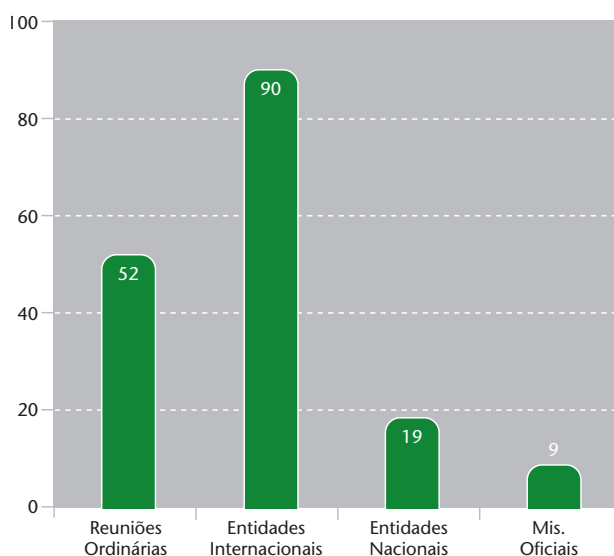
TABELA 33
ATIVIDADES DOS GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE^{XLVII}

Tipo de Actividade	N.º Reuniões
Reuniões Ordinárias	52
Reuniões com Entidades Internacionais	90
Reuniões com Entidades Nacionais	19
Missões Oficiais	9
Total	170

^{XLVII} Foram constituídos 39 Grupos Parlamentares de Amizade bilaterais, e 2 multilaterais.

GRÁFICO 32

ATIVIDADES DOS GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE



Outras Atividades Relevantes

Durante a 1.ª sessão legislativa da XII legislatura, foram recebidos, no Palácio de S. Bento, 2 Presidentes de Parlamentos e 45 Delegações Estrangeiras que a seguir se enunciam:

Presidentes de Parlamentos

- Visita oficial do Presidente do Bundestag da República Federal da Alemanha, 13 a 15 de fevereiro de 2012
- Visita de estudo do Presidente e Delegação da Assembleia do Kosovo, 14 a 18 de maio de 2012

Delegações Estrangeiras

- Visita de cortesia do Presidente da República Democrática de Timor-Leste, Dr. Ramos Horta – 1 de julho de 2012
- Estágio de funcionários da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe – 3 a 16 de julho de 2011

- Estágio de funcionários do Parlamento Nacional de Timor-Leste – 18 a 22 de julho de 2011
- Visita de cortesia do Presidente em exercício, Vicente Guterres e Delegação de Deputados do Parlamento Nacional de Timor-Leste – 20 de julho de 2011
- Reunião chefiada pelo Fundo Monetário Internacional com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública – 21 de julho de 2011
- Visita do Vice-Presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês e Presidente do Conselho da Fundação do Desenvolvimento dos Direitos Humanos da China e Delegação e reunião com o Vice-Presidente e Coordenadores dos Grupos Parlamentares da Comissão dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas – 3 de agosto de 2011
- Visita da Troika – Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional – 8 de agosto de 2011
- Visita de uma Delegação de Funcionários do Parlamento Sueco – 2 de setembro de 2011
- Visita do Secretário-Geral da NATO – 8 de setembro de 2011
- Visita do Secretário-Geral do Parlamento do Chipre – 8 de setembro de 2011
- Visita de um Grupo de Funcionários do Senado Francês – 18 a 20 de setembro de 2011
- Visita da Comissão de Assuntos Sociais do Género e Ambientais da Assembleia da República de Moçambique – 24 a 30 de setembro de 2011
- Visita do Secretário-Geral da Assembleia Nacional de Cabo Verde – 4 de outubro de 2011
- Visita de uma Delegação da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China – 19 a 21 de outubro de 2011
- Visita de uma Delegação da Comissão de Regulação Interna e Mandato de Deputados de Timor-Leste – 23 a 30 de outubro de 2011
- Visita de uma Delegação da Comissão de Ética do Parlamento Nacional de Timor-Leste – 25 a 26 de outubro de 2011
- Reunião do Comissário Europeu de Agricultura com a Comissão da Agricultura e Mar – 8 de novembro de 2011
- Visita de uma Delegação da Comissão Parlamentar de Imunidades, Incompatibilidades e Verificação de Mandatos da Assembleia Nacional da Hungria – 16 de novembro de 2011
- Visita de uma Delegação Zwalulu da África do Sul – 17 de novembro de 2011
- Visita de uma Delegação da Assembleia Popular Nacional da China – 22 de novembro de 2011
- Visita do Secretário-Geral da Assembleia Nacional de Cabo Verde para avaliação final do Programa de Cooperação Parlamentar entre a Assembleia da República de Portugal e a Assembleia Nacional de Cabo Verde 2009-2011 e Assinatura do Programa de Cooperação 2012-2014 – 12 a 16 de dezembro de 2011
- Visita da Comissão de Reforma do Parlamento de Cabo Verde – 19 a 21 de dezembro de 2011
- Reunião da Comissão da APEM (Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica) para a “Promoção da Qualidade de Vida e Intercâmbios Humanos e da Cultura” – 30 de janeiro de 2012
- Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino de Marrocos – 7 de fevereiro de 2012
- Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia – 15 de fevereiro de 2012
- Visita do Secretário-Geral do Serviço Europeu de Ação Externa – 17 de fevereiro de 2012
- Reunião da Troika – Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional – 21 de fevereiro de 2012
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Tunísia com o Embaixador da Tunísia – 22 de fevereiro de 2012
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Argélia com o Embaixador da Argélia – 23 de fevereiro de 2012
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Japão com o Embaixador do Japão – 23 de fevereiro de 2012

- Reunião com o Encarregado de Negócios da Embaixada do Uzbequistão, iniciativa da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas – 1 de março de 2012
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Jordânia com o Embaixador da Jordânia – 7 de março de 2012
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Marrocos com o Embaixador de Marrocos – 7 de março de 2012
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-São Tomé e Príncipe com o Embaixador de São Tomé e Príncipe – 8 de março de 2012
- Visita do Vice-Presidente e delegação da Assembleia Consultiva da República da Indonésia – 11 a 13 de março de 2012
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Cabo Verde com o Embaixador de Cabo Verde – 14 de março de 2012
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Noruega com o Embaixador da Noruega – 14 de março de 2012
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-China com o Embaixador da China – 15 de março de 2012
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Turquia com o Embaixador da Turquia – 15 de março de 2012
- Visita do Comissário Europeu dos Assuntos Económicos e Monetários – 15 de março de 2012
- Visita de uma Delegação do Parlamento Canadiano – 22 de março de 2012
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-França com o Embaixador da França – 22 de março de 2012
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Ucrânia com o Embaixador da Ucrânia – 22 de março de 2012
- Visita de um grupo de secretárias do Parlamento de Moçambique – 23 de março de 2012
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Angola com o Embaixador de Angola – 28 de março de 2012
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Reino Unido com o Embaixador do Reino Unido – 29 de março de 2012
- Visita do Grupo Parlamentar de Amizade Alemanha-Portugal – 1 a 3 de abril de 2012
- Visita de uma Delegação da Câmara de Deputados do Parlamento da Roménia – 5 de abril de 2012
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Bulgária com o Embaixador da Bulgária – 11 de abril de 2012
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Rússia com o Embaixador da Rússia – 12 de abril de 2012
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Brasil com o Embaixador do Brasil – 12 de abril de 2012
- Visita de uma Delegação de Juizes e Procuradores do Ministério Público Alemão – 11 de abril de 2012
- Estágio on the job sobre Cerimonial Político de funcionários da Assembleia Nacional de Cabo Verde – 18 a 27 de abril de 2012
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Timor Leste com o Embaixador de Timor Leste – 19 de abril de 2012
- Visita do Vice-Presidente do Parlamento e Delegação da Suécia – 23 e 24 de abril de 2012
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Austrália com o Embaixador da Austrália – 3 de maio de 2012
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Itália com o Embaixador da Itália – 3 de maio de 2012;
- II Encontro Parlamentar Luso Espanhol, no Porto – 3 e 4 de maio de 2012
- Visita da Vice-Presidente da Comissão Europeia – 4 de maio de 2012
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Singapura com o Embaixador de Singapura – 8 de maio de 2012

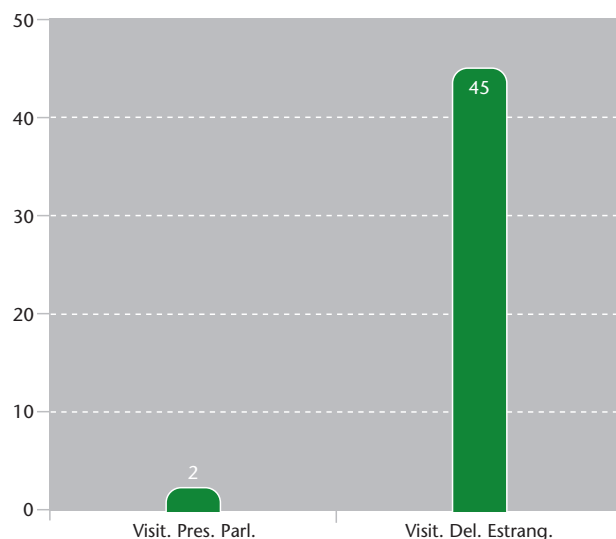
- IV Reunião Preparatória da Assembleia Parlamentar das Comunidades dos Países de Língua Portuguesa – 8 e 9 de maio de 2012
- Visita do Curso de Defesa Nacional da Nigéria – 9 de maio de 2012
- Visita do Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Indonésia-Portugal e Delegação – 13 a 17 de maio de 2012
- Visita de Estudo a Portugal de uma Delegação Parlamentar do Kosovo e do Presidente da Assembleia do Kosovo – 14 a 18 de maio de 2012
- Visita de uma Delegação da República Popular Nacional da China – 14 de maio de 2012
- Visita do Vice-Presidente do Parlamento da República da Bulgária – 15 de maio de 2012
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Indonésia com o Embaixador da Indonésia – 16 de maio de 2012
- Visita de uma Delegação da Comissão do Orçamento da Assembleia Popular Nacional da China – 21 a 24 de maio de 2012
- Visita do Ministro de Estado e da Cultura Alemão – 31 de maio de 2012
- Visita do Vice-Presidente da Conferência Consultiva da República Popular Nacional da China – 4 e 5 de junho de 2012
- Visita da Deputada Hannelore Klamm e Comitiva do Parlamento Europeu – 6 de junho de 2012
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Venezuela com o Embaixador da Venezuela – 6 de junho de 2012
- Visita de uma Delegação do Parlamento de Massachusetts e encontro com o Grupo de Amizade Portugal-Estados Unidos da América – 25 de junho de 2012
- Reunião da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM) – 29 de junho de 2012
- Visita de uma Delegação da Comissão Eleitoral Metropolitana de Ulsan da República da Coreia – 6 de julho de 2012

- Visita de uma Delegação do CSU do Bundestag alemão – 10 a 13 de julho de 2012
- Visita de uma Delegação do Ministério dos Assuntos Parlamentares de Angola – 11 de julho de 2012
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-República da Coreia com o Embaixador da Coreia – 11 de julho de 2012
- Visita do Procurador-Geral da República de Angola – 11 de julho de 2012
- Visita de uma Delegação da Comissão de Finanças do Parlamento da Suécia – 9 a 12 de setembro de 2012

TABELA 34
OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES

Tipo de Atividade	N.º Atividades
Visitas de Presidentes de Parlamentos	2
Visitas de Delegações Estrangeiras	45
Total	47

GRÁFICO 33
OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES



Cooperação Parlamentar

A Assembleia da República tem vindo a desenvolver atividades diversas na área da cooperação parlamentar e, na 1.ª sessão legislativa da XII legislatura, cumpre destacar, em primeiro lugar, a assinatura de dois programas de cooperação:

- Programa de Cooperação Parlamentar entre a Assembleia da República de Portugal e a Assembleia Nacional de Cabo Verde 2012-2014 – realizado em 16 de dezembro de 2011
- Programa de Cooperação Parlamentar entre a Assembleia da República de Portugal e Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau 2012-2014 – realizado em 11 de dezembro de 2011

O desenvolvimento dos programas existentes envolveu ações de cooperação interparlamentares multilaterais:

- XII Encontro da Associação dos Secretários Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa – 26 a 28 de setembro de 2011 (Díli – Timor-Leste)
- VII Encontro de Quadros Informáticos dos Parlamentos dos Países de Língua Portuguesa – 21 a 24 de maio de 2012 (São Tomé – São Tomé e Príncipe)
- II Encontro Interparlamentar de Quadros das Áreas de Documentação, Informação e Arquivo dos Parlamentos dos Países de Língua Portuguesa – 28 de novembro a 2 de dezembro de 2011 (Brasília – Brasil)
- I Encontro Interparlamentar de Quadros das Áreas de Relações Internacionais, Relações Públicas e Protocolo – 11 a 15 de julho de 2011 (AR – Auditório do Edifício Novo)

e bilaterais:

- Visita de trabalho do Secretário-Geral da Assembleia Nacional de Cabo Verde, Adalberto de Oliveira Mendes, no âmbito do Programa de Cooperação Parlamentar entre a Assembleia da República de Portugal e a Assembleia Nacional de Cabo Verde 2009-2011, para ponto de situação do Programa de Cooperação 2009-2011 e definição da metodologia para o novo Programa de Cooperação 2012-2014 – 4 de outubro de 2011 (Lisboa – Portugal)

- Visita de estudo do Secretário-Geral da Assembleia Nacional de Cabo Verde, Adalberto de Oliveira Mendes, no âmbito do Programa de Cooperação Parlamentar entre a Assembleia da República de Portugal e a Assembleia Nacional de Cabo Verde 2009-2011, para avaliação final do Programa 2009-2011 e assinatura do Programa de Cooperação 2012-2014 – 12 a 16 de dezembro de 2011 (Lisboa – Portugal)
- Missão à Assembleia da República de uma Delegação da Comissão de Reforma do Parlamento de Cabo Verde, no âmbito do Programa de Cooperação Parlamentar entre a Assembleia da República de Portugal e a Assembleia Nacional de Cabo Verde 2012-2014 – 19 a 21 de novembro de 2011 (Lisboa – Portugal)
- Avaliação do Programa de Cooperação Técnica Parlamentar entre a Assembleia da República de Portugal e a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau 2009-2011, validação da Área Informática e assinatura do Programa de Cooperação Parlamentar 2012-2014 – 11 de dezembro de 2011
- Relatório de avaliação intercalar do Programa de Cooperação 2010-2012 assinado a 30 de janeiro de 2012, em Lisboa e São Tomé

Também foram realizadas 24 ações de assistência técnica e material e oito ações de assistência técnica de longa duração, que se identificam por país beneficiário, identificando também o local da sua realização:

- Cabo Verde
2011-07-29
 - Instalação do sistema de segurança anti-furto para os livros da Biblioteca da ANCV
- 2011-11-07
 - Formação especializada na Área da Gestão Financeira
- 2012-06-01
 - Manutenção do Arquivo Histórico da Assembleia Nacional de Cabo Verde
- 2012-06-27
 - Assessoria (troca de experiências) “on the job” sobre o Cerimonial Político e as relações com a Comunicação Social nas Cerimónias do 5 de julho na ANCV

- Guiné-Bissau

Em junho de 2011

- Ação UIP/PNUD (orçamento) – assistência técnica
- 2011-12-15
- Pagamento da 2.ª tranche da 1.ª fase e da 1.ª tranche da 2.ª fase do processo de informatização da ANP

2012-01-16

- Técnico residente de informática – Mário Baticã Ferreira

2012-01-25

- Fornecimento de material audio para os serviços de taquigrafia e cabine de som da ANPGB
- Em fevereiro de 2012
- Projeto de informatização da ANPGB – Entrega dos equipamentos informáticos – Pagamento à SITEC- -Equipamento e Serviços

2012-08-31

- Leitora de Português – Sónia Heitor

- Moçambique

Em julho de 2011

- Lançamento do Centro de Estudos e Formação Parlamentar

Em agosto de 2011

- Participação na 2.ª missão de elaboração do planeamento estratégico das TIC para o Parlamento de Moçambique

- Conselho Legislativo da Palestina

2012-03-24 a 2012-03-31

- Projeto UIP/PNUD – atividade 6

2012-05-06 a 2012-05-10

- Projeto UIP/PNUD – atividade 14 – Biblioteca

- São Tomé e Príncipe

Em julho de 2011

- Assessoria na implementação de sistema de fornecimento de energia permanente no CPD da ANSTP. Relatório de assessoria enviado para STP

Em agosto de 2011

- Envio de material informático para a ANSTP (4 servidores, 10 baterias para UPS, 1 robot backup e 10 tapes) em agosto de 2011

Em novembro de 2011

- Fornecimento de material de acondicionamento de documentos de arquivo

- Timor-Leste

2011-06-20 a 2011-09-14

- Díli – Encarregada de Missão junto do Parlamento Nacional de Timor Leste, Cristina Ferreira

2011-06-20 a 2011-09-14

- Díli – Leitora de Língua portuguesa junto do Parlamento Nacional de Timor Leste, Elsa Miranda

2011-11-30

- Oferta de Manual de Direito Fiscal – Sérgio Vasques, Almedina 2011

2011-12-05 a 2011-12-21

- Missão de Assistência Técnica na Área da Informática 2011-12-21

- Fornecimento de uma base de dados de arquivo fotográfico por ocasião da Missão de Assistência da AR na área da informática junto ao PNTL

- Fornecimento de uma aplicação de registo de correspondência para a gestão de fluxos de expediente
- Fornecimento de uma base de dados de arquivo

2012-04-16 a 2012-05-03

- Missão de Assistência Técnica do Arquivo

2012-09-05

- Seminário de Acolhimento da III Legislatura, com a participação do ex-Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama

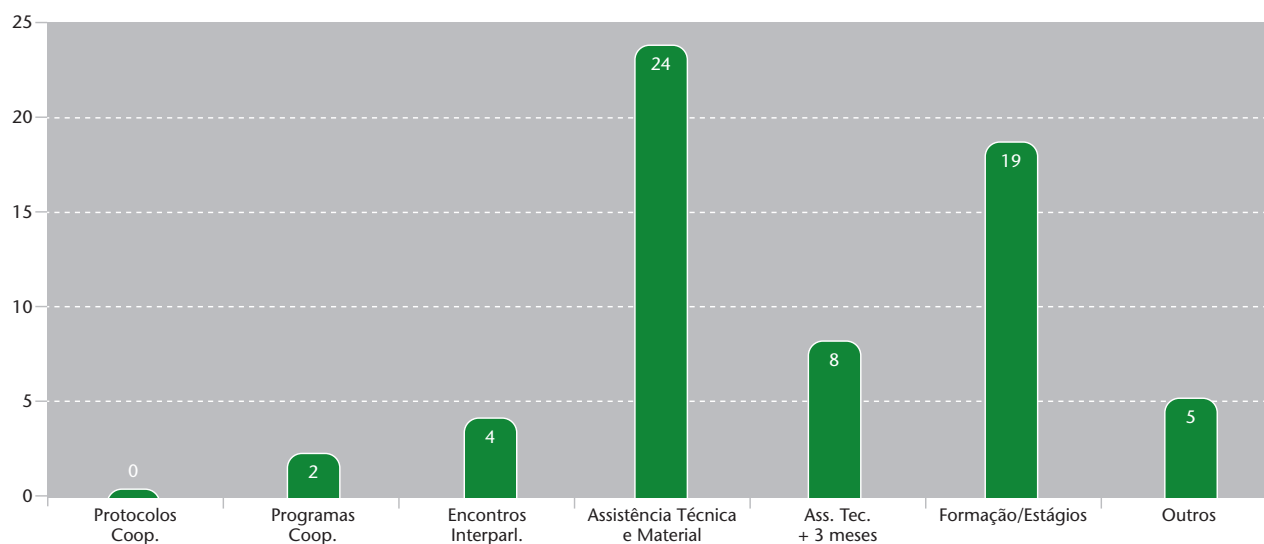
Ações contínuas

- Envio de dossiers de informação produzidos pela AR
- Aquisição de monografias especializadas para reforço acervo Biblioteca
- Envio de todas as publicações editadas pela AR

TABELA 35
COOPERAÇÃO PARLAMENTAR

Tipo de Actividade	N.º Actividades
Protocolos de Cooperação	0
Programas de Cooperação	2
Encontros Interparlamentares	4
Assistência Técnica e Material	24
Assistência Técnica Longa Duração (+ 3 meses)	8
Formação/Estágios	19
Outros	5
Total	62

GRÁFICO 34
COOPERAÇÃO PARLAMENTAR



Cerimónias

Na 1.ª sessão legislativa da XII legislatura houve lugar a 60 cerimónias de diversa natureza, entre sessões solenes, cerimónias de boas vindas, cerimónias comemorativas, cerimónias de inauguração e outras.

Realçam-se algumas dessas Cerimónias, a seguir:

Cerimónias de boas-vindas a Chefes de Estado e outras entidades

- Cerimónia de Boas-Vindas ao Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor-Leste, Xanana Gusmão – 27 de setembro de 2011;

- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente do Bundestag da República Federal da Alemanha – 13 a 15 de fevereiro de 2012
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República da Sérvia – 26 de março de 2012
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República da Áustria – 12 de abril de 2012
- Cerimónia de Boas-Vindas aos Príncipes das Astúrias – 30 de maio de 2012
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República de Cabo Verde – 12 de junho de 2012
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República de São Tomé e Príncipe – 26 de julho de 2012

Comemorativas

- Encerramento das Comemorações do Centenário da República e Cerimónia Comemorativa do Centenário da GNR – 19 e 20 de outubro de 2011
- Cerimónia Comemorativa do Dia Nacional dos Direitos Humanos – 13 de dezembro de 2011
- Homenagem a Passos Manuel – 17 de janeiro de 2012
- Cerimónia Comemorativa de Evocação do Dia de Memória do Holocausto – 26 e 27 de janeiro de 2012
- Cerimónia Comemorativa do Dia Nacional do Doente com Artrite Reumatoide, iniciativa da Sociedade Portuguesa de Reumatologia – 5 de abril de 2012
- Cerimónia Comemorativa do XXXVIII Aniversário do 25 de Abril – 25 de abril de 2012
- Cerimónia Comemorativa de homenagem a José Afonso sob o título: Cantar Zeca Afonso – 26 de abril de 2012
- Cerimónia Comemorativa do Dia Internacional de Nelson Mandela – 18 de julho de 2012
- Sessão Comemorativa do Dia Internacional das Cooperativas da iniciativa da Comissão de Segurança Social e do Trabalho e da Cooperativa António Sérgio – 19 de julho de 2012

De diversa natureza

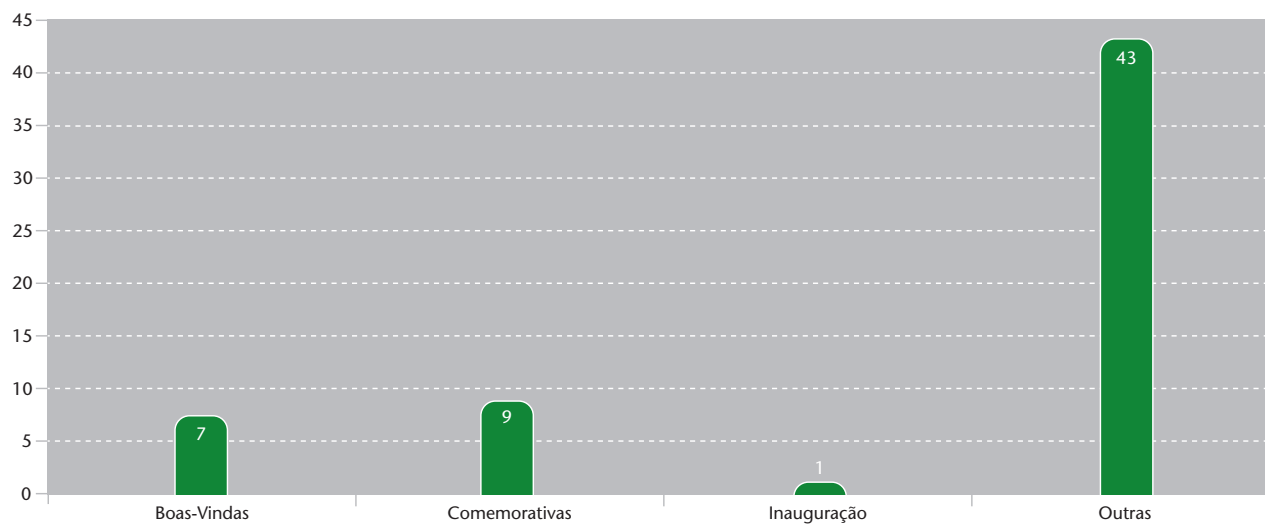
- Lançamento da edição portuguesa da obra *Federalist Papers* – 4 de outubro de 2011
- Lançamento do relatório sobre a Situação da População Mundial 2011 – Grupo Parlamentar Português para a População e Desenvolvimento – 26 de outubro de 2011
- Sessão Comemorativa do 22.º Aniversário da Convenção dos Direitos da Criança – 21 de novembro de 2011
- “Meia Hora de Ouro – Sessão de Fado” – Cerimónia de homenagem ao FADO e aos Fadistas na sequência da distinção do FADO a Património Cultural e Imaterial da Humanidade – 7 de dezembro de 2011
- Cerimónia de entrega do Prémio Direitos Humanos 2010 – 10 de dezembro de 2011
- Cerimónia de doação à Assembleia da República do espólio do Major General Nuno Vaz Pinto – 16 de janeiro de 2012
- Lançamento de Brochura da Delegação Socialista no Parlamento Europeu – 23 de fevereiro de 2012
- Cerimónia de Entrega do Prémio Norte – Sul do Conselho da Europa – 27 de março de 2012
- Sessão Comemorativa do Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho – 27 de abril de 2012
- Evento sobre Sergei Magnitsky da iniciativa dos Deputados Miguel Santos (GP-PSD) e João Soares (GP-PS) – 15 de maio de 2012
- Lançamento da edição da Revista *Faces de Eva*, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL – 21 de maio de 2012
- Cerimónia Dia Mundial do Refugiado, da iniciativa do Comité dos Refugiados – 20 de junho de 2012

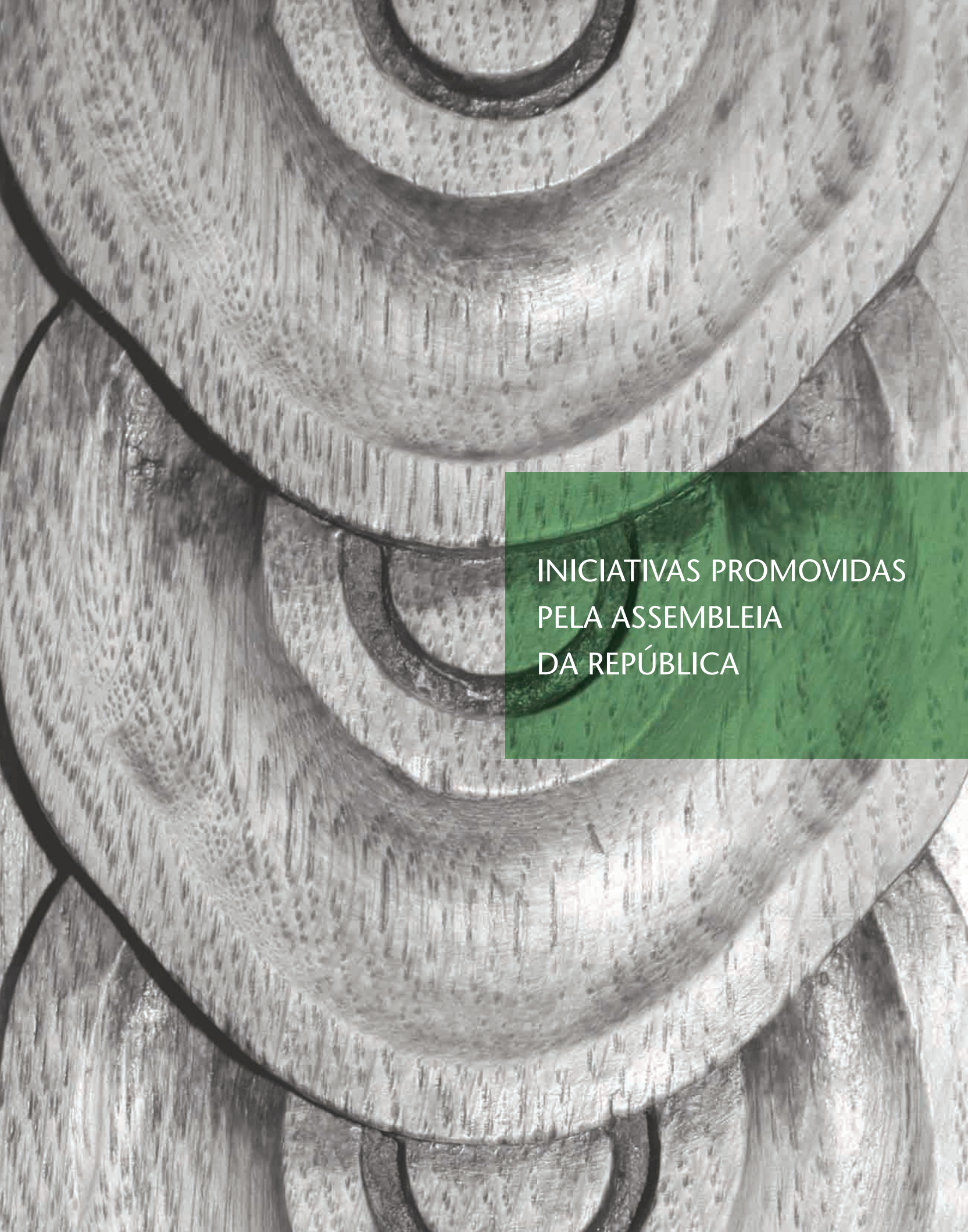
TABELA 36
CERIMÓNIAS

Cerimónias	Entidades	N.º Actividades
Boas-Vindas	Chefes de Estado	5 ^{XLVIII}
	Presidentes de Parlamentos	1
	Chefes de Governo	1
	Comemorativas	9
	Inauguração	1
	Outras Cerimónias	43
Total		60

^{XLVIII} Inclui uma Cerimónia de Boas-Vindas aos Príncipes das Astúrias.

GRÁFICO 35
CERIMÓNIAS



The image features a close-up, high-angle view of several interlocking metal gears. The gears are made of a dark, possibly black or dark grey, material with a visible grain or texture. They are arranged in a circular pattern, with some gears in the foreground and others receding into the background. The lighting creates strong highlights and shadows, emphasizing the three-dimensional nature of the gears. A semi-transparent green rectangular box is overlaid on the right side of the image, containing white text.

INICIATIVAS PROMOVIDAS
PELA ASSEMBLEIA
DA REPÚBLICA

Exposições

Na 1.ª sessão legislativa da XII legislatura foram organizadas na Assembleia da República as seguintes exposições:

- O Palácio de S. Bento na malha urbana – Átrio Principal – setembro de 2011
- Exposição “100 Anos da Guarda Nacional Republicana” no âmbito das comemorações do Centenário da Guarda Nacional Republicana – 20 a 29 de outubro de 2011
- A Assembleia Constituinte e a Constituição de 1911 – Passos Perdidos – 24 de outubro a 29 de dezembro de 2011
- Exposição de painéis de azulejos “Medula: A fábrica da Vida” – 28 de novembro a 2 de dezembro de 2011;
- Exposição “Sociedade Portuguesa de Medicina Interna” – 5 a 12 de dezembro de 2011
- Exposição de “Tapetes de Arraiolos: do Orientalismo à arte popular” – 28 de março de 2012
- 25 de Abril: imagens de Miranda Castela – abril de 2012
- Exposição evocativa de Jean Monnet / promovida pela Representação da Comissão Europeia em Portugal, com o apoio da Fundação Jean Monnet para a Europa – maio de 2012
- “Dia Mundial do Refugiado” na Assembleia da República – Exposição de fotografias – 20 de junho de 2012
- Exposição de pintura de Luís Anglin – 5 a 7 de julho de 2012
- “Guimarães 2012, Capital Europeia da Cultura na Assembleia da República” – Exposição fotográfica “Reimaginar Guimarães na Assembleia da República” – 11 de julho de 2012

Atividade Editorial

Na 1.ª sessão legislativa da XII legislatura, a atividade editorial da Assembleia da República está espelhada no quadro junto, com a explicitação que se lhe segue.

TABELA 37 – ATIVIDADE EDITORIAL

XII Legislatura 1.ª Sessão Legislativa	
	Livros
	Impressos 15
	Eletrónicos 1
	Apoio a edições (obras já editadas) 2
	Material Promocional e de Apoio a Eventos
Brochuras, folhetos, postais, marcadores, convites, cartazes, anúncios, cartazes, banners	113
Agendas de bolso, de secretária e calendários	2
	Peças
Porcelanas, peles, cortiças, cristais, papelaria	44
	Exposições
Organização e colaboração	6
	Feiras do livro
Lisboa, Mafra e Natal na Livraria Parlamentar	3
Lançamento de livros	24

Edição de Livros

- *António José de Almeida: o Tribuno da República*, Ana Paula Pires – Coleção Parlamento (junho 2011)
- *Catálogo das obras impressas nos séculos XV a XVIII: a coleção da Biblioteca da Assembleia da República*. Vol. 3 Livros do século XVIII (julho 2011)
- *O Parlamento de Portugal* – 4.ª edição atualizada (agosto 2011)
- *The Parliament of Portugal* – 3.ª edição atualizada (agosto 2011)
- *José Estêvão: o Homem e a Obra*, José Manuel Tengarrinha – Coleção Parlamento (agosto 2011)
- *Constituição da República Portuguesa* – 7.ª revisão. Miniatura – 3.ª edição (outubro 2011)
- *A Assembleia Constituinte e a Constituição de 1911* (outubro 2011)
- *Le Parlement du Portugal* – 2.ª edição atualizada (outubro 2011)
- *Magalhães Lima: um idealista impenitente*, António Ventura – Coleção Parlamento (novembro 2011)
- *A questão religiosa no Parlamento*. Volume 2 – 1910-1926, Maria Cândida Proença – Coleção Parlamento (dezembro 2011)
- *Governo de Pimenta de Castro: um general no labirinto político da I República*, Bruno J. Navarro – Coleção Parlamento (dezembro 2011)
- *A questão religiosa no Parlamento*. Volume 3 – 1935-1974, Paula Borges Santos – Coleção Parlamento (dezembro 2011)
- *El Parlamento de Portugal*, 2.ª edição atualizada (dezembro 2011)
- *Salazar e as eleições: um estudo sobre as eleições gerais de 1942*, José Reis Santos (dezembro 2011)
- *Os Presidentes do Parlamento Português*, Volume 2 (maio 2012)
- *Exercício do Direito de Petição: anotações práticas* – eletrónico (maio 2012)

Lançamento de Livros

- *O Federalista*. Fundação Calouste Gulbenkian/Embaixada dos EUA. Auditório do Edifício Novo, 4 de outubro de 2011
- *Constituição 1911*. Comentário Marnoco de Sousa. Imprensa Nacional. Biblioteca da AR, 20 de outubro de 2011
- *Da virtude e fortuna da República ao republicanismo pós-nacional*. Caleidoscópio. Biblioteca da AR, 20 de outubro de 2011
- *José Estêvão: o homem e a obra*/José Manuel Tengarrinha. Biblioteca da AR, 27 de outubro de 2011
- *Os Constituintes de 1911 e a Maçonaria*/António Ventura. Círculo de Leitores/Temas e Debates. Biblioteca da AR, 8 de novembro de 2011
- *Identidade(s)*/Manuel Casimiro. Edição de autor. Biblioteca da AR, 10 de novembro de 2011
- *Património Mundial de Origem Portuguesa*/Elísio Summavielle e João Corrêa Nunes. Edições Polígono. Biblioteca da AR, 14 de novembro de 2011
- *A Primeira República Portuguesa*. Diplomacia, Guerra e Império/coordenação de Pedro Aires Oliveira e Filipe de Menezes. Tinta-da-China. Biblioteca da AR, 17 de novembro de 2011
- *Elogio da Política, da República e da Globalização e Nova Galeria de Quase Retratos*, de António de Almeida Santos. Campo da Comunicação. Biblioteca da AR, 10 de janeiro de 2012
- *António José de Almeida: o tribuno da República*/Ana Paula Pires e *Magalhães Lima: um idealista impenitente*/António Ventura. Biblioteca da AR, 11 de janeiro de 2012
- *Governo de Pimenta de Castro: um general no labirinto político da I República*/Bruno J. Navarro. Biblioteca da AR, 19 de janeiro de 2012
- *Linhas de reforma do processo penal*. Edições Almedina. Biblioteca da AR, 24 de janeiro de 2012
- *A questão religiosa no Parlamento 1910-1926*/Maria Cândida Proença. *A questão religiosa no Parlamento 1935-1974*/Paula Borges Santos. Biblioteca da AR, 31 de janeiro de 2012

- *Governo de Pimenta de Castro: um general no labirinto político da I República*/Bruno J. Navarro. FNAC – Centro Comercial Colombo, 10 de fevereiro de 2012
- *Salazar e as eleições: um estudo sobre as eleições gerais de 1942*. Biblioteca da AR, 22 de março de 2012
- *António José de Almeida: o tribuno da República*/Ana Paula Pires. Sociedade de Geografia de Lisboa, 29 de março de 2012
- *O voo do Noitibó*/João Lobo. Biblioteca da AR, 11 de abril de 2012
- *Os Presidentes do Parlamento Português. I República*. Biblioteca da AR, 31 de maio de 2012
- *O Papel dos Parlamentos Nacionais na União Europeia*, de António Gameiro. Coimbra Editora. Biblioteca da AR, 27 de junho de 2012
- *Salazar e as eleições: um estudo sobre as eleições gerais de 1942*, de José Reis Santos, FNAC Mar Shopping, Matosinhos, 29 de junho de 2012
- *Salazar e as eleições: um estudo sobre as eleições gerais de 1942*, Bertrand Coimbra, 30 de junho de 2012
- *Salazar e as eleições: um estudo sobre as eleições gerais de 1942*, El Corte Inglés, Lisboa, 2 de julho de 2012
- *Máscara da Luz*, de António MR Martins, e *Memória das Cidades*, de Vítor Cintra, Livraria Parlamentar, 3 de julho de 2012
- *Olhares sobre a Terra-Mãe*, de Luís Aguiar Branco. Editora Philos. Biblioteca da AR, 4 de julho de 2012
- Interpretação do Hino Nacional pela Banda da GNR, soprano Elisabete Matos e Coro do Teatro Nacional de S. Carlos no encerramento das Comemorações do Centenário da República – 19 de outubro de 2011
- Concerto da Banda da Guarda Nacional Republicana com peças de Händel e Mozart e ainda um arranjo do Fado “Foi Deus” no final da Cerimónia Comemorativa do Centenário da Guarda Nacional Republicana – 20 de outubro de 2011
- Sessão de fados na Assembleia da República “Meia hora de ouro” – 7 de dezembro de 2011
- Cantar as Janeiras na AR Orfeão de Barrô “A Barca” e Grupo Folclórico de Amarante – 6 de janeiro de 2012
- Homenagem a Passos Manuel – Apontamento musical pela Escola de Música do Conservatório Nacional e pelo coro da Assembleia da República – 17 de janeiro de 2012
- Dia de Memória do Holocausto – Leitura de poemas. Projeção de documentário. Minuto de silêncio – 26 de janeiro de 2012
- Dia Internacional da Mulher – Sessão Evocativa – Exibição do filme *Made in Dagenham* – 8 de março de 2012
- Dia Internacional da Mulher assinalado pela Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade sobre “Portugal nos 30 anos da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)” – Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género – 8 de março de 2012
- CantAR Zeca Afonso – 26 de abril de 2012
- *Dia da Europa* – Projeção de documentário – 9 de maio de 2012
- Atuação do coro da Assembleia da República no âmbito da Sessão Nacional do Ensino Secundário do Parlamento dos Jovens – 28 de maio de 2012
- Peça de teatro “O Dote” – 21 de junho de 2012
- Peça de teatro “Abrigo” e Atuação musical pela orquestra Todos, por ocasião do Dia Mundial do Refugiado – 11 de julho de 2012
- Guimarães 2012, Capital Europeia da Cultura na Assembleia da República – Atuação de quarteto de cor-

Concertos e outros Espetáculos

Na 1.ª sessão legislativa da XII legislatura foram organizados, na Assembleia da República, os espetáculos musicais e outros que a seguir se enunciam:

- Atuação do grupo Paganinus nas Jornadas Europeias do Património – 24 de setembro de 2011
- Percurso musical nos espaços do Palácio com vários grupos/intérpretes nas Jornadas Europeias do Património: Fundação Musical dos Amigos das Crianças, Hot Clube de Portugal e Academia de Santa Cecília – 25 de setembro de 2011

- das e concerto pela Fundação Orquestra Estúdio – 11 de julho de 2012
- Peça de teatro “Inesquecível Emília” das reclusas da cadeia de Santa Cruz do Bispo – 12 de julho de 2012
- Dia Internacional Nelson Mandela – Atuação musical pelo agrupamento de Jazz GERAJAZZ – 18 de julho de 2012
- Concerto na Assembleia da República de Ruben Bettencourt – 19 de julho de 2012

Conferências, Seminários, Colóquios e Audições

- Café de Ciência “Química para um futuro sustentável” (divulgação e apoio à comunicação social) – 28 de setembro de 2011
- Apresentação pública do Relatório sobre o Estado da População Mundial 2011, subordinado ao tema “Pessoas e oportunidades num mundo de 7 mil milhões” (divulgação e apoio à comunicação social) – 26 de outubro de 2011
- Audição “Orçamento da União Europeia para 2012” – 2 de novembro de 2011
- Audição “Pacote da Governação Económica” – 2 de novembro de 2011
- Audição de Eurodeputados na Comissão de Assuntos Europeus – 8 de novembro de 2011
- Conferência Ética e Deontologia “Desafios para um Mundo em mudança” – 21 de novembro de 2011
- Audição “Política Comum das Pescas” – 28 de novembro de 2011
- Audição pública Parlamentar “A Floresta que temos, a Floresta que queremos” – 19 de dezembro de 2011
- Conferência “O Serviço Público de Comunicação Social” – 20 de dezembro de 2011
- Colóquio “PMA: Presente e Futuro”. Questões Emergentes em PMA nos Contextos Científico, Ético e Legal – 9 e 10 de janeiro de 2012
- Audição sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia 2012 – 10 de janeiro de 2012
- Audição – Apresentação das prioridades da Presidência Dinamarquesa do Conselho da União Europeia – 17 de janeiro de 2012
- Colóquio “Emprego que futuro” – 18 de janeiro de 2012
- Audição Parlamentar sobre Reorganização Curricular da Comissão de Educação, Ciência e Cultura – 18 de janeiro de 2012
- 30 anos da primeira Lei de Defesa do Consumidor em Portugal: Balanço e Desafios – 24 de janeiro de 2012
- Colóquio “Política externa e diplomacia económica no quadro geoestratégico global” – 31 de janeiro de 2012
- Colóquio “Televisão Digital Terrestre” – 31 de janeiro de 2012
- Colóquio de Serviço Público da Rádio – 28 de fevereiro de 2012
- Colóquio Internacional “Portugal Macau na Lusofonia Global” – 28 de fevereiro de 2012
- Colóquio “A Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe” – 28 de março de 2012
- Colóquio “Serviço Público de Comunicação Social de Portugal para o Mundo” – 10 de abril de 2012
- Seminário sobre Direitos Humanos, População e Desenvolvimento num mundo de 7 mil milhões de pessoas – 18 de abril de 2012
- Café de Ciência – 18 de abril de 2012
- Conferência no âmbito do Dia Mundial da Segurança Social – 8 de maio de 2012
- Apresentação do projeto “Política no feminino – Políticas de género e estratégias de visibilidade das deputadas parlamentares” – 8 de maio de 2012
- Audição parlamentar sobre a Educação Especial – 9 de maio de 2012
- Seminário sobre a reforma política comum de pescas – 14 de maio de 2012
- Entrega de prémios do concurso “PMA: Presente e Futuro. Questões emergentes nos contextos científico, ético, social e legal” – 14 de maio de 2012
- Conferência Parlamentar “Autonomia e inovação curricular: Olhares diferenciados” – 16 de maio de 2012

- Colóquio ¡Viva La Pepa! A Constituição de Cádiz (1812): História e Atualidade – 16 de maio de 2012
- VI Conferência sobre Crianças Desaparecidas e Exploradas Sexualmente (divulgação e apoio à comunicação social) – 25 de maio de 2012
- Audição parlamentar sobre a “Política de ação social escolar para o Ensino Superior” – 25 de maio de 2012
- Audição Pública sobre carreiras e financiamento do sistema científico e tecnológico nacional e missões dos laboratórios do Estado – 30 de maio de 2012
- Conferência sobre Independência económica e igualdade de género no mercado de trabalho – 18 de junho de 2012
- Seminário “Um ano de programa de assistência financeira – balanço e perspetivas” – 19 de junho de 2012
- Conferência Parlamentar sobre Alto rendimento desportivo – Projeto olímpico e paralímpico – 26 de junho de 2012
- Conferência sobre Princípios e direitos fundamentais no trabalho do compromisso à ação – 11 de julho de 2012
- Seminário “A participação das mulheres militares em missões internacionais” – 19 de julho de 2012

Visitas à Assembleia da República

Na 1.^a sessão legislativa da XII legislatura foram organizadas as visitas que se podem visualizar no quadro junto, onde se apresentam as visitas tipificadas e o seu número.

Em relação à última sessão legislativa, os números indicam um aumento exponencial nas visitas guiadas ao Palácio de S. Bento, tendo sido realizadas 17 193 visitas em dias úteis, um número bem superior às 13 277 realizadas na 2.^a sessão legislativa da XI legislatura. Este dado é revelador do interesse crescente do público no património da Assembleia da República.

TABELA 38
VISITAS À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Tipo de Visita		N.º Visitantes	N.º Visitas
Visitas guiadas ao Palácio de S. Bento	Dias úteis	17 193	393
	Último sábado do mês	891	22
	Total	18 084	415
Visitas em dias comemorativos	Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, 18 de Abril	c. 150	4
	Parlamento de Porta Aberta, 25 de Abril	c. 2 200	— ^{XLIX}
	Jornadas Europeias do Património	c. 4 000	— ^L
	Total	c. 6 350	—
Assistência às sessões plenárias			26 813 assistentes ^{LI}

^{XLIX} Neste caso, apenas se indica o número de visitantes, uma vez que estes dias incluem visitas livres e guiadas e programa cultural. ^L Neste caso, apenas se indica o número de visitantes, uma vez que estes dias incluem visitas livres e guiadas e programa cultural. ^{LI} O número total de assistentes inclui grupos organizados, cidadãos individuais e convidados, conforme registos do Serviço de Segurança da AR.

